

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação



1290003154



TCC/UNICAMP B469I

Aluno: Murilo Valença Bezerra

Orientadora: Profa Titular Márcia de Paula Leite

**Industrialização brasileira e construção social
da formação da força de trabalho industrial
(1890-1990)**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Campinas

2006

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Murilo Valença Bezerra

**Industrialização brasileira e construção social
da formação da força de trabalho industrial
(1890-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação da Unicamp, para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia, sob orientação da Prof.^a
Titular Márcia de Paula Leite
(DECISE/FE/UNICAMP).

Campinas

2006

Dedico este trabalho a
Andréia, por sua amizade, beleza, alegria, coragem e,
sobretudo, integridade.
Porque, como diz naquela canção do Milton, você é uma
pessoa “pra se guardar do lado esquerdo do peito, mesmo
que o tempo e a distância digam não”.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA

Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa é sempre um trabalho coletivo e gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização do mesmo (e para minha sobrevivência) durante este trabalho:

A Edila e Jurandy, minha mãe e meu pai, professores em Recife.

À Profa Márcia de Paula Leite, pelas orientações sempre precisas e pelos comentários sempre tão importantes e também à Profa Aparecida Neri de Souza, pela segunda leitura e comentários sobre o trabalho.

Ao companherismo dos colegas, hoje amigos e amigas pra toda vida, das Turmas de Pedagogia 2002 e 2003 e do PEFOPLEX, pelo carinho e pelas lutas em comum.

À Cristiane Andrade, Adriana Momma, William, Marineide Silva, Katiuska, pelas caronas, pelas conversas, pela atenção e pelo carinho.

Ao pessoal da Cantina da Educação, pelo inúmeros “lanchinhos” fiados, que depois paguei, claro. Ao pessoal do Laboratório de Informática da FE, que mantiveram tudo funcionando nos conformes.

Ao pessoal da Recepção, pelo sorriso em todas as horas.

Ao pessoal da Diretoria, pela disponibilidade.

Ao pessoal da Biblioteca da FE, pela paciência.

Ao pessoal da Coordenação de Graduação, pela prontidão e respeito.

Aos professores e às professoras do curso de Pedagogia da Unicamp, pelo profissionalismo e grande excelência, muitos dos quais contribuíram enormemente para este trabalho em conversas e orientações nos corredores. Em especial à professora Roseli Cação, pelo companherismo e ombro amigo.

Ao pessoal da escola Correia de Mello e da CEMEI Leonor Zoppi, pelas oportunidades de estágio e conhecimento da realidade escolar.

À Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, pelo envio da revista da Indústria, de grande valor e inspiração para este trabalho.

A todos e todas vocês, gente sempre bonita e trabalhadora, meu muito e desde já saudoso obrigado!!!

**O tempo é a minha matéria, o tempo
presente, os homens [e mulheres, trabalhadores,
trabalhadoras, jovens, adultos e crianças] presentes,
a vida presente.**

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1. A Fase Inicial da Industrialização no Brasil (1890-1930)	
1.1 Origens do capitalismo industrial no Brasil	05
1.2 Economia cafeeira e o crescimento industrial em São Paulo	11
1.3 A indústria têxtil em São Paulo	17
1.4 A formação da burguesia industrial brasileira	20
1.5 A burguesia industrial em São Paulo	24
1.6 A formação da classe operária brasileira	25
1.7 Formação profissional na Primeira República	28
Capítulo 2. A Industrialização Restringida (1930 – 1955)	
2.1 A industrialização restringida	35
2.2 A formação profissional na industrialização restringida	48
2.2.1 A institucionalização do Ensino Industrial	48
2.2.2 Ensino Industrial no Estado Novo	50
Capítulo 3. A Industrialização Pesada	53
3.1 O período da industrialização pesada	53
3.2 Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e a Desconcentração Industrial	58
3.3 A indústria brasileira durante a Crise da Década de 1980	61
3.4 A formação profissional na fase da industrialização pesada	63
Capítulo 4. Reestruturação Produtiva e Educação Profissional (1990's)	
4.1 Reestruturação produtiva no Brasil	71
4.2 A reestruturação produtiva no Estado de São Paulo	81
4.3 A reforma do ensino médio e profissional nos anos 1990	83
4.3.1 Projetos de formação profissional em disputa	83
4.3.2 A reforma do ensino médio e técnico durante os governos FHC (1994-2002)	88
4.4 A atual rede de Educação Profissional no Brasil	92
4.5 O Planfor no Governo FHC e a Educação Profissional de Nível Básico	93
4.6 A reforma do Senai	95
Capítulo 5. O Debate Recente sobre Educação e Trabalho	100
5.1 Os debates recentes sobre Educação e Trabalho no Brasil	100
Capítulo 6. Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	111

Introdução

"Nenhum nordestino é indiferente ao meio em que vive, em que se criou."

João Cabral de Melo Neto

Este trabalho busca investigar as demandas e os projetos de trabalhadores e industriais para a educação profissional, concomitantes ao processo de industrialização brasileira, desde seus estágios iniciais em fins do século XIX (década de 1890) até as décadas mais recentes (anos 1980 a 1990), quando se verificam novas mudanças nas relações de produção e de trabalho, decorrentes da internacionalização do capital e da reestruturação produtiva que o acompanha.

Uma primeira dificuldade para o desenvolvimento deste trabalho reside em analisar a industrialização para um período relativamente longo, de quase cem anos, ainda que, na perspectiva da economia política, a industrialização nacional seja referenciada como um processo recente, ou aquilo que alguns autores consideram como “*industrialização retardatária*” (CARDOSO DE MELLO, 1986).

Entretanto, a industrialização não é entendida como fato inevitável ou natural do movimento de modernização da sociedade brasileira. A industrialização não é um ente abstrato, como se fosse possível observá-la possuindo dinâmica própria e com autonomia. Mais do que isso, por certo, ela deve ser considerada como reflexo de novas realidades institucionais, de novos arranjos sociais e novas bases econômicas, para um país que vai se consolidando como uma república democrática e cujo projeto político-econômico hegemônico pretende ser liberal e capitalista (FERNANDES, 1973).

Não é simples, portanto, caracterizar a industrialização, visto que não pode ser tomada como resultado de um processo puramente econômico, como se fosse possível tratá-la como movimento alheio a interesses de grupos nacionais e internacionais. De fato, internamente, a industrialização brasileira se desenvolve como parte do cenário de disputas políticas entre os vários setores dominantes, e, neste sentido ela não pode ser considerada apenas como resposta às mudanças na divisão internacional do trabalho.

Relacionando com a temática acima, busca-se compreender as transformações na abordagem da qualificação e suas diferentes ênfases sobre a educação profissional da força de trabalho industrial. Deseja-se investigar de que maneira as noções de qualificação refletem os períodos específicos da industrialização brasileira, ou seja, investigar, na medida do possível, as mudanças e as permanências sobre os pré-requisitos de contratação e de gestão da mão-de-obra, assinalando a qualificação como construto social a partir de interesses e conflitos diversos entre trabalhadores e industriais.

O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. Os três primeiros capítulos seguiram, respectivamente, a periodização proposta por Cardoso de Mello (1986) para o processo da industrialização brasileira: o capítulo 1, apresenta a industrialização extensiva e a formação profissional durante a Primeira República (1890-1929); o capítulo 2, investiga a industrialização restringida (1930-1955) e o movimento de institucionalização do Ensino Industrial, especialmente durante o Estado Novo; e, no capítulo 3, volta-se a atenção para a fase da industrialização pesada (1955-1980). O quarto capítulo discute o processo da reestruturação produtiva no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1980 até o final da década de 1990. O quinto e último capítulo é dedicado à revisão dos debates recentes no campo das relações entre educação e trabalho.

Originalmente, imaginou-se que seria suficiente estudar a industrialização brasileira e as relações com a educação profissional apenas para as últimas décadas do século XX. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, sentimos necessidade de ampliar o período histórico, dado o conjunto de informações e de referências existentes para as décadas anteriores. Também para fugir de esquemas puramente descritivos, a revisão bibliográfica procurou identificar contribuições ao tema da pesquisa nas áreas da Sociologia, Ciência Política, Economia Política, História Econômica e na Educação. Isso permitiu a aquisição mais compreensiva da industrialização como processo social, embora o trabalho apresente grandes limitações de análise.

No que concerne à educação profissional é importante esclarecer que não foi possível discutir com mais profundidade as políticas nacionais de formação recentes, especialmente dos anos posteriores a 2002, a exemplo do Plano Nacional de Qualificação – PNQ do governo de Luís Inácio Lula da Silva, uma vez que se considera como política ainda não consolidada em termos de dados e de avaliação.

Com respeito à reestruturação produtiva, a revisão bibliográfica assinala a existência de aparente consenso entre os pesquisadores acerca das mudanças de paradigmas de produção e sobre os novos requisitos de qualificação de mão-de-obra, tanto no nível internacional como nacionalmente, além do que permanecem abertas questões sobre o processo, especialmente no tocante ao formato das segmentações no mercado de trabalho, diferentes formas de inserção de trabalhadores(as) no processo produtivo e distintos padrões de uso do trabalho (LEITE e RIZEK, 1997). Outro consenso entre os pesquisadores aponta para o aumento dos requisitos de qualificação na contratação da mão-de-obra de forma geral, sendo estes maiores se comparados ao taylorismo/fordismo. De fato, em termos de formação dos trabalhadores, a acumulação flexível passa a considerar o conceito de competências.

Ao estudar a industrialização brasileira, o trabalho registra a importância do parque industrial do Estado de São Paulo. Além de sua relevância econômica como região industrial, São Paulo mantém posição de referência também no campo da educação, representada, entre outros aspectos, por uma rede educacional moderna, com universidades como USP, UNICAMP e UNESP, que respondem por boa parte da produção de pesquisa científica nacional. Desta forma, São Paulo atua como eixo de influência educacional e técnica para os demais estados do país. Dada a sua importância, analisar o processo de industrialização em São Paulo, envolve compreender as profundas transformações das relações de trabalho marcadas pela crescente automação industrial, a adoção de novas formas de gestão da produção e as demandas por um novo perfil de trabalhadores mais adequados à lógica da flexibilidade.

O trabalho procura ressaltar a industrialização não como movimento espontâneo do capital, em seu objetivo de acumulação, mas como processo necessário de estabelecimento de novas institucionalidades.

Para compreender os diferentes grupos e suas demandas, observa-se a formação da burguesia industrial brasileira, a formação da classe operária, além do processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, na dinâmica das relações de periferia e centro do capitalismo internacional (CARDOSO, 1971).

A revisão do processo de industrialização nacional permite que possam ser investigadas as demandas específicas dos vários atores sociais em termos de projetos educacionais, especialmente quanto à formação da força de trabalho.

A presente pesquisa tem a intenção de investigar o tema da reestruturação produtiva nas indústrias de São Paulo, contemplando os seguintes propósitos:

- a) compreender o processo de industrialização brasileira e do Estado de São Paulo, percebendo as características da formação da burguesia industrial e da classe operária, e as relações desse processo com a educação da força de trabalho industrial;
- b) caracterizar e analisar o processo de reestruturação produtiva das indústrias, a partir dos anos 1980, situando-o como um campo de conflito de interesses e de disputas políticas entre trabalhadores, educadores e empresários, considerados atores em disputa na definição de políticas públicas de formação dos trabalhadores;
- c) investigar as demandas sobre o campo da formação profissional, a partir da análise dos documentos produzidos na década de 1990, pelos órgãos representativos de trabalhadores e industriais, respectivamente as centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores – CUT, Força Sindical – FS e Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Utiliza-se como pressuposto que estes atores sejam interlocutores legítimos das classes de trabalhadores e industriais;
- d) discutir também a gênese da formação profissional no Brasil, destacando a organização, em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, e do Plano Nacional de Formação – Planfor (1995).

Capítulo 1: A fase inicial da industrialização no Brasil (1890-1930)

1.1 Origens do capitalismo industrial no Brasil

Inicia-se este capítulo com algumas considerações sobre o que se pretende chamar de industrialização e algumas das especificidades deste processo na América Latina, particularmente para o caso do Brasil. Pode-se dizer que a bibliografia que analisa a industrialização capitalista no contexto latino-americano é ampla, e este trabalho referencia algumas das contribuições dadas à questão por intelectuais como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros mais recentes. Procurou-se registrar neste trabalho contribuições das áreas das Ciências Sociais, da Economia Política, da História Econômica e da Educação.

Embora não seja objetivo deste trabalho empreender uma investigação empírica sobre o assunto, é possível identificar que, para o pensamento comum, a noção de industrialização tenha adquirido um caráter de associação direta com o grau de desenvolvimento de um país. No senso comum, países industrializados seriam, portanto, países desenvolvidos, e vice-versa. Nas conversas do dia a dia e em diferentes plataformas políticas, reproduz-se o apego a propostas e promessas de geração de emprego via implantação de indústrias em certa região – sempre contando, obviamente, com incentivos do poder público, através de isenções fiscais ou outras concessões diversas. Vê-se que esta noção de desenvolvimento pela necessidade de industrialização, portanto, revela um discurso de modernidade local, e mesmo nacional, vinculado à implantação e expansão de fábricas e de pólos industriais, sem que sejam identificados os grupos de interesse nestes empreendimentos. A retórica é recorrente, como assinala Fernandes (1973):

(...) As mitologias forjadas pelas burguesias nacionais insistem em rótulos perturbadores, que são aceitos, consagrados e difundidos pelos setores “radicais” das classes médias e pelos “movimentos de esquerda”. A ênfase é posta em processos, cujos mecanismos reais são escamoteados (os exemplos corriqueiros vão do “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo” ou “Ninguém segura o Brasil” e conceitos mais abstratos, como “revolução pelo desenvolvimento”, ...). Não só as duras realidades e os dinamismos típicos de relações de classe são dissimulados. Nega-se a existência das classes sociais como e enquanto tais, bem como o jogo econômico, social e político imposto pelos interesses das classes dominantes. (FERNANDES, 1973, p. 38)

Segundo uma perspectiva mais teórica, a industrialização pode ser entendida como uma fase posterior à manufatura no desenvolvimento do modo de produção capitalista. De fato, as transformações na organização do trabalho artesanal e o aparecimento da grande indústria, na passagem do século XVIII para o século XIX, produzem o trabalhador livre, de atividade assalariada (MANFREDI, 2002, p. 41).

Para Versiani (2002, p. 189), a indústria é a forma de produção pelo sistema fabril, distinto em relação à manufatura doméstica ou artesanal, e que envolve processos produtivos de certa complexidade, com etapas sucessivas de transformação da matéria-prima levadas a efeito num mesmo local, com divisão de tarefas entre grupos de trabalhadores e uso de métodos mecanizados.

Entretanto, não se trata apenas de observar as transformações nas bases técnicas puramente. O movimento industrial influencia na conformação de novos arranjos sociais em todo o mundo, como se vê na contribuição de clássicos da sociologia. Como exemplo disso, observando o caso da Inglaterra, Marx e Engels ressaltam a força destas transformações em termos de conformação de uma nova ordem econômica e social:

A concentração do comércio e da manufatura em um único país, a Inglaterra, tal como se desenvolveu sem interrupção no século XVII, criou progressivamente para esse país um mercado mundial relativo e suscitou por isso mesmo uma demanda dos produtos ingleses manufaturados, que as forças produtivas industriais anteriores não podiam mais satisfazer. Essa demanda que ultrapassava as forças produtivas foi a força-motriz que suscitou o terceiro período da propriedade privada desde o início da Idade Média, criando a grande indústria – a utilização das forças da natureza para fins industriais, o maquinário e a divisão do trabalho mais desenvolvida.

(...)

A grande indústria (...) estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial modernos, colocou o comércio sobre seu domínio, transformou todo capital em capital industrial e deu origem, assim, à circulação (aperfeiçoamento dos sistemas monetários) e à centralização rápidas de capitais. Por meio da concorrência universal, ela forçou todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral, etc., e quando isso lhe era impossível, fez delas mentiras flagrantes. Foi ela que criou de fato a história mundial, na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada, e cada indivíduo para satisfazer suas necessidades, e na medida em que aniquilou nas diversas nações a identidade própria que até então lhes era natural. Subordinou a ciência da natureza ao capital e privou a divisão do trabalho de sua última aparência de fenômeno natural. (MARX, K. e ENGELS, F., ano?, pp. 70 – 71).

No caso do Brasil, Cardoso de Mello (1986) assinala que a industrialização marca o início de constituição da Nação brasileira, não obstante a economia se mostrasse atrelada fortemente à demanda externa¹:

A industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo da Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era uma quase ficção. Com ela, inicia-se uma nova etapa, a do desenvolvimento para dentro, porque o centro dinâmico da economia se desloca para dentro da Nação, que passa a se comandar a si própria. Isto é, o deslocamento do centro dinâmico das economias latino-americanas, quer dizer, a substituição da variável exógena *demanda externa* pela variável endógena *investimento* como motor da economia, equivale ao deslocamento para o interior da Nação, dos centros de decisão. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 21)

Ao discutir a problemática da industrialização brasileira, Cardoso de Mello, baseando-se em Sérgio Silva (1968), assinala que

“... é preciso considerar a industrialização em si mesma (quer dizer, a industrialização como progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como aspecto técnico do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas correspondendo a relações sociais de produção determinadas, na vigência de relações de produção capitalistas. (...) O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas: é, também, desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho”. (SÉRGIO SILVA, 1968, apud CARDOSO DE MELLO, 1986, pp. 96-97.)

É possível compreender o processo de industrialização como resultante de um conjunto de esforços de política industrial (CRUZ, 1997), cujo conceito remete às ações concebidas pelo poder público, ao definir condições para implementação seletiva de setores industriais, sendo uma das dimensões possíveis da presença do Estado na economia:

Ao intervir na realidade econômica através da política industrial, o Estado pode ter em vista uma série de objetivos: promover o crescimento da indústria (ou de algum de seus setores); fortalecer algumas áreas de atividade (como a tecnologia), fomentar o desenvolvimento de determinadas regiões; elevar o nível de eficiência da indústria e/ou alterar padrões de competição nela presentes. (CRUZ, 1997, p. 21)

¹ A demanda externa se organiza a partir dos grandes centros industriais como Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão, em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e heterogênea, respondia pela produção de alimentos e matérias-primas a baixo custo (CARDOSO DE MELLO, 1986, pp. 13, 14).

Não é objetivo deste trabalho elaborar um histórico das políticas industriais no Brasil. Mas é fato perceptível que é sobre o terreno das políticas industriais que diferentes grupos e setores apresentam-se, desde o início da industrialização nacional, concorrendo à posição de prioridade destas políticas.

Ao considerar a industrialização como aspecto de política industrial e, portanto, de política pública, torna-se possível investigar os diferentes interesses, solidários e concorrentes, que se expressam a partir das correlações de força entre Estado, industriais e trabalhadores. A análise da industrialização brasileira e do Estado de São Paulo, portanto, permite assim revelar aspectos não apenas do grau de desenvolvimento do capitalismo nacional, mas também do próprio desenvolvimento da classe industrial, da classe operária e do próprio Estado brasileiro.

Sendo o Estado, portanto, forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a Lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. (MARX, K. e ENGELS, F., ano, p. 74)

Em outro sentido, o conceito de Estado ampliado em Gramsci (SAVIANI, 1988, p. 18), ajuda a entender que o Estado não pode ser tomado como sempre e necessariamente tutelado pelo capital, pois ainda que a origem do Estado esteja atrelada à necessidade de proteção da propriedade privada, o mesmo vai se constituindo de forma mais ampla e com uma certa autonomia em relação ao capital.

Outro aspecto que se destaca da história econômica da primeira república, é a presença de investimentos estrangeiros no país, de acordo com o movimento de internacionalização do capital industrial dos países centrais. Sobre este aspecto, Suzigan e Szmercsányi (2002, p. 262), assinalam que os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil, embora ocorrendo, em geral, de forma modesta até a década de 1930, eles foram significativos em alguns setores industriais, como parte das estratégias de expansão geográfica das empresas líderes do setor industrial dos países capitalistas centrais (Quadro 1.1). Grandes empresas da indústria de transformação dos países capitalistas centrais, que vinham se internacionalizando desde as últimas décadas do século XIX, passaram a incluir novas áreas, como o Brasil, nas suas estratégias de expansão geográfica, seja com vistas à ocupação dos mercados internos dessas áreas, seja para a exploração das fontes de matérias-primas.

Quadro 1.1 – Empresas Estrangeiras no Brasil: 1880-1930 (SUZIGAN et.al., 2002).

Estratégias	Origem do Capital	Empresa	Ramos de Atividade	Instalação	Ano
Free Standing Companies	Inglaterra	Flour Mills & Granaries	Produção de farinha de trigo	Rio de Janeiro	Década de 1880
	Inglaterra	Clark & Co.	Calçados	São Paulo	1904
	Inglaterra	Fiat Lux (Bryant & May)	Fósforos	Niterói - RJ	1894 – 1917
Investimento no processamento de matérias-primas locais para exportação		Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Ltd.	Indústria de carnes	Rio Grande do Sul	1888
	EUA	Continental Products Company (depósito Wilson Co.)	Frigorífico	São Paulo	1915
	EUA e Inglaterra	Brazilian Meat Co. (Frigorífico Anglo ²)		Mendes – RJ	1917
	EUA	Armour		Pelotas – RS	1917
	EUA	Swift		Pelotas – RS	1919
					1913
Investimentos estrangeiros motivados pela competição no abastecimento do mercado brasileiro	França	Michelin	Pneus		
	Alemanha	Continental			
	Inglaterra	Dunlop			
	EUA	Goodyear			
	EUA	Firestone			
Investimentos estrangeiros pelo crescente mercado interno	EUA	Singer Sewing Machine	Máquinas e equipamentos de costura	Rio de Janeiro	1905
	EUA	United Shoe Machinery	Máquina para fábrica de calçados	Rio de Janeiro e São Paulo	1906
	EUA	International Harvester	Implementos agrícolas		1926
	EUA	General Electric	Material elétrico		1919
	EUA	Ford Motor Co. of Brazil	Veículos automotores	São Paulo	1919
	EUA	General Motors		São Caetano – SP	1920
	França	Rhodia	Químico-farmacêutica	Santo André – SP	1919
	Alemanha	Bayer	Farmacêutica	Rio de Janeiro	Década de 1930
	Inglaterra	Imperial Chemicals Industries	Química		
	Inglaterra	Unilever	Química e Toalete	São Paulo	Fins de 1929
	EUA	Procter & Gamble			
	EUA	Colgate-Palmolive			
Investimentos para aumentar a participação no abastecimento do mercado interno através da industrialização substitutiva de importações	Canadá	Cia. Brasileira de Cimentos Portland	Cimento	Perus – SP	1924
	EUA	Cia. Nacional de Cimento	Cimento	Niterói – RJ	1929
	Bélgica	Cia. Siderúrgica Belgo Mineira	Siderurgia	Sabará – MG	1921

² Em meados da década de 1930, os frigoríficos Anglo, Armour, Swift e Wilson, detinham 95% da capacidade nacional de abate e processamento de gado bovino (SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, 2002, p. 269).

Houve, portanto, investimentos externos na indústria de transformação, na geração e distribuição de energia elétrica, na mineração, na agroindústria, e nos setores de transportes e de intermediação financeira, com o uso de estratégias bem definidas:

Essas estratégias foram sendo concretizadas por diversas modalidades de atuação das empresas de capital estrangeiro. Uma das mais comuns era estabelecer inicialmente uma estrutura de comercialização de produtos importados, para só depois investir em capacidade de produção local. Outras incluíam: a) o estabelecimento de uma *fábrica subsidiária*; b) o *take-over* das empresas locais, ou a associação com capitais e empresários nacionais; c) a implantação de simples linhas de montagem e d) o licenciamento de fabricantes locais. (SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, 2002, p. 263)

Portanto, apropriando-se ou não das ofertas de incentivos fiscais do Governo Brasileiro, os investimentos estrangeiros, com preponderância incontestável do capital inglês (CARONE, 1978, p.130), influenciam na conformação de vários setores da indústria de transformação, além de constituir importante fator de seu crescimento e de sua diversificação a partir de 1920 (SUZIGAN & SZMRECSÁNYI, 2002, p. 283).

Cardoso de Mello (1986) entende a industrialização brasileira como um processo de substituição de importações em duas fases:

(...) Na primeira, a de industrialização extensiva, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis “leves”, produzindo-se um alargamento de capital, com uso abundante de mão-de-obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de industrialização intensiva, a substituição envereda pelos bens de produção “pesados” e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 93).

Segundo o autor, com a grande depressão de 1929, as economias latino-americanas passam à etapa do desenvolvimento com base em sua produção interna em virtude da crescente dificuldade de importação dos países centrais (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 17).

1.2 Economia cafeeira e o crescimento industrial em São Paulo

O Brasil do final do século XIX era um país eminentemente rural constituído de economias regionais com escassas relações mercantis entre si. A economia cafeeira era uma das células exportadoras mais significativas, cujo avanço da acumulação se mostrava dificultado pela permanência do escravismo³ desde a década de 1870. Sobre a organização da cultura cafeeira no Brasil, Prado Júnior (1977) comenta:

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo “plantação” (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde (...) por trabalhadores assalariados. Contribuem para fixar este sistema de organização as mesmas circunstâncias assinaladas para as demais culturas brasileiras. Reforçam-se, aliás agora, a tradição já formada no país e seu regime social; sem contar que o cafeeiro, sendo uma planta de produção retardada, exige para seu cultivo maior inversão de capitais. Torna-se assim ainda menos acessível ao pequeno proprietário e produtor modesto. (PRADO JÚNIOR, 1977, pp. 165-166)

Cardoso de Mello (1986) comenta a organização da empresa cafeeira:

Surge como latifúndio escravista também e principalmente porque, tendo em vista, o caráter da demanda externa e o investimento exigido, o trabalho escravo, superexplorado, mostrou-se mais rentável. Estava excluído, mais uma vez, o trabalho assalariado, não porque nestas plagas e naqueles tempos o capital demonstrasse qualquer vocação escravista. Assim o foi porque a taxa de salários dever-se-ia fixar em níveis elevados, pois haveria de compensar aos olhos dos produtores diretos a alternativa de produzirem sua própria subsistência, como posseiros ou pequenos proprietários. E por isto, o custo de reprodução do escravo era menor que o do trabalhador livre. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 57).

A cultura do café estava em uma fase de ampla expansão de suas forças produtivas, e o simples crescimento vegetativo da população trabalhadora, escrava em sua maioria, não lhe podia atender às necessidades crescentes, e especialmente “(...) a extinção do tráfico africano veio bruscamente acentuar e aprofundar as contradições do regime escravagista”. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 174). A própria indústria nascente servirá também para colocar em questão o uso do trabalho servil.

³ A Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, não continha mais que duas frases: Artigo 1º. : É declarada extinta a escravidão no Brasil. Artigo 2º. : Revogam-se as disposições em contrário. Quanta luta, quanto heroísmo também para arrancar estas duas frases tão simples, mas tão eloquentes ao mesmo tempo, do reacionário e escravocrata Império brasileiro! (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 182).

Para Caio Prado Júnior:

De um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, o trabalho escravo, (...), é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e, portanto, em empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 175).

Versiani (2002), critica o argumento de que o regime escravista seria essencialmente incompatível com a produção da indústria, dizendo que a literatura estaria influenciada pelas análises clássicas do processo de industrialização nas economias ocidentais, não considerando as *especificidades* do caso brasileiro:

É bem sabido que, em Marx, a ascensão do modo capitalista de produção é associada com a difusão das transformações trazidas pela Revolução Industrial; analogamente, a prevalência de atitudes e práticas “racionalis” na atividade produtiva que define o conceito de capitalismo em Weber – é um fenômeno também relacionado com a industrialização. (VERSIANI, 2002, p. 190).

Versiani, contudo, diz que a incompatibilidade entre escravidão e trabalho fabril não pode ser aceita como tese genérica: “é duvidosa sua utilidade como elemento conceitual, no estudo dos processos de transformação da economia brasileira do século passado” (VERSIANI, 2002, p.202).

A cafeicultura de São Paulo já estava se organizando à base do trabalho assalariado de imigrantes, antes mesmo do fim da escravatura e é com o término do tráfico de escravos na década de 1850, que a política de povoamento volta a ocupar uma preocupação de destaque. Como assinala Carone (1978), desde a metade do século XIX, o Império instala núcleos de estrangeiros e incentiva a vinda de imigrantes. Desta forma, trabalhadores livres e escravos vão co-existir até a abolição da escravatura. A Constituição de 1891 formaliza uma realidade: “*ao Governo Federal cabe incentivar a imigração, podendo os Estados atraí-la conforme seus interesses*”, confirmando a prática já existente de alguns Estados:

É o que fazia São Paulo: com o declínio da migração de escravos do Nordeste para o Sul, ao redor dos anos de 1870, esta Província desde 1876 organiza o seu serviço de imigração para suprir o déficit de mão-de-obra nas fazendas de café. (CARONE, 1978, p. 11).

Para Fausto (1976, p.17), o momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção em São Paulo, ocorreu com a liquidação final do sistema escravagista associada com a entrada das grandes levas de imigrantes:

O papel desempenhado por estes [imigrantes] no primeiro surto de industrialização foi crucial, sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pela preferência em inverter a poupança no setor comercial e industrial (...); pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo. (...) Lembre-se também que a força de trabalho estrangeira não veio substituir simplesmente a mão-de-obra escrava, mas representou um grande aumento potencial de trabalho, destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão. Em 1887, havia 107.000 escravos na província de São Paulo; entre esse ano e 1900 a imigração líquida somou 599.426 pessoas. (FAUSTO, 1976, p. 17)

Para Prado Júnior (1977), os novos colonos estariam destinados a se fixar nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando inicialmente como subordinados e em regime de parcerias. Segundo o autor, este tipo de colonização representa uma transição do sistema de formação de pequenos proprietários e camponeses independentes para aquele cuja colonização seria formada por assalariados puros (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 186). Até a década de 1860, São Paulo já contaria com cerca de 70 colônias de imigrantes (PRADO JÚNIOR, 1977) e calcula-se que cerca de 70% dos trabalhadores do café em 1908 seja de italianos (CARONE, 1978).

Beiguelman (1986) discute o movimento dos trabalhadores imigrantes diante da grande lavoura no período que vai de 1900 a 1920. A partir de publicações da época, a autora resalta a ocorrência de maus tratos sobre os imigrantes, segundo denúncias dos jornais “*Avanti*”, “*La Battaglia*”, “*Germinal*” e “*La Propaganda Libertária*”. De fato, o período vai apresentar forte campanha contra a imigração italiana para o Brasil, ora por parte dos grupos de trabalhadores organizados e que viam nas políticas de imigração formas de pressão para redução dos salários dos trabalhadores urbanos (BEIGUELMAN, 1986, pp. 98 – 106).

A despeito de todos os problemas e entraves, com a imigração cria-se um mercado de trabalho rural e urbano e amplia-se o mercado de bens de consumo leve. Não é por coincidência que no bojo dessas profundas transformações da década de 1880, vai nascer, junto com o capitalismo brasileiro, um implante industrial, ainda que subordinado à dinâmica da economia cafeeira (NEGRI, 1996, p. 27). Para Negri, o período de 1896 a 1903 foi marcado por crise de superprodução de café e desvalorização dos preços.

Segundo Negri, a partir de 1906, o papel de intervenção do Estado favorece a manutenção dos grupos cafeeiros, além da preocupação com a estabilidade econômica, garantindo as bases para o fomento da industrialização pela via das políticas econômicas, com a assinatura do “*Convênio de Taubaté*”, composto por um programa de valorização do café – compra de excedentes e garantia de preços mínimos, além da criação da “*Caixa de Conversão*”, política de estabilização da taxa de câmbio. De fato, o êxito das políticas garantiu elevadas taxas de rentabilidade das atividades cafeeiras, permitindo a transferência de recursos para as demais atividades agrícolas, para as ferrovias, geração de energia elétrica e, notadamente, para as atividades industriais, fortemente concentrados em São Paulo no período 1907 a 1913 (NEGRI, 1996, p. 28).

A subordinação da indústria ao café manifesta-se de diferentes formas. A primeira subordinação (...) manifesta-se pela procedência do seu capital, no que se denominou capital cafeeiro: capitais excedentes das atividades cafeeiras - tanto nos períodos de auge como no declínio - que vazam para várias atividades da economia cafeeira - comércio, banco e ferrovia. A segunda subordinação está na incipiente produção de bens de capital e intermediários, fato que implica a necessidade de importá-los e são as exportações de café que fornecem as divisas suficientes para financiar suas importações. A terceira subordinação refere-se à incipiência do mercado urbano: na verdade é a expansão cafeeira que gera direta ou indiretamente os mercados da indústria. Em menor escala, a quarta subordinação refere-se ao mercado de mão-de-obra para a indústria nascente, que também se formou com a imigração em massa patrocinada pela economia cafeeira. (NEGRI, 1996, p. 28)

Cardoso de Mello (1986) identifica razões específicas para o surgimento de projetos industriais no Brasil na década de 1890, como o momento de auge exportador, taxas de acumulação favoráveis à rentabilidade e condições de financiamento atraentes, fazendo que os próprios bancos da época fossem transformados em empreendedores industriais.

“O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais precisamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica um grau relativamente desenvolvido da divisão do trabalho. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o da força de trabalho. Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial”. (CARDOSO, F. H., 1969, apud CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 99).

Ao analisar a formação da indústria têxtil em São Paulo, Maria Alice Rosa Ribeiro (1988, pp. 15 – 16) destaca que a instalação deste setor produtor de bens de consumo assume uma singularidade que expressa uma nova articulação da divisão internacional do trabalho, na qual as nações capitalistas avançadas se redefinem como exportadoras de bens de produção como máquinas, itens mecânicos e insumos químicos. Para as economias capitalistas desenvolvidas, as indústrias de bens de produção mecânica e siderúrgica assumiam a dianteira do processo de acumulação, na nova divisão internacional do trabalho.

Para Dean (1986, pp. 9 –10) a industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café, aproveitando-se de crises de plantações no Ceilão, do final da escravidão, formação de uma classe de trabalhadores livres e a instituição de uma estrutura econômica e política extremamente descentralizada, que permitia ao governo do Estado de São Paulo estimular o comércio sem entraves, e reter no Estado, todo lucro dele derivado. O autor explica por quê o café serviu de base para o crescimento industrial nacional uma vez que proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial - a economia monetária. Na década de 1870, são instaladas algumas fábricas de tecidos e a existência de circulação de dinheiro, desestimulou o emprego de escravos em ofícios manuais. Com o advento da mão-de-obra livre, o uso do dinheiro difundiu-se pela massa da população. O comércio do café não gerou apenas a procura da produção industrial, mas igualmente custeou grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais, necessárias a tornar proveitosa a manufatura nacional.

A construção de estradas de ferro proveio, toda ela da expansão do café. Também por causa do café, o Porto de Santos foi se consolidando como fundamental à instalação dos empreendimentos industriais. Para a movimentação das indústrias, eram criadas empresas de geração de energia, de capital europeu ou americano, organizadas por cafeicultores.

As primeiras fábricas também foram em muito beneficiadas pela transformação social já operada pelo café, pela presença de uma mão-de-obra, imigrante e nativa, afeita à necessidade do trabalho constante, e por um quadro de técnicos e contra-mestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo (DEAN, 1986, p.15).

Entretanto, segundo Dean, o setor industrial continuava sendo totalmente marginal dentro de uma economia orientada para a exportação, pois a industrialização não contava com o apoio de uma ideologia operacional de desenvolvimento como uma força motivadora vital de crescimento em áreas não desenvolvidas.

Para Negri (1996), a expansão do “complexo cafeeiro” não significou apenas o aumento físico da produção do café, mas, sobretudo, um processo de criação de novos “espaços” para a acumulação, que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores ao nível da urbanização, serviços e indústria (Tabela 1.1).

Como destaca este autor, no período até 1928, a expansão do sistema de transportes, especialmente com as ferrovias, levou à formação de oficinas de montagem e recuperação de locomotivas, vagões e carros, que além de permitir a obtenção de tecnologia de produção, eram importantes núcleos de formação da mão-de-obra industrial especializada (NEGRI, 1996, p. 34).

Tabela 1.1 – Evolução da indústria de transformação do Estado de São Paulo: 1907 – 1928 (Conf. NEGRI, 1996, p. 36)

Anos	Número de Estabelecimentos	Número de Operários	Participação do Valor da Produção sobre a produção brasileira
1907	327	24686	15,9%
1919	4112	80.782	31,5%
1928	9603	158.746	37,1%

A agricultura paulista foi se tornando mais capitalizada e diversificada, ao mesmo tempo em que passava a atender o mercado nacional, utilizando grande número de tratores e outros implementos agrícolas. Nas cidades, o novo sistema bancário começa a substituir os antigos “comissários do café”, enquanto órgãos de financiamento.

Perissinotto (1997) ressalta a necessidade de compreender a atividade industrial para além de mero apêndice da economia cafeeira. O autor argumenta que embora existam fortes evidências de vinculações do desenvolvimento industrial com a economia do café, é preciso olhar para as dimensões sociais do processo (política e ideológica), pois a atividade industrial reflete as ações de uma classe que foi capaz de se organizar e de elaborar uma ideologia própria, apesar de seus vínculos estruturais com a economia exportadora.

1.3 A indústria têxtil em São Paulo

A indústria têxtil, segundo Ribeiro (1988), nasce no bojo de um processo de acumulação capitalista numa economia baseada na agricultura exportadora. Há registros de fábricas desde de 1813. As fábricas eram construídas ao lado das grandes fazendas de plantação de algodão, em regiões de Sorocaba, Itu, Jundiaí, São Paulo, Piracicaba, inicialmente para atender às necessidades locais de vestuário de escravos e sacas para os produtos. Especialmente a partir de 1873, havia no Brasil um cenário bastante favorável para a expansão deste setor: abundância de matéria-prima (algodão) a preços acessíveis, existência de expansão das redes ferroviárias, desenvolvimento dos portos, mercado interno de mão de obra excedente e barata, facilidades de importação de máquinas e acessórios e a existência de mercado consumidor interno.

A indústria têxtil que se instala já nasce como grande indústria e seu processo produtivo já incorpora os avanços técnicos desenvolvidos pelas economias capitalistas internacionais, em especial a inglesa. Segundo Ribeiro (1988), o fundamento da organização do processo de trabalho é o sistema de máquinas e a combinação entre elas dá unidade à organização produtiva. O trabalhador aparece como mero elemento a ser adicionado ao trabalho das máquinas. Ainda segundo Ribeiro:

A mecanização condicionou que o capital aplicado nestas fábricas fosse vultoso. Não se tratava mais da construção de pequenas oficinas ou da improvisação de cômodos para desenvolver uma atividade manufatureira, senão tratava-se da construção de edifícios apropriados à acomodação de numerosas máquinas, muitas de grandes dimensões, (...). Não se tratava também da importação de ferramentas simples, senão de maquinismos que, por sua vez, para funcionar, exigiam não mais a força humana, mas sim a instalação de usinas hidrelétricas ou de outras formas de obtenção de energia que implicavam investimentos adicionais. A existência de vultosos montantes de capital para instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem, por outro lado, implicou que a origem destes capitais estivesse assentada nas atividades produtivas que constituíam a base da economia: a atividade agrícola-exportadora. Não era de estranhar, portanto, a presença, predominante dentre os fundadores das primeiras fábricas, de fazendeiros de algodão e/ou de café. (RIBEIRO, 1988, p. 40)

Não havia dificuldades de recrutamento de mão-de-obra para as primeiras fábricas de tecido, pois havia um contingente significativo de mão-de-obra entre a população mais pobre. A própria organização produtiva mecanizada, ao destituir o trabalho de qualquer conteúdo, poucas exigências fazia de preparo e de conhecimentos técnicos da mão-de-obra.

Era bastante comum o emprego de mulheres, crianças e desempregados. Em geral, o pessoal técnico era de procedência estrangeira.

A formação do ramo têxtil algodoeiro sob o ponto de vista do processo de trabalho implica privilegiar a fábrica, onde as formas de sujeição do trabalho ao capital se manifestam. A relação de subordinação e oposição entre o capital e o trabalho expressa-se também no processo de trabalho, e por isso mesmo, este não constitui apenas uma técnica de fazer produtos, mas a forma pela qual se estabelecem as relações do homem com os elementos materiais da produção, e dos homens entre si. É neste espaço que a dominação do capital sobre o trabalho se desenvolve e adquire concretude, por meio da qual suas artimanhas e mecanismos se explicitam na imposição de uma nova divisão de trabalho, na desqualificação do trabalho, na determinação do salário, e na duração do tempo de trabalho. Por sua vez, é neste espaço que o trabalhador cria suas formas de resistência e insubordinação aos ditames do capital. (RIBEIRO, 1988, p. 16)

O estabelecimento de usinas hidrelétricas por empresas estrangeiras depois de 1900 representou outro elemento que dinamizou o crescimento industrial e permitiu que as fábricas diminuíssem seus custos com energias mais caras (vapor e hidráulica). Fora esses fatores deve-se levar em conta a ausência de qualquer restrição ao emprego da força de trabalho, quer em termos de extensão da jornada de trabalho, quer a nível salarial, o que implicou na ampla possibilidade de o capital ditar, como lhe convinha, as formas de exploração do trabalho assalariado (Ribeiro, 1988, p. 69).

Ao citar o inquérito sobre as condições de trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo, de 1912, Ribeiro ressalta a concentração da força de trabalho masculina em funções de supervisão (os *contramestres*), no controle e vigilância do trabalho, em serviços que exigiam algum esforço físico e maior “especialização”, envolvendo maiores conhecimentos técnicos como na manutenção mecânica e na química. Para o quadro feminino e infantil, as tarefas exigiam destreza manual e atenção.

Em 1928, a indústria de transformação do Estado de São Paulo contava com 9.603 estabelecimentos, empregando 158.746 operários, fortemente concentrada na região da Grande São Paulo (Tabela 1.2).

Negri (1996) ainda ressalta duas características importantes sobre a indústria paulista do período: a alta concentração da produção de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentos, vestuários, calçados e tecidos); e a segunda, sua penetração no espaço territorial interiorizado, com plantas relevantes nas regiões de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto.

1.4 A formação da burguesia industrial brasileira

Para Cardoso (1971), a formação da burguesia industrial deve ser compreendida a partir das políticas de desenvolvimento na relação de dependência do Brasil como nação periférica em relação às economias centrais do capitalismo:

Impõe-se, por conseguinte, delimitar, precisar e descrever a forma, as condições e as conseqüências que assume o processo de integração das economias que se estabelecem na periferia do sistema internacional de produção e de troca para evitar o risco aludido [superficialidade de análise]. (...) O mercado, isto é, a rede de relações de troca que se estabelece em função de um modo determinado de produção, pode ser concebido também como expressão de um modo de dominação. Modo de dominação esse que seus diferentes níveis expressa desde a relação simples entre o possuidor de meios de produção e o possuidor da força de trabalho, na linguagem de Marx, até a dominação de um Estado-nação por outro, nas fases de maior complexidade do sistema de relações internacionais, passando naturalmente pelas formas de constituição dos mercados internos, quer dizer, pela definição dos Estados nacionais, e pelos diferentes tipos de aliança e de oposição entre grupos de interesse internos e externos. (...) Em resumo, essa perspectiva se justifica na análise da política quando se redefine a noção de mercado, por intermédio de uma crítica que devolve a prioridade devida às considerações que mostram o sistema produtivo e o mercado – em seus diferentes níveis – como resultado não só de uma prática econômica, mas de uma imposição social e política. (CARDOSO, 1971, pp. 57 – 58).

Compreende-se o mercado, portanto, como campo de batalha de imposições econômicas, com o conhecimento da trama de relações entre grupos com interesses distintos e que têm chances de atuação estruturalmente definidas também distintas (CARDOSO, 1971, pp. 58 – 59).

Para Cardoso, o próprio processo de independência foi o resultado da ação dos grupos agro-exportadores que ao romper os vínculos políticos com Portugal, no caso do Brasil, mantiveram o controle do sistema produtivo interno e reorganizaram seus vínculos no mercado internacional orientando-se na direção da Inglaterra, centro hegemônico no mundo capitalista de então.

Segundo Cardoso (1971, p. 72), graças à formação da dominação oligárquica, possuidores de grandes extensões de terras e de mão-de-obra, estabelecem uma aliança com os grupos ligados à exportação (agricultores, mineradores, comerciantes e banqueiros) configurando uma situação de hegemonia. Assim, os resultados institucionais dessa aliança se manifestam no modo como se organizam as funções do Estado, onde o pacto entre as duas tendências dos grupos dominantes – a modernizadora e a de matiz tradicional – impregna de ambigüidade e de compromissos as instituições políticas nacionais.

Fernandes (1973), esclarece sobre os resultados de uma organização aristocrática, na perspectiva da dominação e da instrumentalização do poder político:

(...) Uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o privilégio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. (...) Os interesses particulares das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como os “interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações exteriores. (FERNANDES, 1973, pp. 11 – 12).

Florestan Fernandes (1973) apresenta quatro tipos de dominação externa, experimentados por quase todas as nações latino-americanas: 1) o sistema colonial baseado nos processos de exploração e do capitalismo mercantil, segundo um processo de legitimação legal e político através do qual os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas de Espanha e Portugal, com a transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão; 2) o neocolonialismo, entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, quando nações centrais, a Inglaterra em particular, passam a ocupar o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras, com a emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos, exercendo uma dominação externa indireta:

A expansão das agências comerciais e bancárias na região envolvia um pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais e nacionais. (...) os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e cumplicidade das “classes exportadoras” (os produtores rurais) e os seus agentes ou comerciantes urbanos. (FERNANDES, 1973, p. 15).

O terceiro tipo, o neocolonialismo, aparece como consequência da reorganização da economia mundial provocada pela revolução industrial na Europa, especialmente a Inglaterra. O neocolonialismo se transforma em imperialismo pois as influências externas alcançam todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura. Segundo Fernandes, quando a dominação externa se torna imperialista, o capitalismo dependente surge como realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1973, p. 16).

O quarto tipo de dominação externa surge mais recentemente, em conjunção com a expansão de grandes empresas corporativas nos países latino-americanos, algumas delas em setores de serviços e de finanças, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada. Para Fernandes, estas empresas representam o capitalismo monopolista, e que vão ocupar gradativamente posição de liderança nas economias nacionais, evoluindo para um *imperialismo total*:

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação em massa e consumo em massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (...) A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia industrial nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. (FERNANDES, 1973, pp. 18 – 19).

Para Fernandes (1973, p. 13) é necessário compreender o período durante a consolidação do regime capitalista no Brasil, como uma realidade parcialmente autônoma, com tendências bem definidas à vigência universal e à integração nacional. Fernandes admite a existência de uma burguesia no Brasil, ainda que estes surjam tardiamente, especialmente após a Independência:

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito seu gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava com valores ou com o próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o “usurário”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burgês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário). (...) A Independência, rompendo o estatuto colonial, criou as condições de expansão da burguesia e, em particular, de valorização social crescente do alto comércio. (FERNANDES, 1973, p.18)

Fernandes considera dramático responder sobre a existência ou não de uma revolução burguesa no Brasil, aos observar críticas eventuais acerca de se reproduzir aqui apenas esquemas de outros povos, com o fim de entender a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura, e pergunta: “Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas?” (FERNANDES, 1973, p. 20).

Considerando as implicações sócio-econômicas da Independência, Fernandes aponta para elementos revolucionário e conservador do processo. No primeiro sentido, em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo, sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro, mau grado as injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do “predomínio inglês” na vida econômica, política e diplomática da Nação. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para a formação de uma Nação autônoma (FERNANDES, 1975, pp. 31 – 33).

Sobre as condições e efeitos históricos e sociais da absorção do liberalismo pelas elites nativas, e considerando a posição marginal ocupada por elas sob o estatuto colonial, Fernandes (1975) destaca:

Sob a perspectiva dessa polarização, o liberalismo assume duas funções típicas. De um lado, preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o “esbulho colonial”. (...) De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época. (FERNANDES, 1975, p. 34)

Para Fernandes, a construção de um Estado nacional seria outro elemento da perspectiva liberal, naturalmente compreendido como “meio” e “fim”. Como “meio”, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes, e o “fim” de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos “interesses internos” com que elas se identificavam. Portanto,

(...), é patente que o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairavam sobre a sua reelaboração sócio-cultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial (FERNANDES, 1975, p.35).

1.5 A burguesia industrial em São Paulo

Para Ribeiro (1988, p. 58), a burguesia industrial em São Paulo passa a se organizar a partir de 1905 através de associações como o Centro Paulista de Fiação e Tecelagem de São Paulo, a Associação dos Industriais Comerciantes Gráficos, o Centro das Indústrias de Papel do Estado de São Paulo e o Centro das Indústrias de Calçados de São Paulo, entre outras. Segundo Ribeiro, todas estas associações eram contrárias às intervenções estatais sobre a economia, e, especialmente, opunham-se às tentativas do Estado de legislar sobre matérias relativas ao trabalho, acusando-as de *socialismo de Estado*.

A Comissão dos Industriais das Fábricas de Tecidos (CIFT), foi criada em outubro de 1919 e dela faziam parte as principais empresas do setor têxtil. Em 1925 faziam parte da associação cerca de trinta empresas que empregavam um total de 29.633 operários.

Após as greves gerais de 1917 – 1919, a CIFT notabilizou-se na função de controle e repressão dos trabalhadores, chegando a organizar “listas de indesejáveis” e a “identificação operária”, através de contatos com a polícia. Com estas listas, os industriais visavam eliminar das fábricas trabalhadores ativos no movimento operário.

No final dos anos 1920, os industriais do CIFT se organizam também para barrar aquilo que consideravam como “intervenção” dos poderes públicos, que buscavam regulamentar o trabalho através da Lei de Férias (Lei No. 4.892 de 24/12/1925) e do Código de Menores (Decreto No. 17.943-A de 12/10/1927).

Segundo Ribeiro, os industriais assumiam posição contrária à legislação trabalhista e buscavam na “neutralidade” das razões técnicas demonstrar a impossibilidade de sua aplicação à fábrica, apresentando o processo de trabalho determinado exclusivamente por normas técnicas, o que colaborava para a valorização do capital e sua expansão.

Outras associações ultrapassavam a dimensão setorial, como foi o caso do Centro Industrial do Brasil, reorganizado logo depois no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, criado em 1928 e tendo sua primeira diretoria formada por Otávio Pupo Nogueira, Jorge Street, Francisco Matarazzo e Horácio Lafer.

1.6 A formação da classe operária brasileira

Fausto (1976) analisa a formação da classe operária no Brasil considerando-a como parte integrante da história global do país e como sujeito de sua história. Do ponto de vista das condições materiais de sua existência, o mundo do trabalho aparece como espaço relevante, onde o operário vive grande parte de sua jornada, e de fato é neste mesmo espaço que as relações de produção são determinantes do cotidiano dos trabalhadores e de suas experiências cotidianas.

Parte da trajetória destes trabalhadores, sobretudo formada por estrangeiros, é comentada por Carone (1978):

Bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numérica e ideologicamente entre o operariado: já no fim do Império, levas de imigrantes dirigem-se para as cidades ou, muitas vezes, abandonam as duras condições do trabalho agrícola para aventurar-se nas fábricas. Em outras ocasiões, técnicos e operários classificados são contratados diretamente por determinadas indústrias. Assim, grande parte da indústria é fruto da técnica e mão-de-obra estrangeiras. (CARONE, 1978, p. 191)

Segundo Fausto, as necessidades da economia exportadora propiciaram profundas modificações nos sistemas de transportes entre as regiões produtoras e exportadoras, fomentando a ampliação dos centros urbanos existentes. É o caso da construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1887, que representou a ruína dos pequenos portos e consolidou a posição hegemônica de Santos como porto exportador. As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores em todo o Estado, cujas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes no anos seguintes (FAUSTO, 1976, p. 13). A expansão capitalista gerou, portanto, condições para a constituição de um núcleo de trabalhadores no setor de serviços, preparando indiretamente os requisitos para o surgimento do proletariado fabril.

Fausto (1976) argumenta sobre as dificuldades iniciais de formação de um movimento operário nos centros urbanos.

Não obstante os vários fatores que entravaram a formação de um movimento operário, a cidade reuniu os requisitos mínimos para o seu surgimento. Existia aí um quadro objetivo de exploração que podia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos; os ideólogos revolucionários e organizadores, apesar das restrições às suas atividades, não eram, no meio urbano um peixe estranho. Deste modo, embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se aos setores secundários e de serviços. O primeiro tinha pequena importância do ponto de vista econômico, enquanto o segundo era estrategicamente relevante para o desempenho do núcleo estrutural. (Fausto, 1976, p. 21).

Quanto ao trabalho industrial, Fausto esclarece que as lideranças operárias da época estavam cientes quanto à desorganização do movimento, motivada pela instabilidade de vida e trabalho do operário, pouca maturidade das organizações e ausência de visão de um sistema global de exploração aliada à falta de consciência dos operários como classe. O operário restringia suas preocupações ao âmbito dos problemas das oficinas, identificando a repressão geral com as arbitrariedades dos *contra-mestres*, e alguns patrões estimulavam a fidelidade dos seus operários com medidas paternalistas.

Conforme Boris Fausto, apesar da notória debilidade, o movimento operário durante a Primeira República apresentou fases de destaque, com mobilizações e greves importantes.

Na primeira fase, que vai de 1905 a 1908, ocorre uma ampla organização dos trabalhadores, com a fundação de federações regionais e da *Confederação Operária Brasileira*. Realiza-se o 1º Congresso Operário e trabalhadores paralisam suas atividades em greves em várias cidades. Para reduzir este ímpeto, surgem leis repressivas, notadamente contra os estrangeiros que supostamente atentassem contra a *segurança nacional*.

Na segunda fase, entre 1909 e 1913, o movimento é retomado rompendo com a repressão, mas agora segundo bases mais espontâneas. São Paulo acompanha uma greve geral em 1912 e o 2º Congresso Operário Brasileiro é realizado.

Na terceira fase, entre 1913 e 1917, ocorreu declínio do movimento operário, atingido pela carestia e pela interferência do clima de exaltação patriótica provocada a partir do ingresso do Brasil na guerra.

Na quarta fase, de 1917 a 1920, irrompe a *greve geral de junho de 1917* em São Paulo, com a hegemonia dos anarquistas. Outra greve eclode em 1919, reprimida com a prisão e exílio e dos líderes. Nova greve, em 1920, em São Paulo. Celebra-se o 3º Congresso Operário Brasileiro. A partir daí o movimento operário refluí, surgindo pequenos grupos que já não alarmam os círculos dirigentes.

Segundo Fausto, ao lado de movimentos mais amplos, como greves e congressos, a organização operária promovia a criação de jornais, constituindo um dos "*principais centros organizatórios anarquistas e de difusão de propaganda*". Os jornais operários foram tão numerosos como efêmeros. Entretanto, essa instrumento de mobilização não se sustentaria sem o respaldo das associações operárias, integradas com suas propostas e atividades.

Os jornais eram encarados como difusores de idéias, embora nos momentos de ação mais intensa, a doutrinação cedesse lugar ao noticiário, sob forma de boletins e panfletos, mais ágeis e informativos. Parte do custo das edições era coberta mediante a venda avulsa e assinaturas. O restante era complementado por meios “extra-jornalísticos” (festas, rifas e doações). Uma vez que a publicidade era muito reduzida, a regularidade das edições dependia diretamente da capacidade de mobilização das organizações que editavam os jornais.

Além dos jornais, havia ações de “boicotagem” contra os produtos das fábricas que não cumprissem os acordos trabalhistas, além de festas, teatro, quermesses, centros de estudos, sessões de leitura, excursões e palestras em centros mais afastados de moradia operária.

Fausto também afirma que o espectro ideológico do movimento operário abarcava desde grupos colaboracionistas até os opositores mais radicais do sistema, como os anarquistas e os anarco-sindicalistas. Os anarquistas pregavam o fim do capitalismo por meios não-políticos através dos quais cada indivíduo escolheria livremente a forma de sua atuação. Frequentemente o anarquismo se resumiu a um sistema filosófico, à pregação de indivíduos atuantes, mas de parca influência no meio operário.

Já o anarco-sindicalismo foi o movimento mais influente no meio operário durante as duas primeiras décadas do século XX. A base desta tendência era o ideário anarquista, mas avançava no sentido de valorizar o sindicato enquanto órgão de mobilização, evitando-se, contudo, a centralização e a hierarquização de seus membros. Seguindo o modelo da CGT francesa, o anarco-sindicalismo defendia a ação direta entre operários e patrões, sem o arbitramento do Estado. Para Fausto, é sobre este aspecto que o anarco-sindicalismo encontrou seu limite, pois não foi capaz de articular formas de mediação capazes de institucionalizar as conquistas obtidas sobretudo nas greves de 1917 e 1919. Estes limites, somados à adesão de muitos militantes ao movimento comunista que nascia, desaguaram no impasse do anarco-sindicalismo.

Segundo Fausto, os traços culturais dos operários não eram uniformes, pois é necessária uma distinção inicial entre as lideranças e a massa operária. Os dois grupos nutriam tensões, que parecem manifestar-se em uma parcial resistência frente à pregação das lideranças, as quais não reconheciam o saber das massas.

A existência de abundante oferta de força de trabalho, que se deslocava para os centros urbanos, passa a ser uma razão utilizada pelos empresários para deprimir salários mas o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência encontrava limitações. Do ponto de vista organizatório, as restritas possibilidades dos sindicatos de minorias, no sentido de alcançar êxitos palpáveis, tiveram um papel de relevo na enorme dificuldade que encontraram para se converter em órgão representativo de grandes camadas da população trabalhadora. Considerando o movimento político, Fausto sintetiza o clima predominante dos movimentos no país:

A recusa à luta política e o implícito economismo tinham particular atração sobre a massa de imigrantes, chegados à nova terra em busca de ascensão social e não de um mundo político estranho. Frustradas as primeiras expectativas, defrontavam-se com o Estado – inimigo longínquo que seria um dia necessário suprimir. Sem muita sofisticação, o anarquista corporificava este sentimento e lhe dava um conteúdo de luta, pela via da organização dos sindicatos e da greve geral revolucionária. A classe dominante e o Estado tinham um comportamento tendente a reforçar tal apreensão da realidade. Restringindo-me ao caso brasileiro, não havia interesse (nem necessidade) de favorecer a incorporação das massas, inclusive as de origem nacional, ao processo político. Os imigrantes estavam sendo transplantados para o país não como cidadãos mas, tanto quanto possível, como “força produtiva pura”. A política oligárquica podia assim ser facilmente identificada com a política em geral, um sujo e monótono jogo destinado a perpetuar o autoritarismo dos exploradores. Em um país como o Brasil, onde imperava uma ordem política fortemente excludente, é fácil perceber como a rejeição desta instância podia ser atraente também para elementos das classes populares nacionais. O reino da política não era o campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe, mas a área privilegiada de ação dos “ricos”, todos eles mais ou menos iguais em suas intenções de explorar em proveito próprio e de seus afilhados a máquina estatal. Mais uma vez, o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos dos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes. (Fausto, 1976, p. 69)

1.7 Formação profissional na Primeira República.

A constituição dos chamados “*sistemas nacionais de ensino*” no Brasil data de meados do século XIX e sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todos à educação decorria do próprio tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, e mais precisamente, de consolidar a democracia burguesa (SAVIANI, 2003, p. 5).

Porém, em uma sociedade marcada por sérios contrastes sociais e que, após quase 300 anos, assistia o fim da escravidão legal, o acesso e a natureza do ensino seriam também distintos e seletivos desde o início.

A distinção pode ser evidenciada através de um novo movimento de segregação quando se analisam as iniciativas no campo da formação profissional na Primeira República. Sobre isso, Manfredi comenta que

os destinatários não eram apenas os “desafortunados”, mas sim, aqueles que, por pertencerem aos setores populares urbanos, iriam se transformar em trabalhadores assalariados. Sendo assim, a montagem e a organização do sistema de ensino profissional iriam constituir, (...), um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos. (MANFREDI, 2002, p. 80).

Segundo Manfredi (2002, p. 76), desde o período colonial, quando empreendimentos de grande porte como os *Arsenais de Marinha*, exigia uma mão-de-obra não disponível, o Estado promoveu a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres, como órfãos, abandonados e desvalidos. Entre 1840 e 1850, foram criadas as *Casas de Educando Artífices*. Crianças e jovens em estado de medicância eram encaminhadas para essas casas, onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios da tipografia, encadernação, tornearia, carpintaria. Segunda a autora, uma vez concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos trabalhando nas oficinas para pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio entregue ao mesmo no final do triênio.

Entre 1858 e 1886 foram criados Liceus de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Os Liceus nasceram da iniciativa de entidades da sociedade civil, cujos recursos advinham das quotas de sócios e de doações. No plano da iniciativa privada e confessional, Manfredi destaca que as escolas salesianas, funcionando como liceus de artes e ofícios mantidos pela ordem religiosa dos padres Salesianos, pretendiam formar trabalhadores, visando neutralizar a influência de anarquistas e comunistas.

Para Manfredi, o próprio desenvolvimento industrial capitalista revela o papel de protagonistas dos trabalhadores que promoveram uma série de movimentos grevistas nos principais centros industriais já no começo do século XX. Neste clima de contestação social, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra as idéias dos anarco-sindicalistas existentes no operário brasileiro, e que *ideológica e politicamente, [liceus e escolas educando artífices] constituíam mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial*” (MANFREDI, 2002, p. 78).

No tocante à *formação da mão-de-obra industrial*, Schwartzman et al. (2000) destacam que o ensino industrial inicia-se oficialmente no Brasil com a criação das *Escolas de Aprendizes e Artífices* em 1909 de acordo com o decreto⁴ do presidente Nilo Peçanha, passando a ser coordenado pelo então *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Como destacam estes autores, o ensino industrial não visava ao desenvolvimento industrial e das profissões, mas principalmente, reduzir os problemas sociais decorrentes da rápida urbanização do país, no início do século XX:

[O ensino industrial] não só habilitou os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e profissional, como os fez adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 248)

Mas como compreender os requisitos de formação do trabalhador em sua relação com o trabalho fabril? O trabalho fabril apóia-se na divisão manufatureira, que possibilita o desmembramento da produção em tarefas simples e a substituição do homem pela máquina. Além disso, a maquinaria estabelece um ritmo mecânico ao qual o trabalhador, como seu apêndice, tem de se subordinar.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiraram-lhe todo o atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência.

(...) A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre de corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizados militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. (MARX, Karl e ENGELS, F., *Manifesto do Partido Comunista*. in MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1 Editora Alfa-Omega, São Paulo, Ano????, pp. 21 – 47)

A perda da autonomia na realização do trabalho implica a existência de um processo não mais orientado pelo caráter qualitativo das tarefas, mas voltado exclusivamente para a economia de tempo (MANFREDI, 2002, p. 42).

⁴ Decreto no. 7.566, de 23 de setembro de 1909.

Para Manfredi, a expansão do capitalismo industrial, a partir do final do século XIX, criou a necessidade da universalização da escola como agência social de preparação para o mundo do trabalho. Citando Enguita (1989), a autora comenta que:

O capital se relaciona de duas maneiras com o trabalho ou em dois momentos diferentes. Com respeito ao trabalhador já incorporado ao processo de produção, seu interesse aponta para a qualificação mínima, que, como já se indicou, significa o mínimo de salário e os máximos controle e possibilidade de substituição [rotatividade]. Com respeito ao trabalhador a incorporar, seu interesse está em encontrar com maior facilidade as pessoas com a qualificação adequada. Na fábrica quer lidar com um trabalhador especializado – no pior sentido do termo; no mercado de mão-de-obra – externo ou interno –, com um trabalhador versátil. Desta forma manifesta-se a contradição entre a crescente universalidade da produção social e a unilateralidade dos processos de trabalho individual. (ENGUITA, 1989, apud MANFREDI, 2002, p. 55)

Versiani (2002, p. 189) descreve o uso freqüente de mão-de-obra infantil e de adolescentes no desenvolvimento da indústria nascente, não apenas pela abundância deste tipo de mão-de-obra no espaço urbano, mas também por servir convenientemente aos interesses do poder público.

Para as autoridades da época, a absorção dos meninos e meninas pelos cotonifícios as desobrigava de um ônus que, por se tratar de menores, através das fábricas seria garantido a ocupação e educação dos mesmos, com a respectiva contrapartida pelo poder público de garantir a lucratividade dos empreendimentos (VERSIANI, 2002, p. 196).

O mesmo autor também destaca a conveniência deste sistema para a estrutura fabril em dois sentidos:

(...) Ao mesmo tempo em que o rigor das regras de conduta exigidas dos internos podia ser exibido como um aspecto positivo do papel educacional que a empresa se atribuía (e bem de acordo com as tendências pedagógicas da época), do ponto de vista do produtor, as vantagens desse tipo de arranjo eram assim maximizadas: facilitava-se a imposição a ela de traços desejáveis de comportamento, como disciplina, assuidade, pontualidade e obediência a padrões hierárquicos, necessários à boa organização do trabalho numa estrutura fabril. (VERSIANI, 2002, p. 197)

Pode-se imaginar que a formação dos trabalhadores para a indústria nascente estivesse dada apenas pelas relações entre Estado e industriais do período. Entretanto, Manfredi indaga sobre as experiências e práticas de educação dos trabalhadores a partir dos sindicatos, no processo de constituição dos mesmos como sujeitos coletivos (MANFREDI, 1996, p. 23).

Deve-se notar a existência de ações concretas de trabalhadores orientadas pela concepção que possuem sobre o trabalho fabril e sobre os requisitos de formação para este trabalho. Para Manfredi (1996, p. 24), especialmente entre 1903 a 1920, predominaram no movimento operário-sindical brasileiro as propostas educativas dos libertários, especialmente dos grupo anarco-sindicalistas, articuladas pelas dimensões da educação político-sindical, da educação escolar e das práticas culturais de massa. A educação política dos trabalhadores buscava incentivar o engajamento em movimentos e lutas de reivindicação, e a divulgação dos ideais libertários nos sindicatos e em centros de estudos. Para a autora, utilizando Guiraldelli (1987), os *Centros de Estudos Sociais* eram criados sem nenhuma formalidade, organizados com uma pequena biblioteca, e onde os teóricos anarquistas eram estudados.

Através do intercâmbio direto e coloquial, os membros do Centro liam, estudavam e discutiam as principais obras dos grandes teóricos anarquistas europeus; os militantes estrangeiros dirigiam as discussões e se responsabilizavam em contatar as editoras libertárias da Europa para obtenção de livros e periódicos para constituir as Bibliotecas Sociais, nos Centros de Estudos. Tais centros foram espaços de interlocução entre trabalhadores brasileiros e os estrangeiros (...). (MANFREDI, 1996, p.24)

Outras iniciativas dos libertários, segundo Manfredi, foram a criação das *Escolas Modernas* ou *Racionalistas*, no período de 1912 a 1919, inspiradas no ideário do pedagogo espanhol Francisco Ferrer e pautadas numa filosofia educacional voltada para a educação integral, para o ensino das ciências modernas e no questionamento de todas as formas de opressão. Diferentemente dos Centros de Estudos, a criação da Universidade Popular (1904) no Rio de Janeiro, constituiu-se uma iniciativa entre anarquistas e socialistas. Segundo Manfredi (1996, p. 25), a Universidade Popular tinha como objetivos ministrar o ensino superior positivo e filosófico ao proletariado, contrapondo-se à visão dogmática e religiosa dominante.

Manfredi ainda destaca que a proposta anarquista de educação, particularmente dos anarco-sindicalistas, articulava práticas educativas e práticas no campo cultural e lazer, de alcance popular, com teatro, festivais de música e de poesia, promovidas nos bairros operários dos centros industrializados. Tais experiências de formação promovidas pelos primeiros sindicatos envolvem a educação sindical dos trabalhadores, com práticas intencionalmente programadas com o intuito de *veicular propostas político-ideológicas*, enquanto projetos de educação classista (destinado às crianças, jovens e adultos) voltados para a emancipação política e cultural da classe operária.

Segundo Ribeiro (1986), referenciando à indústria têxtil, o fundamento da organização do processo de trabalho é o sistema de máquinas e a combinação entre elas dá unidade à organização produtiva. O trabalhador aparece como mero elemento a ser adicionado ao trabalho das máquinas. Ainda segundo Ribeiro:

A mecanização condicionou que o capital aplicado nestas fábricas fosse vultoso. Não se tratava mais de construção de pequenas oficinas ou da improvisação de cômodos para desenvolver uma atividade manufatureira, senão tratava-se da construção de edifícios apropriados à acomodação de numerosas máquinas, muitas de grandes dimensões, (...). Não se tratava também da importação de ferramentas simples, senão de maquinismos que, por sua vez, para funcionar, exigiam não mais a força humana, mas sim a instalação de usinas hidrelétricas ou de outras formas de obtenção de energia que implicavam investimentos adicionais. A existência de vultosos montantes de capital para instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem, por outro lado, implicou que a origem destes capitais estivesse assentada nas atividades produtivas que constituíam a base da economia: a atividade agrícola-exportadora. Não era de estranhar, portanto, a presença, predominante dentre os fundadores das primeiras fábricas, de fazendeiros de algodão e/ou de café. (Ribeiro, 1986, p. 40)

1.8 Industrialização e formação profissional no período anterior a 1930

Nos tópicos anteriores, procurou-se compreender a fase inicial da industrialização brasileira, considerando o período da Primeira República, cobrindo os anos de 1890 a 1930.

No tocante às classes sociais, verificam-se as condições materiais para seu surgimento. A burguesia industrial vai se estabelecendo nas transformações sociais e econômicas decorrentes da Independência e da expansão e acumulação da cafeicultura. Esta, apesar de possuir um discurso liberal de modernidade, perpetua o conservadorismo com respeito ao tratamento das relações com os trabalhadores e pelo uso instrumental de dominação do poder público. Para Florestan Fernandes:

(...) O tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. A inovação parece ser a regra: a “nova mentalidade industrial”, as “novas estruturas econômicas”, “a política para o desenvolvimento”, etc. são os novos símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrustava-se em uma realidade sócio-econômica que não transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração de renda, o prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, etc. (FERNANDES, 1973, pp. 41 – 42)

Quanto aos trabalhadores, destacam-se as dificuldades para sua organização como classe, inicialmente devido à sua dispersão geográfica e depois em virtude da concorrência das ideologias fundantes: anarquismo, anarco-sindicalismo, socialismo e comunismo. Apesar disso, há movimentos grevistas significativos em vários momentos, sobretudo, pela melhoria das condições de sua existência e melhores salários, como assinalado por Carone (1978):

O operariado sofre as conseqüências de um contínuo aumento do custo de vida e de salários baixos. A política de câmbio baixo, as contínuas emissões, o problema de moradia, os preços excessivos dos gêneros de primeira necessidade, a instabilidade de emprego, tornam a vida operária cheia de percalços e incertezas, que exigem respostas diretas dos próprios operários (...). (CARONE, 1978, pp. 193 – 194)

O período permite que se verifique a predominância de instalação de indústrias de bens de consumo, atendendo a um mercado interno incipiente pela urbanização crescente. Estas indústrias demandam uma força de trabalho, em geral, com pouca qualificação normalmente proveniente de grupos menos favorecidos, e as iniciativas de sua formação são de caráter higienista e voltadas para o controle social.

Capítulo 2: A Industrialização Restringida (1930 - 1955)

2.1 A industrialização restringida

No anos 1920, o Estado brasileiro amplia os programas de benefícios para que indústrias se instalem no país. Segundo Cardoso de Mello (1986), um passo decisivo para a indústria do aço foi a instalação da *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira*¹ (CSBM) no início da década e, um pouco mais tarde, em 1924, quando se implanta a Companhia Brasileira de *Cimento Portland*, de capital canadense e americano.

Em 1924 inúmeros privilégios foram concedidos às empresas que produzissem pelo menos 30 mil toneladas e que utilizassem exclusivamente matérias-primas e combustíveis nacionais. Um dos privilégios mais importantes foi a isenção do imposto de consumo. A Marinha Mercante e as ferrovias garantiriam, no transporte de maquinaria e matérias-primas, tarifas especiais aos produtores. (PELAEAZ, 1972, apud CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 166).

Para Cardoso de Mello, a modernização da indústria de bens de consumo, a diferenciação da estrutura industrial seriam eventos de grande importância na recuperação da economia nacional após a crise mundial de 1929. Segundo o autor, os preços internacionais do café caíram cerca de 60% entre 1929 e 1933, e a redução da capacidade produtiva do café teria um efeito negativo propagando-se a toda economia, primeiramente nos centros urbanos pela queda da demanda de serviços e pela insolvência de empresas, e, em seguida, o corte de consumo afetaria as indústrias de bens leves. Para Cardoso de Mello, embora severa, a depressão não atinge níveis catastróficos, pois o Governo, com a “*política de defesa*” (Furtado, 2000), ajuda na recuperação da cafeicultura ao garantir uma relativa sustentação da renda do segmento urbano e do próprio complexo exportador. Segundo Furtado (2000, p. 210), *o mercado interno passa a ser o fator dinâmico para a industrialização*, nos anos que se seguem à crise. Entretanto, para aumentar a capacidade produtiva, seria necessário importar equipamentos, uma desvantagem com a depreciação do valor externo da moeda. Assim, os industriais aproveitam mais intensamente a capacidade já instalada no país, a exemplo da indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente após 1929, sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida.

¹ Atualmente denominada BELGO a empresa compõe o grupo ARCELOR

A mudança do enfoque para o mercado interno não ocorreria sem que se verificassem conflitos sociais de importância. Maria Luísa S. Ribeiro (2001) comenta que a “*Revolução de 1930*” foi um conflito entre dois grupos da classe dominante (os ligados à exportação e os dela desligados).

Para a autora, o movimento armado de outubro de 1930 aglutina o apoio de amplos setores sociais desligados da exportação e busca estabelecer as condições necessárias à *organização de um novo modelo econômico-político* ao derrubar do poder o setor agrário-comercial exportador. Materializava-se assim, mesmo que de maneira um pouco confusa no início, a ideologia política do *nacional-desenvolvimentismo* e a *substituição de importações* como seu modelo econômico compatível (RIBEIRO, 2001, p. 103).

Ribeiro entende a “Revolução de 30” como a reunião de grupos (às vezes até rivais) com o intento de derrubar o *Partido Republicano Paulista (PRP)*, cuja liderança era ligada à plantação e exportação de café. Cafeicultores insatisfeitos com o partido, mesmo antes de 1930, formam o *Partido Democrático (PD)*, e vêem que a política de valorização do café, de fato, favorecia os financistas ingleses.

Entre os outros grupos descontentes estão os setores dominantes pecuaristas do Rio Grande do Sul, parcelas das camadas médias, militares (tenentes) e intelectuais que formam a *Aliança Liberal* como um movimento político nacional. Como assinala Ribeiro, é fácil perceber que, *além de derrubar o PRP, pouca coisa em comum grupos tão diversificados podiam ter em relação às novas bases de estruturação do país* (RIBEIRO, 2001, p. 104).

O momento político logo após 1930, segundo a autora, evidencia a ausência de um plano de governo explicada pela multiplicidade de grupos com distintos interesses e pelo esquecimento do programa da Aliança Liberal.

A falta de medidas imediatas, a hesitação inicial, a *decretação* ao sabor das circunstâncias leva à queda de entusiasmo dos setores mais populares, principalmente urbanos². O próprio PD se alia ao PRP, seu antigo rival político, desencadeando a “*Revolução Constitucionalista de 1932*”.

² Desde os anos 1920, cresce o setor médio da população composto “... da pequena burguesia das cidades, por uma grande massa de funcionários públicos, empregados do comércio, as chamadas classes liberais e intelectuais e, por fim, os militares cuja origem social era agora a própria classe média” (BASBAUM, 1962, apud RIBEIRO, 2001, p. 97).

Em 1932 é criada a *Ação Integralista Brasileira*, que defendia um Estado autoritário, nacionalista e anticomunista, dirigido por “*elites esclarecidas*”, envolvendo parcelas mais conservadoras dos setores médios da população e que estavam temerosos com a expansão do movimento comunista no plano internacional e seus eventuais reflexos na sociedade brasileira. Contra esta tendência, é criada a *Aliança Nacional Libertadora* - ANL, a exemplo das Forças Populares antifascistas e anti-imperialistas que surgiam na Europa. Em seu programa, a ANL expressava objetivos nacionalistas e democráticos, e exigia a suspensão do pagamento das dívidas do Brasil, a nacionalização de *empresas imperialistas*, a proteção dos pequenos e médios proprietários e a reforma agrária.

Um pouco mais tarde, em 1935, o Governo com apoio das oligarquias e dos facistas-integralistas, aprova a *Lei de Segurança Nacional*, instalando a repressão aos membros e simpatizantes da ANL. Com o enfraquecimento da oposição, crescem as disputas no interior do Governo e, com isso, aumentam os riscos de não concretização das pretensões “modernizadoras” de setores das classes dominantes ligadas ao desenvolvimento urbano-industrial. Getúlio Vargas, representando mais uma vez estes interesses, dá o golpe de Estado em 10 de outubro de 1937. Para Ribeiro, as forças econômicas-sociais vinculadas às atividades urbano-industriais propriamente ditas legitimam a *opção ditatorial* (1937-1945):

(...) Um governo que não tem base em uma classe social econômica, que domine os meios de produção, só pode governar pela força. (...). 1937 foi um período de transição no processo histórico em que, derrubada a aristocracia rural do café, não havia ainda uma classe ou grupo de classe suficientemente forte para substituí-la. (BASBAUM, 1962, apud RIBEIRO, 2001, p. 128)

Segundo Corsi (2002, p. 6), ao justificar o golpe, Vargas argumentava que o mesmo teria sido necessário devido às ameaças à unidade nacional, e, desta maneira, a consolidação da nação justificava, no discurso oficial, a existência do regime e a necessidade de uma política capaz de alavancar a industrialização. Segundo o autor, a industrialização seria o objetivo a ser alcançado com vistas a definir novas formas de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, sem romper com o capital estrangeiro, mas definindo com o mesmo novas formas de relacionamento, sendo esta uma questão-chave da política externa de Vargas do período. Nos primeiros anos do Estado Novo, entretanto, há uma radicalização do caráter nacionalista das políticas, visando disciplinar a entrada de capitais no país.

(...) O conjunto de medidas visando disciplinar a entrada de capitais e o discurso nacionalista, apontam no sentido de assegurar que as decisões de política econômica fossem tomadas a partir de interesses internos. Essa radicalização também tem de ser vista à luz do contexto internacional da época, caracterizado por um acirramento das lutas interimperialistas. Os discursos e as medidas nacionalistas faziam parte de um complexo “jogo” de pressões, no qual o Brasil procurava aproveitar melhor os espaços gerados pelos conflitos internacionais. **Isto nada tem a ver com a idéia de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo em direção à autarquia econômica.** (CORSI, 2002, p. 7, grifo meu)

Paradoxalmente, o processo de implantação da *Siderúrgica de Volta Redonda*, com capitais americanos, define o completo alinhamento do Governo Vargas aos interesses externos dos Estados Unidos a partir de 1940. Para Vargas, entretanto, Volta Redonda era usada discursivamente como um marco definitivo da emancipação econômica do País, procurando aglutinar em torno de si um conjunto de forças sociais e legitimar internamente sua política (CORSI, 2002, p. 11). Segundo o autor, embora o alinhamento do Brasil aos EUA tenha sido importante para as pretensões políticas de Vargas no começo, ele introduz uma contradição no âmago do regime, qual seja, o fato de *um regime ditatorial apoiar nações democráticas na luta contra o nazi-fascismo*.

Para Corsi, já em 1943, antevendo a impossibilidade de manutenção do regime, Vargas procura criar as bases de um esquema de poder forjando instrumentos de atração dos trabalhadores, ao enfatizar a mobilização e o pretensível caráter social e redistributivista da legislação trabalhista. Em outubro de 1945, contudo, Vargas é deposto. Segundo Corsi (2002, p. 16), *a industrialização, o nacionalismo e o populismo foram os pilares do projeto nacional esboçado no Estado Novo*. O fracasso deste projeto naquele momento, contudo, não significou seu abandono. Ele seria retomado, só que em outro contexto nacional e mundial, no início da década de 1950.

Consolidavam-se aos poucos as políticas e os mecanismos necessários à expansão da indústria voltada para o mercado interno, baseada na capacidade já instalada, ao criar fundos importantes, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente.

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital, que, por uma série de razões óbvias, encontra sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente. (FURTADO, 2000, p. 211)

Durante o período de 1933 a 1955, Cardoso de Mello (1986) comenta sobre a dinâmica da acumulação através do processo de *industrialização restringida*:

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase [da industrialização], porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. **Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial**, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 110)

Negri (1996) explica a industrialização restringida a partir da ausência de autonomia para sua reprodução:

No período que vai de 1929/33 a 1955 ocorre no Brasil um processo de industrialização, “restringida”, em virtude de a reprodução ampliada do capital produtivo ter grande dependência do crescimento das exportações como fator fundamental na geração das divisas necessárias para viabilizar as importações de bens de capital e de bens intermediários. A inexistência de um expressivo compartimento produtor de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) faz com que a industrialização não tenha autonomia para sua reprodução, isto é, ela não consegue “caminhar com as próprias pernas”. (NEGRI, 1996, p. 59).

Mesmo restringida, a indústria se diversifica com o crescimento do setor de bens intermediários (química e metalurgia) e com a introdução das primeiras experiências de produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

A indústria se expande, em grande parte, com base nos capitais nacionais, cujos empreendimentos se caracterizavam por plantas de pequeno e médio porte, baixa intensidade de capital e reduzidos riscos de investimentos. Era do interesse dos industriais aproveitar ao máximo a capacidade instalada sem correr maiores riscos de investimento, além de promover a diferenciação do setor de bens de produção e de consumo leves, em um *período caracterizado pela baixa competitividade e elevados graus de proteção do sistema industrial*. Além disso, a lucratividade era reforçada pelos baixos salários dos trabalhadores, em decorrência do crescimento vegetativo da força de trabalho urbano, das imigrações internas e da diminuta autonomia dos sindicatos decorrente das intervenções do Estado (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 113).

Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda restritas. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 114)

Cardoso de Mello (1986) argumenta que, face à *industrialização retardatária*, os obstáculos a transpor para a instalação da indústria de base seriam muito mais sérios, pelo volume de investimentos necessários e aquisição de tecnologia:

Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 112)

Segundo Negri (1996), durante os anos 1940, o Estado brasileiro assume papel fundamental no processo de industrialização brasileira, através da realização de investimentos diretos no setor produtivo ou em órgãos de apoio: o *Estado passaria cada vez mais a converter determinados problemas regionais em questões nacionais*, e as propostas para suas soluções também passariam a ser de âmbito nacional, através de um projeto de *integração nacional*.

Acompanhando o *ideário "político-econômico"* de integração nacional, criam-se: em 1942, a Cia. Vale do Rio Doce; em 1943, a Fábrica Nacional de Motores; em 1944, a ACESITA; e, em 1946, a Cia. Siderúrgica Nacional. Além disso, são organizados órgãos especiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, a PETROBRÁS, em 1954, instituindo o monopólio do petróleo, e promove-se a expansão da malha rodoviária, que passa de 113,6 mil quilômetros para 455,7 mil quilômetros no período de 1928 a 1955 (NEGRI, 1996, pp. 62 – 63).

Contrariando a tese da integração nacional, o processo de concentração industrial no estado de São Paulo continuaria intenso, sendo superior em relação à média nacional ou a outras regiões no país, explicado pela dimensão de sua população, com um mercado de trabalho e consumidor expressivos e base produtiva agrícola e industrial avançadas.

A concentração se verifica nas indústrias de *bens de consumo não-duráveis* (têxteis, móveis e alimentos) e de *bens intermediários*, quando São Paulo alcança posições destacadas na produção nacional, especialmente nos ramos da química, da borracha e da celulose. Movimento expressivo se verifica nas indústrias de *bens de capital e de bens duráveis*.

Em 1939, São Paulo era responsável por 85,4% da produção nacional produção de material de transportes, e, ao final da fase de industrialização restringida, sua base industrial era de grandes proporções e ampla diversificação, responsável por 47,2% dos produtos gerados pelas indústrias de bens de consumo não-duráveis, por 53,2% no caso de bens intermediários e por 76,6% em relação ao total da produção de bens de capital e consumo duráveis. (NEGRI, 1996, p. 65).

Octavio Ianni (1989) analisa o papel do *Estado como centro de decisão*, durante o período da industrialização restringida. Para o autor, a forte influência do liberalismo europeu impediu que as constituições de 1891 e 1926 apresentassem ordenações destinadas a disciplinar os fatores do mercado.

As concepções liberais absorvidas pela *intelligentsia* nacional, nos seus contatos com os centros culturais nas nações dominantes, e a condição colonial do sistema econômico-social brasileiro impediram que certas tendências do processo político e econômico nacional se exprimissem nas cartas magnas. Somente em 1934, é que a Constituição registra um capítulo especial para a “*ordem econômica e social*”, e na Constituição de 1937, cria-se o Conselho da Economia Nacional (IANNI, 1989, p. 43).

Ianni observa que a lógica de desenvolvimento do período de 1930 a 1955, estava fundada na “*expansão controlada das forças produtivas*”, compreendendo que o *Estado concentra a sua atuação sobre a acumulação de capital e que qualquer ingerência sobre as outras esferas significativas do processo produtivo resulta das contingências criadas pelo processo de acumulação, ou decorre dos problemas sociais e políticos criados pela própria expansão do capital* (IANNI, 1989, p. 11).

O Estado busca através das variáveis da poupança e do investimento, garantir as bases materiais para o desenvolvimento. É preciso, entretanto, uma política de controles e incentivos no âmbito das relações externas do Brasil, especialmente com os Estados Unidos, cuja moeda é referência para as operações de importação de equipamentos, máquinas, técnica e outros fatores essenciais à expansão da produção de meios de produção e diferenciação do setor de produção de meios de consumo. (IANNI, 1989, p. 15).

Segundo Ianni (1989, p. 19), os caminhos e o futuro da industrialização tornam-se área privilegiada dos debates e choques entre as classes sociais, ou os seus grupos com interesses divergentes, considerando seus efeitos sobre a repartição de renda, nas relações das forças políticas, na supremacia das forças econômicas internas e externas e na liderança política da nação, com o Estado assumindo papel mediador:

(...) No âmbito do processo de acumulação de capital, originado com a industrialização, o Estado surge como uma mediação. É o próprio capital, nacional e estrangeiro, que mediatiza o Estado, para que se constitua a configuração indispensável à própria manifestação. Desfaz-se, assim, uma das aparências da existência do Estado. A despeito de aparecer como autônomo, livre, em face das manifestações do capital, o desenvolvimento da análise revela que ele concretiza determinações do capital. É inegável que o Estado possui uma fisionomia própria e bem marcada, chegando mesmo (...) a desempenhar funções excepcionais, com relação aos componentes à integração do sistema social global. Todavia, ele emerge muitas vezes como mediação, uma das quais é do capital. (IANNI, 1989, pp. 17 – 18).

Para o autor, o financiamento dos projetos de industrialização é questão fundamental do período para assegurar as condições para o desenvolvimento industrial mediante às restrições de importação de bens que poderiam ser fabricados no país, e com incentivos fiscais para a importação de máquinas e equipamentos considerados de *interesse nacional*, embora a pressão do capital externo fosse significativa:

A industrialização do Brasil estava (...) sendo feita em resultado de condições e decisões que operam ao mesmo tempo no exterior e no seio da nação. É que essa industrialização é a expressão possível das metamorfoses do capital agrícola, mediatizado pelo capital estrangeiro. (IANNI, 1989, p. 16)

Para Ianni, ainda que o capital seja uma entidade extremamente versátil, ele não realiza o seu caráter abstrato senão através dos homens e que, em seu significado histórico, ele é produto e mediação das relações de produção. Por esta perspectiva, explica-se como certos *dispositivos legais*³ possibilitaram a entrada de recursos externos na economia, e como, diante da pressão dos interesses das classes sociais, a política alfandegária tornou-se progressivamente um elemento importante da política econômica nacional, com a intenção explícita de proteger o sistema produtivo, sendo uma peça básica dos mecanismos⁴ que propiciam a substituição das importações.

³ Conforme medidas da *Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC*: Instrução no. 70, de 9 de outubro de 1953, e Instrução no. 113, de 17 de janeiro de 1955. (IANNI, 1989, p. 16).

⁴ Conforme na Lei no. 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Tomadas em conjunto, a partir de Ianni (1989), as participações do aparelho estatal nas atividades econômicas (Quadro 2.1) podem ser organizadas em duas orientações distintas: na manutenção da renda de setores específicos e no estímulo da expansão produtiva.

Quadro 2.1 – Formas de atuação do Estado no Brasil (conf. IANNI, 1989, pp. 40 – 41).

Formas de Atuação	Instituições
O Estado age em função da necessidade de preservar certos níveis de renda e emprego em setores específicos da produção, atuando como regulador da produção e criando instrumentos de defesa das atividades econômicas	Defesa da cafeicultura: Convênio de Taubaté (1906), Instituto Paulista da Defesa do Café (1924), Conselho Nacional do Café (1933), Instituto Brasileiro do Café (1952);
Na criação de órgãos e instrumentos destinados a estimular a expansão e a diversificação das atividades produtivas.	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1946), Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1952), o Plano SALTE, Programa de Metas.

Para Ianni (1989, p. 26) a intervenção estatal não é assimilada igualmente entre os diferentes setores burgueses e, em muitos momentos, foi necessário reorientar a identificação de qualquer tipo de planejamento com o socialismo, *mesmo ao justificar a ordenação mais racional dos investimentos*. Colistete (2002, p. 121) comenta que o pensamento dos industriais brasileiros durante os anos 1950 sofre influência das idéias da *Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)*, com a divulgação das teses de desenvolvimento de Raúl Prebisch, *que foram rapidamente acolhidas nos meios técnicos e empresariais, tanto na Capital Federal como em São Paulo*.

[A convivência entre os industriais e a CEPAL] não se manifestou prioritariamente através de reuniões e atividades conjuntas, mas de maneira mais sutil, pois o ideário cepalino passou a ser incorporado na linguagem dos industriais e, principalmente, no rol dos argumentos favoráveis às medidas de incentivo à indústria. Deste modo, ganhava-se um forte aliado na defesa, não só de princípios gerais, relativos à legitimidade da industrialização, mas também de assuntos de natureza polêmica para a época, como, por exemplo, a necessidade de fixar barreiras às importações sob a justificativa de fomento e proteção à indústria nacional. (COLISTETE, 2002, p. 123)

Para Colistete, é fundamental que se compreenda que não se trata de um movimento de mera assimilação das idéias da CEPAL pelos industriais paulistas, pois estavam em jogo interesses concretos e particulares, presentes desde os anos 1920, e suportados por uma *ideologia industrialista* defendida por Roberto Simonsen e outros, como expressão da hegemonia dos grupos sociais ligados à indústria. Em outro sentido, a assimilação de *teses cepalinas* (defesa da industrialização, protecionismo da estrutura industrial, relação do Estado com a empresa privada e a distribuição de renda, entre outras) ocorreria de maneira sempre seletiva e matizada pelos interesses de classe, de acordo com situações concretas (2002, p. 123).

Segundo a CEPAL, a especialização primário-exportadora, em países como o Brasil, trouxe consigo uma tendência crônica de deterioração dos termos de troca⁵, e de transferência de parte dos frutos do progresso técnico para o exterior. Como não havia perfeita mobilidade do trabalho entre as nações, a abundância deste fator pressionaria para baixo os salários em geral e, por conseguinte, os preços da exportação primária. Do lado da demanda internacional, este quadro seria agravado pelo fato de os produtos primários sofrerem uma restrição crescente por parte do novo centro cíclico (os Estados Unidos), que apresentava um coeficiente de importação inferior ao da Inglaterra. Além disso, os preços dos bens manufaturados produzidos no centro e exportados para a periferia seriam inelásticos à baixa, devido à capacidade de trabalhadores e empresários resistirem à redução de suas rendas. Paralelamente, a demanda desses bens demonstrava ser muito mais essencial à vida econômica dos países periféricos.

Decorre que a reafirmação desta dinâmica apenas reforçaria as assimetrias entre nações centrais e periféricas. A argumentação da CEPAL, segundo Colistete (2002, p.125), é que a origem dos problemas que cercavam as economias periféricas não residia nas condições do comércio externo, mas antes nas características estruturais associadas à sua especialização produtiva, que havia conduzido a uma inserção desfavorável no mercado internacional. Com base nos argumentos de Prebisch, os industriais entendiam que a especialização agrícola da economia brasileira era um dos elementos fundantes da crise estrutural e dos baixos índices de produtividade, e defendiam o incentivo à industrialização, como forma de absorver o excedente populacional não empregado nas atividades primárias, o que reduziria as pressões sobre salários e preços do setor exportador.

⁵ Esta é uma das teses postuladas por Raúl Prebisch em seu livro *El Desarrollo Económico* (1950).

O processo de substituição de importações com a diversificação da indústria doméstica pressionaria as contas externas ao incorporar bens industriais mais elaborados e essenciais à operação do parque produtivo instalado. Por isso, na visão cepalina, seria fundamental o desenvolvimento das indústrias de bens de produção – sobretudo máquinas e equipamentos – entendidos como o núcleo do progresso técnico em escala mundial.

Para Colistete, os argumentos cepalinos não eram de todo estranhos às lideranças empresariais de São Paulo, pois já eram conhecidos esquemas interpretativos bem-sucedidos e disseminados entre os industriais como o do economista romeno *Michail Manoilescu*, que formulara uma análise que fundamentava as pretensões de uma industrialização tardia com o uso do instrumento de proteção tarifária para o fomento da indústria nascente. Segundo a autora, o pensamento industrial paulista no início da década de 1950 foi significativamente influenciado pelos estudos de Roberto Simonsen, e os industriais tinham clareza que as assimetrias entre países centrais e periféricos não poderia ser superada pela simples liberdade das forças de mercado, mas seria necessária uma *intervenção consciente, através do planejamento, de modo a induzir uma ampla reestruturação econômica no País* (2002, p. 128).

A proteção do núcleo industrial emergente diante da concorrência externa, foi um dos temas fundamentais na agenda dos industriais, desde o início do século XX. Com o alinhamento do Brasil aos interesses dos Estados Unidos, especialmente em torno da abertura comercial, a partir de Vargas, a questão se tornava cada vez mais complexa na década de 1950. Neste contexto, segundo a autora, a defesa articulada da proteção à indústria nacional, foi um dos princípios que viabilizaram a aproximação da CEPAL com os industriais paulistas (COLISTETE, 2002, p. 129).

Para a CEPAL, o Estado assumiria uma responsabilidade estratégica com a programação das atividades e metas que permitiriam superar o estatuto periférico, e o planejamento seria justificado em dois sentidos: o primeiro, as ações de coordenação do Estado deveriam estar circunscritas à orientação e estímulo da produção; segundo, o planejamento teria de abranger fatores relacionados ao desenvolvimento como investimento, emprego, poupança interna, consumo, inversão estrangeira, demanda, produtos, renda, importações, etc., mediante ajustes gradativos. O gradatismo da CEPAL, segundo a autora, visava evitar a associação da intervenção estatal a idéias radicais.

Apesar disso, a ingerência estatal nas áreas produtivas continuaria sendo um tema muito delicado para os industriais, como expresso na “*Carta de Princípios da Indústria*”, documento produzido pela Fiesp em 1955, que preconizava que “*a ação do Estado deve ser restrita à orientação e estímulo da iniciativa privada, sem procurar substituí-la na posse dos meios de produção*”.

(...) No início dos anos 1950, as intervenções diretas e indiretas dos industriais paulistas atingiram uma dimensão bastante expressiva e visível que iriam marcar todo o restante das décadas de 1950 e 1960. Isto pode ser constatado mediante as reivindicações em favor da indústria automobilística no País que passaram a aglutinar e mobilizar de maneira intensa o então emergente segmento da indústria de auto-peças. (COLISTETE, 2002, p.136)

Um evento-chave dessa estória foi a criação da *Comissão de Desenvolvimento Industrial* (CDI), em 23 de julho de 1951, no novo governo Vargas. A CDI foi instalada tendo na presidência o ministro da Fazenda Horácio Lafer e composta, ainda, por representantes de órgãos de governo e por um membro da CNI, vinculado diretamente à FIESP/CIESP.

Para Colistete (2002, p. 140), a gravitação dos interesses empresariais no âmbito do Estado, juntamente a uma orientação governamental favorável e uma conjuntura externa marcada pela acirrada concorrência entre as grandes montadoras, terminou por condicionar decisivamente a política econômica em direção ao setor de auto-peças e, em seguida, ao conjunto da indústria automobilística, sobrepondo-se em prioridade às outras áreas antes vistas como estratégicas pela CDI – material elétrico pesado e material ferroviário, por exemplo.

Para Colistete, os industriais defendiam que qualquer intervenção sobre a renda capitalista provocaria uma descapitalização prejudicial ao desenvolvimento econômico, em face da escassez da poupança. Os industriais também eram contrários a toda ordem de medidas que pudessem ter impacto progressivo na repartição de renda. Reivindicações como reajustes salariais foram refutadas com o argumento que isso contribuiria para o aumento da inflação. Para os empresários, o incremento dos salários deveria ocorrer mediante o aumento da produtividade do trabalhador. A repartição de renda foi um tema central a partir de 1945, verificado pelo número de mobilizações operárias e disputas em torno da legislação social-trabalhista, embora a ideologia industrialista fosse contrária a qualquer mecanismo de distribuição.

Para Negri (1996), durante o período de 1933 a 1955, a indústria de São Paulo expandiu-se à frente da indústria nacional em quase todos os ramos, menos em materiais de transportes, com expressivo crescimento no Rio de Janeiro. O crescimento refletiu-se num nova rodada de alterações de sua estrutura produtiva, com destaque para o crescimento da participação relativa das indústrias de bens intermediários (de 26% para 38,2%) e da produção de bens de capital e de consumo duráveis (de 11,7% para 38,2%), mas com declínio da produção de bens de consumo não-duráveis (de 62,3% para 45,4%). A concentração industrial avançou nos três grupos de indústrias, sobretudo na produção de bens de capital e bens de consumo duráveis.

No ano de 1956, a indústria de transformação do estado de São Paulo empregava 721,8 mil pessoas e concentrava 53% do Valor da Transformação Industrial brasileiro. Há uma forte concentração na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que, entre 1939 e 1956, vê o crescimento do número de estabelecimentos industriais saltar de 5.478 para 8.151 e o de trabalhadores da indústria, de 203 mil para 489,4. A Região do ABC se consolida como importante pólo industrial, cuja expansão ocorria desde 1940 nos complexos de química, metalurgia, plásticos, material de transportes, mecânica, borracha e material elétrico.

Para Ribeiro (2001), a inflação crescente marcou o Governo Dutra, durante os anos de 1946 a 1950, enriquecendo um pequeno grupo apenas da população, já que os salários reais diminuem e os preços sobem assustadoramente. Getúlio Vargas voltaria ao poder através de eleições diretas, com discursos de luta contra forças imperialistas e de defesa do petróleo brasileiro e contra o capital estrangeiro.

Esta segunda presidência do Sr. Getúlio Vargas, resultante de eleições, se caracteriza por forte influência de interesses financeiros e industriais. É o reflexo, na política, da ascensão de grupos econômicos tomados poderosos em consequência do intenso processo de capitalização e concentração capitalista, verificado no Brasil desde a guerra (...). (PRADO JR., 1969, apud RIBEIRO, 2001, p. 134).

Para Ribeiro, o apoio dado a Vargas pelos industriais brasileiros, se contrapunha à influência na União Democrática Nacional (UDN) da grande empresa, em sua maioria subordinada ao capital estrangeiro, e que, segundo Leôncio Basbaum (1962), “*era no Brasil o partido da grande indústria e do capital financeiro e dos seus assalariados brasileiros – diretores, advogados, public-relations – (...)*” (RIBEIRO, 2001, p. 134).

No final dos anos 1950, a atuação do Estado continua forte com a implementação do plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) e o Programa de Metas, após 1956.

(...) O Programa de Metas não atingiu a categoria de programa total e integrador. Foi um aglomerado de programas setoriais, sem integração interna nem fundamento numa visão de conjunto da realidade econômica nacional. Devido a injunções econômicas e políticas, das quais se destacam aquelas devidas às vinculações com o sistema econômico internacional, alguns setores não mereceram atenção dos governantes, ao passo que outros foram hipertrofiados. (...) Além das contradições na esfera da burguesia, dividida em interesses divergentes e muitas vezes voltados para o exterior, foi decisiva a atuação dos centros de decisão externos. É que as decisões sobre o tipo de desenvolvimento preconizado para o país foram adotadas de comum acordo com empresas e órgãos financeiros internacionais. Nesse jogo, o Brasil foi pensado como base de operações e não como uma economia independente e autônoma. (IANNI, 1989, p. 28)

Para Ribeiro (2001, p. 133), o Plano Salte só saiu do papel em duas obras: a pavimentação da rodovia São Paulo-Rio, que levou o nome do então Presidente Dutra, concluída em 1951, e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco.

2.2 A formação profissional na industrialização restringida

2.2.1 A Institucionalização do Ensino Industrial

Segundo Cunha (1977, p. 53), desde a década de 1920, alguns estabelecimentos já ministravam cursos técnicos destinados a preparar pessoal para *ocupações intermediárias* como “mestres” e “engenheiros”. A Lei no. 3.911, de 05 de janeiro de 1920, fixava a despesa geral da União e autorizava o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a estabelecer convênios com estabelecimentos industriais para o funcionamento de cursos técnicos, embora não fossem emitidos certificados reconhecidos oficialmente.

Schwartzman et al. desenvolvem breve cronologia dos marcos legais da evolução do ensino profissional no Brasil citando a criação da *Inspetoria do Ensino Profissional*, em 1923, e a Lei no. 5.241, de 22 de agosto de 1927, que procurou, sem sucesso, tornar obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário. A Inspetoria é transformada em *Superintendência do Ensino Industrial* em 1934.

Segundo Maria Luisa Ribeiro (2001), o final da década de 1920 marca a tomada de consciência por parte de alguns intelectuais do atraso que vivia o Brasil em relação aos países mais desenvolvidos. Eles identificavam na economia centrada na agricultura de exportação as razões para ausência de condições para o desenvolvimento, que garantissem o crescimento do padrão de vida da população como um todo, e não apenas para alguns setores da sociedade.

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde. O Decreto no. 19.890, de 18 de abril de 1931, organiza o ensino secundário, com o objetivo de transformá-lo em curso eminentemente educativo, em duas etapas: a primeira, com duração de cinco anos (curso fundamental), com ênfase na formação humanística, habilitando o estudante a tomar decisões convenientes e seguras em qualquer situação; a segunda, de dois anos, visando à preparação e adaptação às futuras especificações profissionais.

O *Instituto de Organização Racional do Trabalho* – IDORT, fundado em 1931, desde antes do início da guerra promovia cursos, conferências com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho pelo emprego de *técnicas de organização e de tecnologia modernas*.

Segundo Ribeiro (2001), o período de 1931 a 1937 foi marcado por intensos debates sobre os princípios que deveriam orientar a educação nacional: de um lado, estavam aqueles que defendiam a educação subordinada à *doutrina religiosa* (católica) e, do outro lado, aqueles que postulavam uma *educação laica e gratuita*, conforme os valores da República. A escola pública, gratuita e leiga era vista pelos educadores influenciados pelo movimento da *Escola Nova*⁶, como a situação ideal, justamente com vistas ao atendimento das aspirações individuais e sociais, o que equivaleria à crítica de qualquer imposição orientadora, seja de ordem religiosa, seja de ordem política, dentro de uma concepção liberal de mundo. Alguns educadores como Fernandes de Azevedo estavam preocupados com a efetiva criação de um *sistema nacional de ensino*, que também contemplasse a formação profissional e técnica.

⁶ [A Escola Nova] desloca o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o mais importante é o aprender a aprender (SAVIANI, 2003, p. 9).

O próprio *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, como destacado por Maria Luisa M. Ribeiro (2001, p. 109), faz referência à formação profissional:

(...)

III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos e escolas:

a) de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas);

b) Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas);

c) de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus de hierarquia industrial.

IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

Em 1934, cria-se no Rio de Janeiro a Universidade Técnica pelo Decreto No. 24.735, de 14 de julho de 1934. Rodolfo Fuchs propõe em 1935 que o ensino industrial deveria ser obrigatório para todos, após ter apresentado seu projeto de criação da *Universidade do Trabalho*:

Enquanto a universidade técnica visa preparar engenheiros (...), [a universidade do trabalho] tem por objetivo preparar operários, desde os simples artifices para as profissões elementares até os operários graduados e contramestres para o serviço da grande indústria moderna. (CAPANEMA, 1934, apud SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 250)

2.2.2 Ensino Industrial no Estado Novo

Segundo Ribeiro (2001), baseando-se em Lourenço Filho (1971), no período que antecede o Golpe de Estado Vargas, 81% das unidades escolares funcionavam como escolas isoladas e a organização escolar brasileira continuava a apresentar um alto grau de seletividade, pois uma maior quantidade de alunos não conclui o curso médio em relação à conclusão do elementar, e mantém-se a bifurcação dos caminhos escolares após o primário: *a via para o “povo” (escolas profissionais) e a via para a “elite” (escolas secundárias)*. O golpe de 1937 estabelece uma nova constituição e, quanto à educação, são mantidas a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e institui-se a obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais, além de serem fixadas diretrizes para o ensino pré-vocacional e profissional, estabelecendo o *regime de cooperação entre Estado e Indústria*.

Em 1938, *as antigas escolas de aprendizes são transformadas em liceus industriais*⁷. Segundo Schwartzman et al. (2000, p. 248), havia em 1939 cerca de sete mil alunos nestes estabelecimentos em todo o país.

Para Ribeiro (2001), o desenvolvimento do capitalismo sob Vargas foi conseguido através da imposição de grandes sacrifícios à maioria da população. O terror policial, a repressão violenta, e as deportações foram condições impostas aos trabalhadores e ativistas para assegurar a “paz interna”, apoiadas pela classe dominante e por significativa parcela da classe média.

Para Schwartzman et al. (2000), é na *Era Vargas*, que o ensino profissional, ia originar polêmicas constantes entre industriais – com significativa influência no Ministério do Trabalho – e as políticas do Ministério da Educação. Para Gustavo Capanema, do Ministério da Educação, o Estado deveria ter papel central na regulação do ensino profissional, impedindo-o de estar à mercê dos interesses *mais imediatistas* dos industriais. Por outro lado, a indústria não abria mão de seu controle sobre o novo sistema. Roberto Simonsen, então presidente da *Federação das Indústrias de São Paulo* - FIESP⁸, defendia a estreita vinculação do ensino profissional com as indústrias.

Procurando acomodar os interesses distintos, o governo edita o Decreto no. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o *Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial* – o SENAI⁹, conforme as aspirações de industriais e do Ministério do Trabalho, e a Lei Orgânica no. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, como expressão das idéias e propósitos da área da Educação (SCHWARTZMAN et al., 2000, pp. 254 - 255).

Para Cunha (1977), a constituição da *Companhia Siderúrgica Nacional* em 1941 e da *Fábrica Nacional de Motores* em 1942, ambas com financiamento norte-americano, representa um momento de modernização do quadro industrial brasileiro. A tecnologia utilizada nas duas empresas era muito avançada, *constituindo uma inovação de importância no setor industrial do país*. Além das tecnologias de produto e de processo, o quadro de pessoal incluía um número apreciável de técnicos não disponíveis no mercado brasileiro, necessários à operação das instalações, ao detalhamento dos planos e supervisão das obras civis de construção, instalação e montagem.

⁷ Em 1935 Capanema sugere a Getúlio Vargas a contratação de professores estrangeiros que preparariam professores brasileiros para o ensino industrial (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 261).

⁸ A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi criada em 1931.

A conjuntura econômica decorrente do quadro industrial brasileiro com a Segunda Guerra Mundial favorece a organização do ensino técnico industrial, através do aumento da demanda de técnicos, conforme os interesses dos industriais:

De elevada relevância é o problema da formação técnica do pessoal dirigente subalterno, encarregados e mestres, bem como dos técnicos industriais. Esses auxiliares incumbidos da direção imediata dos serviços na indústria não encontram no nosso meio, salvo raras exceções, escolas ou cursos especializados para sua formação ou seu aperfeiçoamento técnico, o que justifica a praxe existente de serem recrutados, em parte ainda, no estrangeiro. A preparação dos dirigentes subalternos deve pois merecer lugar de destaque nas instituições de ensino profissional à indústria. (MANGE, 1942, apud CUNHA, 1977, pp. 56-57).

Segundo Manfredi (2002, pp. 181 – 182), estão presentes na criação do SENAI industriais paulistas, engenheiros, *sanitaristas* e educadores, reunidos sob a liderança de Roberto Simosen e de Roberto Mange, com o claro desejo de intervir nas relações sociais, no âmbito das empresas e da sociedade civil.

Em sua origem, os projetos de construção do SENAI e do SESI fazem, portanto, parte da estratégia empregada por industriais paulistas para disciplinar o trabalhador brasileiro e garantir a paz social, alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na representação de que o desenvolvimento industrial conveniente aos empresários também interessava aos trabalhadores e a todos os brasileiros, independente da condição de classe. (MANFREDI, 2002, p. 182)

Com a institucionalização do SENAI, o poder dos industriais é mantido no interior das fábricas, com a promoção de novas formas de organização do trabalho e de socialização do trabalhador, além de ser assegurado um lugar privilegiado aos empresários na disputa de hegemonia com outros grupos dominantes, opositores à industrialização. Os anos posteriores a 1945

mostrariam que o SENAI terminou por se constituir na experiência mais eficiente de ensino profissional já havida no país; enquanto isto, as tentativas de criar um sistema de ensino industrial a partir de uma orientação técnica de apurado estilo e um princípio geral do ordenamento, definido por uma lei orgânica de aplicação geral, só encontrariam dificuldades (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 260).

⁹ Desde a sua fundação, o SENAI é financiado com recursos públicos a partir da contribuição parafiscal de 1% sobre o total da folha de pagamento mensal das empresas, vinculadas por lei à instituição (MORAES, 2000, p. 83).

Capítulo 3: A Industrialização Pesada

3.1 O período da industrialização pesada

Cardoso de Mello (1986) destaca que a industrialização restringida configurou um padrão “*horizontal*” de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu diante da demanda nem, muito menos, houve grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas. Para o autor, transformações significativas de fato ocorrem com a implantação de um bloco de investimentos pelo Estado, entre 1956 e 1961, correspondendo a uma verdadeira “onda de inovações”:

de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pre-existente. **Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada**, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados. (CARDOSO DE MELLO, 1986, p. 117)

Negri (1996, p. 101) considera o período que vai de 1956 a 1967 como a “*primeira fase da industrialização pesada*”, caracterizada por um bloco expressivo de investimentos voltados para o setor produtivo estatal e pela entrada de capitais estrangeiros, que propiciaram a instalação de amplo conjunto de plantas produtoras de bens de capital, intermediários e de consumo duráveis.

Como se viu anteriormente, medidas institucionais foram necessárias, ainda no início da década de 1950, para garantir que o capital externo viesse a investir no setor produtivo brasileiro, entre elas uma reforma cambial em 1953, estabelecendo o regime de taxas múltiplas de câmbio, e a Instrução 113 da SUMOC, estimulando a aplicação de capital de risco, graças aos subsídios para remessa de lucros para o exterior.

O *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* – BNDE, criado em 1952, se tornaria no principal agente de financiamento de inúmeros projetos, durante o período de expansão industrial de 1956 a 1962. O BNDE destinaria recursos para a ampliação dos setores de energia e siderurgia, enquanto a PETROBRÁS seria precursora da indústria petroquímica nacional.

Instrumentos de política econômica e a oferta de crédito subsidiado a *setores considerados prioritários*, concessão de terrenos e isenções de importação de máquinas e equipamentos, objetivaram a realização de projetos industriais de grande envergadura.

O amplo programa de investimentos realizado, durante o período, modifica o padrão de crescimento industrial do país e reforça a concentração econômica em São Paulo. Contudo, ao exigir um maior grau de complementariedade entre agricultura e indústria, este processo também conduz a um forte estímulo ao desenvolvimento do restante do espaço econômico do país (NEGRI, 1996, p. 102).

O Estado investe pesadamente na infra-estrutura do país após 1956, estabelecendo as *bases de associação entre capital estrangeiro e nacional*. Para Negri, o quadro de investimentos é fortemente alterado e comenta que

evidentemente, esse conjunto de inversões traz consigo uma alteração significativa da composição setorial da indústria. É durante a implantação do Plano de Metas do Governo J.K. que se completaria a instalação das indústrias automobilísticas, através inicialmente das montadoras de origem européia, de material elétrico pesado, de construção naval, além de máquinas e equipamentos, que possibilitaram considerável expansão do grupo de indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis. (NEGRI, 1996, p. 102).

Negri salienta, entretanto, que as inversões industriais previstas pelo *Plano de Metas* encontrariam o país ainda com estreita base técnica industrial, desajuste entre oferta e demanda e um baixo nível de distribuição de renda. Com tais condições, há forte desaceleração da economia no período de 1962 a 1967, que voltaria a se recuperar entre os anos de 1967 a 1973.

O *Plano Trienal*, proposto para 1962-1965, segundo Ianni (1989, p. 24), representa a síntese mais completa do modelo de intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O Plano, porém, não consegue avançar, segundo o autor, em virtude do esvaziamento pela burguesia, que nele identificava o risco de tornar a economia de mercado em uma entidade vazia.

Diante da necessidade de formular instrumentos para orientar e incentivar a expansão das atividades produtivas, os governantes afirmam não só a manutenção como também o fortalecimento da iniciativa privada, não somente para quebrar as resistências em face da interferência estatal implícita na planificação, mas também para despertar o interesse dos empreendedores ativos e potenciais, ao que o autor denomina de "*função adjetiva do Estado*".

Em face da natureza do sistema, essa atuação do Estado se propõe sempre supletiva e estimulante do empreendimento privado; mesmo quando se torna empreendedor autônomo, o Estado está reagindo a determinados desequilíbrios estruturais, que a iniciativa privada não teria capacidade para enfrentar.

Desta forma, o Estado passa a incentivar a iniciativa privada por vários meios, especialmente pelo *Programa de Metas* (1956 – 1960), e para garantir os investimentos mais importantes, considerando necessária a captação externa de recursos.

A partir de dado momento, o capital externo assumiu feições novas, que revelam a sua grande versatilidade. De um lado, a industrialização em curso no país estava passando a ser decidida e comandada do exterior, ocasionando, como se verificou, superinvestimentos em alguns setores e nenhum em outros. É que os projetos dos empreendedores internacionais se organizavam em termos de mercados mundiais, ou regionais. (...). Trata-se da desnacionalização da indústria nacional, que envolve não apenas novas técnicas de evasão de excedente econômico como também a transformação do Brasil numa nação “associada” do capitalismo internacional. Em outras palavras, ao mesmo tempo realiza-se e frustra-se a revolução burguesa no Brasil. (IANNI, 1989, p. 35)

Na opinião de Cardoso de Mello (1986), a ação do Estado foi decisiva porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, estimulando o investimento privado.

Maria Luisa Santos Ribeiro (2001, p. 152) comenta sobre as tensões entre a UDN e o PSD no período posterior ao suicídio de Vargas em 1954. Juscelino Kubitschek e João Goulart vencem as eleições, com o programa de fazer o Brasil progredir “50 anos em 5”. Segundo a autora, eles contaram com o apoio de amplos setores sociais, entre os quais a burguesia industrial, a burguesia agrária, o operário sindicalizado e as forças nacionalistas. Entretanto, a posse do novo governo, em 31 de janeiro de 1956, foi garantida através de um golpe liderado pelo *General Lott*, em novembro de 1955, com a decretação do “estado de sítio”. É no período entre 1954 e 1955 que é editada a Instrução 113 da Sumoc, responsável, segundo a autora, pela alienação da economia nacional uma vez que,

(...) através dela reconhecia-se às empresas estrangeiras, interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir, de seus países de origem, maquinarias industriais depreciadas, como se fossem equipamentos novos, embora já funcionando aqui indústrias nacionais similares (RAMOS in BAUSBAUM, ANO, apud RIBEIRO, 2001, p. 152).

Para Ribeiro (2001), no transcorrer do governo de Juscelino, há uma tentativa de conciliar o modelo político – nacional-desenvolvimentista – com o modelo econômico – substituição de importações em sua segunda fase, contando basicamente com a participação do capital estrangeiro. De fato, segundo a autora, um novo modelo econômico começa a ser concebido com JK com as seguintes características:

O predomínio tendencial do capital estrangeiro (característica 1) que passa a ser introduzido também por via direta para controlar o setor industrial, determina quatro outras tendências de predomínio: da indústria de bens de consumo de luxo (característica 2), principalmente da indústria automobilística; da “monopolização precoce” da economia do país (característica 3), uma vez que este capital entra sob a forma de grandes empresas, pois já existem assim internacionalmente, o que leva à insolvência de pequenas e médias empresas; de intensificação do processo de concentração de terras (característica 4) e do aprofundamento da atuação bancária no financiamento a curto prazo, onde as possibilidades de lucros eram maiores, resultando na formação de um capital bancário basicamente especulativo (característica 5). (CAMPOS & SOUZA, 1981, apud RIBEIRO, 2001, p. 154)

A *empresa oligopólica estrangeira* decidiu investir no Brasil em razão das garantias institucionais de vantagens econômicas aqui encontradas, e pelo movimento de expansão do conglomerado financeiro e pela competição nos países centrais.

Estado e grande empresa oligopolista internacional comandaram, inequivocamente, o processo de industrialização pesada. Não se pense, no entanto, que o capital industrial nacional tenha sido ferido em seus interesses concretos. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. Mais que isto, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a estatização quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de “privatizar” no futuro o Estado. Por isso mesmo, o capital industrial nacional “optou” pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário. (CARDOSO DE MELLO, 1986, pp. 119 – 120).

Segundo Negri (1996, p. 107), durante o Plano de Metas, a indústria paulista cresceu 11% ao ano, no período 1956/1959, com ampliação da participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis para um quarto do total. Essa modificação estrutural é reflexo imediato da implantação do parque automobilístico e da indústria de autopeças no ABC paulista. Em paralelo, também foi expressivo o avanço da mecânica e de material elétrico e de comunicações que juntos passaram a concentrar mais de 10% do produto industrial estadual.

A expansão industrial em São Paulo continua durante toda a década de 1960 e, em 1970, sua indústria de transformação empregava quase 1,3 milhão de pessoas, com incremento líquido de 463,9 mil novos postos de trabalho. A distribuição desses novos empregos estava concentrada no grupo predominantemente de bens de capital e de consumo duráveis, que respondeu por 38,8% do incremento total seguida da indústria de bens intermediários com 31,2%.

Tabela 3.1 – Estrutura Setorial da Indústria de São Paulo: 1970 (Conf. Negri, 1986).

GRUPOS E RAMOS INDUSTRIAIS	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção
	no.	%	no.	%	(%)
GRUPO I: Predominantemente produtores de bens de consumo não-duráveis	25.757	51,74	516.718	40,09	39,40
Mobiliário	3.596	7,22	44.096	3,42	1,70
Prod. Farm. / Vestuário	207	0,42	18.694	1,45	2,53
Perfumes, Sabões e Velas	294	0,59	9.405	0,73	1,58
Textil	3.251	6,53	185.307	14,38	10,26
Vest., Calçados e Art. Tecidos	4.087	8,21	78.625	6,10	3,53
Alimentos	11.102	22,30	116.797	9,06	15,43
Bebidas	1.025	2,06	19.233	1,49	1,45
Fumo	10	0,02	2.936	0,23	0,52
Editorial e Gráfica	2.185	4,39	41.625	3,23	2,40
GRUPO II: Predominantemente produtores de bens intermediários	16.115	32,37	419.018	32,51	32,77
Minerais Não-Metálicos	6.569	13,20	95.893	7,44	3,70
Meturgia	4.389	8,82	148.937	11,56	10,94
Madeira	1.768	3,55	17.359	1,35	0,75
Papel e Papelão	618	1,24	38.444	2,98	2,30
Borracha	398	0,80	23.760	1,84	2,49
Couros, Peles e Similares	405	0,81	7.259	0,56	0,35
Química, Perf. E Prod. Farm.	1.069	2,15	57.478	4,46	9,71
Prod. Plásticos	899	1,81	29.888	2,32	2,53
GRUPO III: Predominantemente produtores de bens de capital e de consumo duráveis	7.907	15,88	353.126	27,40	27,83
Mecânica	3.185	6,40	109.792	8,52	7,06
Material Elétrico e Comunicações	1.630	3,27	85.723	6,65	6,56
Material de Transporte	1.389	2,79	118.130	9,17	12,32
Diversos	1.703	3,42	39.481	3,06	1,89
TOTAL	49.779	100,00	1.288.862	100,00	100,00

Negri (1996, p. 137) faz referência ao período de 1967 a 1990 como a *segunda fase da industrialização pesada*, marcada sobretudo pela modernização de sua estrutura e ampliação de segmentos produtivos mais complexos.

3.2 Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Desconcentração Industrial

No final da década de 1960, verifica-se pela primeira vez um movimento de *desconcentração* da indústria, com a redução da participação relativa de São Paulo no produto industrial do país de 58,2% para 49,2%, entre 1970 e 1990.

Para Negri (1996), a capacidade produtiva brasileira estava concentrada no estado de São Paulo uma vez que este dimensionava seu parque industrial para atender a demanda nacional. Nas demais regiões do país, as indústrias buscavam atender as demandas locais. A *questão regional*, entretanto, passara a ocupar os espaços de decisão a partir do final da década de 1950, em torno dos debates sobre desigualdade de renda e dos movimentos migratórios, especialmente de nordestinos em direção ao Sudeste. A SUDENE, então sob o comando de Celso Furtado, representaria o primeiro grande esforço em termos de *política de desenvolvimento regional*.

Procurava-se transpor para o espaço regional as políticas de substituições propostas pela CEPAL para os marcos nacionais. Negri, concordando com Wilson Cano (1985), considera equivocada a estratégia que procurava criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira, argumentando que

as políticas de incentivos acabariam patrocinando a ocupação do mercado nacional pelos capitais de São Paulo, sem com isto reverter o quadro social e reduzir as disparidades regionais, mesmo que tenham auxiliado, após 1970, a efetivar a desconcentração industrial [entre 1970 a 1990]. (NEGRI, 1996, p. 139)

Para Negri (1996, p. 140), a economia brasileira atravessara sua pior fase de crescimento entre 1962 a 1967, com a conclusão dos programas de investimentos públicos e privados iniciados em 1956 e 1957. Durante os anos 1960, o regime militar promoveu reformas institucionais que influenciaram no financiamento dos setores público e privado, no comércio exterior, no capital estrangeiro e na distribuição de renda, assegurando um novo ciclo de expansão econômica. Uma nova trajetória de crescimento da economia seria conhecida como o “*milagre brasileiro*” e que se estende até 1974, comandada pela indústria.

Com base nos estudos de Belluzzo e Conceição Tavares (1982), Negri destaca seis fatores de recuperação da economia do período:

1) A reforma fiscal e financeira de 1966 melhora as condições de financiamento do gasto público corrente e de investimentos tradicionais ligados à construção civil; 2) A realidade tarifária, isto é, a elevação e reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública e a negociação externa deslancham o programa de energia elétrica, reanimando o setor de material elétrico, os grandes construtores e as firmas de engenharia; 3) A operação do sistema institucional de crédito ao consumidor, acoplado ao instrumento da correção monetária com desconto antecipado dos títulos, reanima a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis de consumo mais difundidos; 4) O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) reanima e ativa a construção civil residencial; 5) Os incentivos à exportação permitem subsídios à produção têxtil, de calçados e de maquinário, auxiliando a recuperação; e 6) A política de salários e a política de financiamento favorecem a concentração de renda pessoal, que realimenta o consumo diferenciado da classe média-alta, bem como a proliferação dos serviços pessoais. (BELLUZZO e TAVARES, 1982, apud NEGRI, 1996, p. 140)

Para Negri, a nova fase expansiva vai se esgotando após 1974, sem que se alcance um período recessivo de imediato. Na década seguinte, entretanto, a economia mergulharia em profunda crise, com recessão entre 1981 a 1983. As políticas de indução de crescimento em outras regiões do país seriam resultado das primeiras manifestações de “*caos urbano*” nas metrópoles caracterizado pelo crescimento desordenado, degradação de mananciais, e o aumento crítico da desigualdade social.

No início da década de 1970, o governo federal entendia a necessidade de realizar investimentos em infra-estrutura econômica e social nas principais áreas urbanas do país. No entanto, esta destinação de recursos competia com outros interesses, em particular com os investimentos acoplados ao projeto do “*Brasil Potência*”, que buscava completar a estrutura produtiva do país e implantar políticas de desmedido crescimento em alguns setores, como siderurgia e metalurgia, papel e celulose, química e material elétrico, cimento, mineração, energia elétrica e nuclear, petróleo, comunicações, etc. (NEGRI, 1996, p. 141, grifo meu)

No I PND, propunham-se programas de desenvolvimento regional, mediante incentivos fiscais, para regiões consideradas prioritárias como Norte e Nordeste, através da articulação de órgãos como SUDAM, SUDENE, Banco do Brasil, BNDE e Caixa Econômica Federal. O II PND dava continuidade aos programas em andamento e criava o Programa de Integração Nacional – PIN, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Poloamazônia, etc.

Além disso, busca-se a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e a conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, etc. Mesmo com o fim do II PND, a partir da deterioração do quadro internacional ao final da década de 1970, há redução na concentração regional (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 – Distribuição Espacial da Indústria do Brasil, segundo região e estados selecionados: 1970-1990 (Adaptado de Negri, 1996, p. 143).

Regiões e Estados	Distribuição Percentual do VTI da Indústria de Transformação				
	1970	1975	1980	1985	1990
Nordeste (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,5
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,7
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7
Outros Estados	2,1	2,8	4,2	5,0	6,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Para Negri (1996, p. 142), concordando com Carlos Lessa (1978) e Beckler e Egler (s.d), o Estado *militar* exercia plenamente, com o II PND, o seu *projeto geopolítico*, para legitimar-se:

As políticas para a integração do território nacional corresponderiam a uma ação rápida e combinada para simultaneamente completar a ocupação do território, incorporando o centro-oeste e a “ilha” amazônica; modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional; estender o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares. Estas políticas tiveram também a função de legitimação do Estado. Novamente, enfatizou-se a idéia de fortalecer a pátria, sendo o Estado-Nação amplamente divulgado pela mídia: novamente, a integração do território foi usada como recurso simbólico para a construção do Grande Brasil e, neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para integração do território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna. (BECKLER e EGLER, s.d., apud NEGRI, 1996, p. 142).

Negri (1996, p. 142) salienta que as políticas de desconcentração revelam êxitos e limites. Para o autor, sem dúvida que houve um impacto na distribuição espacial da indústria, uma vez que a periferia nacional tornou-se a maior receptora de novos investimentos produtivos, reforçada por sua base de recursos naturais e por decisões locacionais macropolíticas do governo federal, a exemplo da instalação dos pólos petroquímicos da Bahia (Camaçari) e do Rio Grande do Sul (Triunfo).

No que se refere à área metropolitana de São Paulo, a desconcentração industrial foi acentuada com o II PND, expandindo-se da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do estado. Segundo Negri (1996, p. 152), vários instrumentos institucionais do governo federal contribuíram para essa inflexão, entre os quais o *Conselho de Desenvolvimento Industrial* (CDI) e o *Conselho de Desenvolvimento Econômico* (CDE), que passaram a agir na regulamentação do crescimento e da localização industrial, com medidas de restrição de incentivos para as indústrias que pretendiam se instalar na Região Metropolitana de São Paulo ou definindo contrapartidas destes empreendimentos que deveriam garantir parte de sua produções para exportações.

Com o avanço da estrutura industrial e a consolidação da industrialização pesada, internalizou-se também uma base técnica que submeteu a agropecuária a um rápido processo de modernização, e que, em função do espaço que se abriu no mercado internacional, passaria por grande expansão da produção de exportáveis, industrializados ou não, como são os casos de suco de laranja, óleos vegetais, produtos de soja, café, açúcar, carne de frango e bovina congeladas, etc. Ao longo da década de 1970, as exportações brasileiras diversificaram-se ainda mais, passando a incluir material de transportes, caldeiras e aparelhos mecânicos, equipamentos e demais acessórios industriais, produtos siderúrgicos, material bélico e material aeronáutico.

Avaliando o esgotamento do II PND, Negri assim comenta:

(...) É preciso deixar claro que, ao dar ênfase à indústria de base de bens de capital, o Estado já não mais conseguia ajustar os múltiplos interesses das empresas estatais, das grandes empresas privadas nacionais e das grandes empresas estrangeiras. Além disso, é fundamental acrescentar os desafios que se colocavam à natureza da inserção internacional do Brasil ao final da década [de 1970]. Num mundo em extarordinária mudança, o II PND propunha completar a estrutura industrial em segmentos-chaves do padrão industrial vigente até então. Mas faltava clareza da dimensão das mudanças e a própria estrutura patrimonial dos grandes grupos industriais – com o predomínio da empresa transnacional – imporia limites consideráveis à capacidade de inovação produtiva. Um problema que se mostraria bem mais complexo na década seguinte. (NEGRI, 1996, p. 149).

3.3 A indústria brasileira durante a crise da década de 1980.

Durante a década de 1980 a indústria nacional teve desempenho, segundo Negri (1996), considerado sofrível, resultado das políticas de ajuste macroeconômico do início da década e da inflação crônica.

O único setor com algum crescimento significativo no período foi o de petróleo. A estrutura industrial e sua distribuição espacial pouco se modificam, ainda que o processo de inflexão da desconcentração industrial em São Paulo continue se consolidando. O produto da indústria de transformação, durante o período de 1980 a 1990, decresce cerca de 6,4%, tendo os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis seus piores resultados.

A recessão afetou mais fortemente a indústria paulista, embora tenha havido algum crescimento nas demais regiões do país. As razões para isso, segundo Negri, estão na *forte interdependência técnica, quando se considera os setores organizados conforme a estrutura de cadeias produtivas*.

A expansão das exportações ameniza os problemas provocados pela crise, e foi possível graças aos estímulos do governo federal através da continuidade da política de incentivos, adoção de uma política cambial mais flexível e ajustes na economia interna com diminuição da demanda interna, gerando excedentes exportáveis.

Reforçou-se assim, durante os anos 1980, a inserção internacional da indústria brasileira com base nos segmentos representativos do padrão anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata. Para isso, contribuíram os determinantes espúrios de competitividade: retração da demanda interna, desvalorizações reais periódicas da taxa de câmbio, compressão do mercado interno e incentivos – subsídios fiscais e creditícios. (SUZIGAN, 1992, apud NEGRI, 1996, p. 156)

Para Negri, os anos de recessão representam o *paradoxismo* absoluto do ajuste passivo à crise internacional: ajuste do balanço de pagamentos e combate à inflação pela queda da demanda. Além de ineficaz no tratamento ao combate à inflação e na questão externa, acrescenta-se a barbárie social. Assiste-se, no período 1981/1983, a aspectos impressionantes: a renda per capita volta aos níveis de 1976; a produção industrial aos níveis de 1977; e o emprego industrial de São Paulo, ao nível de 1973. A ineficiência desse ajuste só não foi maior que o seu custo social (NEGRI, 1996, p. 156).

Em meados de 1984, impulsionada pelas exportações, a indústria iniciou um período de recuperação que se estendeu até 1986, com produção de superávit comercial de US\$ 13 bilhões em 1984. Em 1985, com a advento da *Nova República*, a política econômica volta a sua atenção para os *setores internos da demanda agregada*. As exportações ajudam na recuperação do nível de emprego.

Com o Plano Cruzado em 1986, a inflação é reduzida drasticamente, há crescimento do emprego e da massa de salários. A inexistência de reformas econômicas mais abrangentes, contudo, imobilizavam o governo que vê o retorno da inflação, e a indústria entre em nova fase de estagnação. A taxa de crescimento do produto da indústria de transformação brasileira reduziu-se de 11,3%, em 1986, para apenas 1% em 1987 e tornou-se negativa em 1988 (-3,4%). Como assinala Negri, a situação da indústria só não foi mais grave porque as exportações tiveram bom desempenho, especialmente no setor agroindustrial. Os efeitos da recessão de 1981 a 1983 foram devastadores sobre a indústria de São Paulo, com aumento da capacidade ociosa para cerca de 25% e da redução do nível de emprego em quase 20%, representando o desemprego de cerca de meio milhão de trabalhadores.

3.4 A Formação Profissional na Fase da Industrialização Pesada

No período de 1945 a 1964, segundo Manfredi (2002, pp. 102 – 104), o aparato institucional construído durante o Estado Novo, persiste especialmente sobre a representação sindical, verificando-se pequenas mudanças apenas em meados de 1950. O Estado continua sendo o protagonista principal dos projetos e dos investimentos necessários ao desenvolvimento industrial. Para a autora, os mecanismos legais e as estruturas formativas construídas historicamente ao longo das décadas de 1940 a 1970, foram cristalizando concepções e práticas escolares dualistas, considerando as concepções *acadêmico-generalista, com vista ao prosseguimento dos estudos*, e de uma *Educação Profissional*, preparando o aluno com informações consideradas relevantes para o *domínio de seu ofício*. A dualidade estrutural persistia também com a promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961* (Lei no. 4.024, de 20 de dezembro de 1961). **A profissionalização continua sendo atribuída ao Sistema S, o que significa a manutenção do caráter setorial da mesma.**

Segundo Cunha (1977, p. 71), na década de 1960, por iniciativa da *Diretoria do Ensino Industrial*, criaram-se vários centros especializados em cursos de didática do ensino industrial e de administração escolar, a exemplo do CETESP em São Paulo e o CETEG na Guanabara, criados em 1964. Em todo território nacional caberia à DEI a inspeção das escolas industriais.

O estado de São Paulo foi uma exceção uma vez que, desde o início da década de 1930, a instalação das *escolas ferroviárias* em diversas cidades paulistas e a criação de escolas profissionais não especializadas exigiram uma coordenação central. Assim, já na década de 1940 a Secretaria de Educação de São Paulo tinha uma *Superintendência de Educação Profissional* com a competência de criar, fiscalizar e orientar as escolas industriais (e as técnicas, em particular) da rede estadual (CUNHA, 1977, p. 77).

Para Cunha, um ponto importante na nova legislação foi a atribuição de autonomia às Escolas Técnicas Federais. Cada um delas passou a constituir personalidade jurídica própria, possuindo autonomia didática, administrativa, técnica e financeira.

A repercussão da autonomia das escolas técnicas federais foi muito grande. Uma das primeiras conseqüências da autonomia das escolas técnicas federais foi a progressiva eliminação dos cursos básicos, fazendo-se com que a quase totalidade das escolas se restringissem aos cursos técnicos que as caracterizava. As escolas industriais estaduais e municipais, ao contrário, deram maior importância a esses cursos, principalmente no Estado de São Paulo, que em 1968 tinha cerca de 50% das matrículas do país neste ensino. (CUNHA, 1977, p. 79)

O ano de 1971, segundo Germano (1993), marca a fase áurea da repressão, principalmente sobre os movimentos armados que se opõem ao regime militar. Entretanto, os militares obtinham certo consenso e legitimidade de uma população que repudiava atos de violência como assaltos a bancos, atentados e seqüestros, e que observava êxitos na política econômica do Governo. Esta legitimidade se tornara evidente com a vitória da Arena¹, partido governista, nas eleições parlamentares de 1970, na quase totalidade dos Estados, perdendo apenas para o MDB² no Estado da Guanabara. A economia crescia a taxas de 10% ao ano, impulsionando a idéia de “*Brasil-potência*” pelo “*milagre econômico*”.

Os governos militares, diante dos grandes projetos nacionais, a exemplo dos pólos petroquímicos, petróleo e Itaipu, procuraram revitalizar o *Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra* – PIPMO, executado em conjunto pela escolas técnicas da rede federal e pelo SENAI. Buscava-se com o PIPMO a capacitação rápida e imediata dos trabalhadores, em cursos de curta duração, de conteúdos práticos e operacionais reduzidos, segundo uma perspectiva tecnicista (MANFREDI, 2002, p. 104).

¹ Arena = Aliança Renovadora Nacional

² MDB = Movimento Democrático Nacional

Além disso, havia incentivos fiscais para as empresas que desenvolvessem projetos de formação profissional, desde que aprovados no âmbito do Ministério do Trabalho.

Tais incentivos [concedidos pela Lei 6.297/57³] poderiam ser empregados tanto em projetos de preparação imediata para o trabalho “de indivíduos menores ou maiores, através da aprendizagem metódica, da qualificação profissional, do aperfeiçoamento e da especialização técnica em todos os níveis”, como na dedução de despesas de construção ou instalação de centros de formação profissional e/ou aquisição de equipamentos. (MANFREDI, 2002, p. 105)

Para Germano (1993), o ciclo de reformas da educação brasileira também alcança o ensino primário e médio, através da Lei 5.692/71 que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, recebida com entusiasmo pelos educadores fiéis ao regime. De fato, como assinala o autor, em um prazo de apenas 30 dias, a matéria foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. A nova Lei preservava o espaço do ensino religioso e, juntamente com a *Emenda Constitucional de no. 01 de 1969*, ampliava o amparo técnico e financeiro à iniciativa privada, além de omitir percentuais mínimos a ser destinados à educação pela União.

A conjuntura que precede a elaboração da Lei 5.692/71 apresenta-se desprovida de mobilização e de demandas organizadas em favor da universalização do ensino e pelo aumento de verbas para a educação. Não ocorriam grandes debates e atuação de grupos de pressão, e havia uma forte presença de interesses privatistas em contraposição à ausência de um movimento mais articulado entre os partidários da escola pública. Na época, boa parte das lideranças estudantis e dos intelectuais de esquerda, e das lideranças dos trabalhadores e camponeses, estavam engajadas na luta.

A tônica não era mais a busca das reformas de base do ideário pré-64, mas a transformação estrutural do país. Assim é que, para estes grupos, a educação passa a ser questão secundária.

[...] Na verdade, no pós-1964 – sobretudo no período 1969-1971 -, as questões educacionais e culturais quase não aparecem nos manifestos, programas e documentos políticos das várias organizações de esquerda que pretendiam revolucionar a sociedade brasileira. (GERMANO, 1993, p.162)

³ Os incentivos foram suspensos por medida provisória do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990.

Antes de 1968, ocorria uma produção intensa pela participação do movimento estudantil na luta contra a ditadura ao mesmo tempo que havia reivindicações dos estudantes por mais vagas e verbas para a educação e contra os *acordos MEC/Usaid*. Após 1968, os temas anteriores tornam-se mais escassos, sendo as questões culturais e educacionais postergadas ou negligenciadas pelas organizações de esquerda. Em 1970, o Mobral (*Movimento Brasileiro de Alfabetização*) começa a funcionar. Em 1971, a maioria dos grupos armados são desmantelados. Trata-se de um momento em que, estando desarticulados os setores oposicionistas da sociedade civil, o Estado lança mão de intensa propaganda nos meios de comunicação de massa, combinando, em larga escala, a função de domínio (*violenta repressão política*) com a função de direção ideológica, e acaba por obter consenso, ainda que “passivo” e eventual, de significativos segmentos da sociedade brasileira.

Segundo Germano, a Lei 5.962/71 apresenta dois pontos fundamentais: a extensão da escolaridade obrigatória e a generalização do ensino médio profissionalizante. O autor explica que a expansão da escolaridade seria uma forma de regular o mercado de trabalho, além de atender aos interesses dos empresários por uma mão-de-obra mais qualificada, dentro de políticas de legitimação, conforme o pensamento de Clauss Off (1990), *ao afirmar sistematicamente a aparência de igualdade entre seus membros, desmentindo qualquer evidência de desigualdade*.

Nessa perspectiva a “política educacional” é talvez o exemplo mais patente de como o Estado procurava produzir a aparente igualdade de oportunidades e com isso de uma neutralidade em relação às classes. As políticas eram contraditórias pois, embora existisse a busca pela equidade, mantinha-se o processo de aprofundamento das desigualdades sociais. Havia o apelo ao esforço individual e não ao trabalho coletivo. Neste sentido, o regime militar estabelecia com a sociedade civil vínculos orgânicos com base na dominação e hegemonia, entendendo *que os dominantes devem considerar os interesses dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia é exercida* (Gramsci, 1979 apud Germano, 1993).

Apesar das políticas de expansão, os baixos índices de acesso e elevada evasão e repetência continuavam em 1971. A propaganda democratizante assume uma dimensão meramente quantitativa, excluindo a politização, inclusive com o fechamento de grêmios estudantis, e a abertura dos “centros cívicos escolares”, devidamente tutelados e submetidos às autoridades locais.

[...] No Brasil, durante o regime militar, a atuação do Estado se pautou por privilegiar demasiadamente o capital e por ser excludente com relação às classes subalternas. O resultado do ponto de vista social, foi o aguçamento da concentração de renda, com notórias repercussões no campo educacional. (GERMANO, 1993, p. 168)

Segundo Germano, pautando-se em Gramsci, a elevação cultural dos trabalhadores, *ao vincular conhecimento e trabalho*, possibilitaria o controle do processo produtivo e o pleno exercício da cidadania. A política educacional do Estado Militar está na contramão disso. De fato, o que está presente na proposta oficial é *uma visão utilitarista de homem*, baseada na teoria do capital humano, na tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, subordinando a educação à produção. Assim, a educação faz sentido à medida que habilite os estudantes para o mercado de trabalho, dentro do princípio da *terminalidade*, ou seja, garantindo a saída dos jovens o mais cedo possível para ocupações, reduzindo a pressão sobre o ensino superior. Deste modo, a reforma do 2º grau visa à contenção do fluxo de alunos para as universidades, evidenciando sua função discriminatória.

O tripé ideológico de sustentação da política educacional era constituído, pois, pela *Doutrina de Segurança Nacional*, pela Teoria do Capital Humano e por correntes do pensamento cristão conservador. A este último coube legitimar, num país de maioria católica, as iniciativas do Estado Militar de associar diretamente educação e produção capitalista, bem como fornecer sustentação a toda ideologia estatal, uma vez que o nome de Deus e os princípios cristãos eram sempre invocados pelos poderosos. Finalmente, o autor comenta sobre o fracasso da profissionalização, pelos seguintes motivos:

- a) Limite de recursos. A escola profissionalizante seria 60% mais cara que a escola anterior à reforma. Além disso, o Estado não investiu em educação como deveria, na perspectiva do capital humano.
- b) A opção pelo ensino profissional compulsório ocorre na contramão das economias mais desenvolvidas, que desde os anos 70, já reforçavam a tese de uma formação escolar mais ampla.
- c) A discrepância prática e a crônica desatualização do sistema educacional com relação ao sistema ocupacional, gerando resistências nas empresas quanto à aceitação de egressos dos cursos profissionalizantes.
- d) A demanda para a universidade não foi estancada de acordo com as expectativas governamentais, uma vez que as diferentes classes sociais oferecem resistência passiva à profissionalização compulsória.
- e) A profissionalização não foi implantada efetivamente na maioria das escolas da rede pública por falta de recursos.
- f) A legislação educacional foi suavizada em virtude das dificuldades, e finalmente em 1982, pela Lei no. 7.044, que revoga a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau.

Luiz Antônio C. R. Cunha (1977), comentando a Lei de 5.692/71 diz que ela

(...) traz no seu texto um projeto de política educacional que não encontra paralelo na história do Brasil: a profissionalização de todo ensino de 2º grau, apresentada como uma solução para os problemas que afetam a força de trabalho, considerada diminuta até então na oferta de profissionais de nível médio; e quanto, aos estudantes, permitiria aos mesmos uma formação profissional. (CUNHA, 1977, pp. 17 – 18)

De fato, segundo Cunha, o novo ensino médio, profissional, possui uma função não manifesta de conter os crescentes contingentes de jovens das camadas médias que buscam no ensino superior meios de ascensão social através das hierarquias ocupacionais, ou seja, esta seria a *função contenedora do ensino médio profissionalizante* (p. 21).

Outro aspecto tratado por Cunha (1977) remete à *confusão entre aquilo que pode ser chamado de técnicos com o trabalho dos operários qualificados*, que reside no uso substantivo do termo *técnico* como aplicado para uma categoria profissional determinada, quanto pode ser usado como adjetivo, para indicar níveis distintos de formação (acadêmico x técnico) ou quanto às habilidades do trabalhador (indivíduo diletante x indivíduo técnico). Para superar a confusão, Cunha propõe que se defina *chamar de técnico industrial pela escolaridade*, sendo o mesmo aquele indivíduo egresso de escola técnica industrial e cujo diploma seja registrado na forma da lei, diferenciando-o, portanto, do operário qualificado. Outra maneira seria definir o técnico pelas funções que apresenta nas empresas, distintas em sua natureza às do operário (CUNHA, 1977, pp. 26 – 27).

Para Cunha (1975, p. 34) a gênese da definição legal de técnico industrial apresenta um processo de regulamentação da profissão visando dois motivos: em primeiro, garantir o privilégio existente de outra categoria pré-existente (que não a do técnico); e, a tentativa do governo Federal de elevar os requisitos educacionais para o desempenho da função de técnico industrial. A regulamentação da profissão foi iniciado em 1946 através da Resolução no. 51 de 25 de julho, do *Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia* (CFEA). Em termos do Governo Federal, as iniciativas constaram em reuniões de consultas promovidas pela Diretoria do Ensino Industrial e na Lei de Regulamentação de 1968. Apesar disso, mesmo até 1972, os técnicos continuavam sem representação no CFEA (p.35).

A função da Resolução seria resguardar uma fatia do mercado de trabalho, “privilégio da corporação” ameaçado pela entrada no mercado de novos

profissionais. Note-se que a regulamentação federal só apareceu em 1968, depois de 22 anos, quando já havia sido formado um contingente de mais de 25 mil técnicos pelo sistema de ensino organizado. (CUNHA, 1975, p. 35)

Cunha cita algumas pesquisas realizadas desenvolvidas na década de 1960 sobre o trabalho e formação dos técnicos:

Tabela 3.3 – Pesquisas sobre a mão-de-obra técnica (conf Cunha, 1975, p. 41 – 42).

Título da Pesquisa	Promotor	Organizadores	Período	Abrangência e Instrumento
O Trabalho de Engenheiros e Técnicos na Indústria e a sua Formação	FGV	Joaquim F. Goes Filho e Roberto H.C. Costa	1963-1964	Questionário Padronizado com observação direta do trabalho em 472 empresas industriais, especialmente em SP, com algumas empresas de RJ e MG
Mão-de-Obra Industrial	SENAI	Joaquim F. Goes Filho e Roberto H.C. Costa	1966	Questionário Padronizado em 512 estabelecimentos em 21 Estados.
Técnicos Industriais de Nível Médio da Escola do Trabalho	TECMO – Escritório Técnico de Mão-de-Obras	Roberto H.C. Costa	1962-1966	Questionário padronizado enviados para os egressos das escolas. Total de egressos de quase 10 mil pessoas, sendo 27,9% de informantes
A Mão-de-Obra Especializada na Indústria	Instituto de Pesquisas Econômicas da USP	João do Carmo Lopes e José Pastore	1970-1972	Questionário aplicados aos egressos de cursos superiores e médios em 723 empresas industriais do Estado de SP (com amostra de 20% da mão-de-obra industrial no Estado).

Cunha (1975, p.45) cita que a formação daqueles que desempenham atividades técnicas está distribuída entre aqueles egressos de escolas e outros cuja formação ocorreu no próprio local de trabalho. Mesmo entre aqueles egressos das escolas, boa parte deles ainda foram submetidos a algum tipo de treinamento nas empresas, especialmente em grandes empresas (formação em serviço).

Segundo Manfredi (2002, p. 106), desde a promulgação da Lei 5.692/71 até a aprovação da nova LDB, em 1996, o sistema de ensino profissionalizante compunha-se de uma rede de escolas públicas mantidas pela União (rede federal) e pelos Estados e Municípios, sendo administrativamente interligadas, e de outra rede mantida por entidades privadas, incluindo o Sistema S.

A Lei 5.692/71 foi sofrendo várias modificações até a promulgação da Lei 7.044, em 1982, como uma solução de compromisso, mediante a qual se repunha a antiga distinção entre formação geral ou básica e o ensino de caráter profissionalizante, pela via de habilitações específicas conforme os Pareceres MEC 45/72 e 76/75. Para Manfredi, de fato, *a dualidade se manifestava então sem os constrangimentos legais, tornando ainda mais ambíguo o precário ensino médio e início de um processo de desestruturação das redes estaduais de ensino técnico, da qual só escaparam as escolas técnicas federais, provavelmente em razão da relativa autonomia com que contavam, desde 1959* (MORAES, 1999, apud, MANFREDI, 2002, p. 107).

Capítulo 4: Reestruturação Produtiva e Educação Profissional (1990's)

4.1 Reestruturação Produtiva no Brasil

Segundo Tumolo (2001) a análise da reestruturação produtiva no Brasil é uma tarefa difícil, visto que se trata, em primeiro lugar, de processo recente que envolve a *introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão* a partir dos anos de 1970, e, em segundo lugar, porque a própria produção teórica sobre o assunto é ainda mais recente, com rápida proliferação de pesquisas na década de 1980, a partir da sociologia, economia e história.

Como ocorre em outras áreas, a compreensão de um determinado fenômeno é dificultada por dois tipos de problemas. O primeiro diz respeito à complexidade intrínseca do objeto de conhecimento que, no caso do Processo de Trabalho e das Novas Tecnologias, é imenso devido à rapidez e à diversidade das mudanças. O segundo problema concerne à dispersão de fontes e sua socialização imediata. Os dados e os estudos não só são escassos, como também aqueles existentes não são facilmente encontráveis. (CATANI, 1995, apud TUMOLO, 2001, p. 72)

Para Tumolo, o balanço da bibliografia acerca da reestruturação produtiva no Brasil demonstra que a análise desenvolvida por quase todos os pesquisadores, mesmo aqueles que lhe fazem críticas pontuais, restringe-se ao processo de trabalho, não levando em consideração os elementos fundantes e, principalmente, as contradições da acumulação capitalista:

Para que tal limite teórico-metodológico seja superado, torna-se imperioso compreender o processo de reestruturação produtiva no Brasil no bojo do novo padrão de produção capitalista que começa a tomar feição por volta do início dos anos 70. (...) O que importa sublinhar é que tal padrão representa não só a busca de **superação do modelo keynesiano-fordista**, mas, principalmente, a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação que precede o processo recessivo de 1973. Nesse sentido, apesar de suas substanciais diferenças, este novo padrão busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, qual seja, a superação da crise e a decorrente continuidade da acumulação capitalista, sob um novo patamar, sobretudo por meio da intensificação da exploração sobre a força de trabalho. (TUMOLO, 2001, p. 78, grifo meu)

Para Tumolo, as características do processo de reestruturação produtiva no Brasil se assemelham àquelas verificadas a nível internacional, especialmente quanto à *heterogeneidade generalizada que apresenta não apenas entre as empresas mas também no interior delas*, afetando tecnologias, organização e gestão do trabalho. Para este autor, no que diz respeito às relações de trabalho e às organizações sindicais, a maioria das pesquisas mostram a ocorrência da *intensificação do ritmo de trabalho, redução de postos de trabalho e o empenho das empresas em afastar ou neutralizar as ações dos sindicatos*, valendo-se, inclusive, de mecanismos como a participação controlada dos trabalhadores e até perseguição de ativistas sindicais.

Tumolo (2001, p. 76) também cita as contribuições de Catani (1995) e Carvalho (1990) que observam, ao longo dos anos de 1980, a existência de um caráter contraditório das políticas de inovação tecnológica, num quadro de relações de trabalho conservadoras e de movimento sindical sob a tutela do Estado.

Para Tumolo, a crise de 1972/1973 e sua conseqüente recessão *revelaram a continuidade do processo de acumulação em seu movimento cíclico*, como também demarcariam a crise do modelo *fordista-keynesiano* – o que não significa, em absoluto, a sua eliminação – e, por esta razão, a necessidade do capital conceber e construir um novo padrão de acumulação. Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, a exemplo do modelo japonês (“toyotismo”), nada mais seriam do que a forma histórica encontrada pelo capital para reafirmar o processo de intensificação da exploração. Por esta razão, embora procure se justificar *utilizando aspectos técnico-econômicos*, a reestruturação obedece muito mais a uma *lógica político-econômica* (TUMOLO, 2001, p. 80). Neste sentido, as empresas adotam duas estratégias básicas de ação: promover inovações tecnológicas nos processos de trabalho e, ao mesmo tempo, *cooptar* os trabalhadores, neutralizando sua condição como classe.

Trata-se, por conseguinte, [mais uma vez] da ordem do trabalho subordinada à ordem do capital e não da desordem do trabalho como vêm defendendo vários autores. **Sob a ordem do capital, a ordem do trabalho não pode ser outra senão a necessária busca das formas mais eficientes de explorar a classe trabalhadora.** Por esta razão, o processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil não pode ser caracterizado, conforme vêm fazendo muitos de seus estudiosos, que até têm uma postura crítica, como o de uma modernização conservadora, na suposição de que existiria uma modernização progressista em favor dos trabalhadores e do conjunto da sociedade. (TUMOLO, 2001, p. 81 – 82, grifo meu).

A despeito das controvérsias existentes na Sociologia do Trabalho acerca das características da reestruturação produtiva, Leite (2003) destaca a existência de consenso em torno de evidências de que os princípios da *organização fordista*¹ de trabalho estão sendo substituídos por novas formas de produção, abrindo-se a possibilidade de implante de um *novo paradigma produtivo*.

Para a autora, a *acumulação flexível* (Harvey, 1993) vai se firmando como categoria analítica, conforme os estudos da *Escola da Regulação*², inclusive em processos de trabalho “*acompanhados de pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional*” (HARVEY, 1993, apud LEITE, 2003, p. 35). Configura-se para a autora um *novo sistema industrial* distinto do fordismo

que se basearia na integração das tarefas, inclusive as relativas à concepção e execução; no emprego de mão-de-obra estável, qualificada, com alto nível de escolarização e bem-remunerada; na formação e difusão de redes de subcontratação que se baseariam num relacionamento cooperativo entre as empresas. Embora cunhado com nomes diferentes – especialização flexível, para Piore e Sabel (1984); produção enxuta, para Womack et al. (1992); sistemofatura, para Hoffman e Kaplinsk (1988) –, o novo sistema industrial caracterizar-se-ia, para todos esses autores, pela superação da organização fordista do processo de trabalho e sua substituição por uma **nova forma de organização baseada no envolvimento dos trabalhadores com os objetivos empresariais** (LEITE, 2003, p. 38, grifo meu).

Leite, referindo-se a Castel (1998), em sentido mais amplo, afirma que a acumulação flexível acompanha os avanços da internacionalização do capital com a *globalização e adoção de políticas neoliberais*, que legitimam o desmonte das instituições do Estado de Bem-Estar Social (“*Welfare State*”), com a intenção de minimizar o papel regulador do Estado sobre a economia, o que inclui *flexibilizar e desregulamentar as relações de trabalho*. A autora, entretanto, considera que se trata de processo sujeito a contradições e a movimentos de oposição no seu interior, a exemplo do crescimento de organizações da sociedade civil que questionam a hegemonia do mercado como regulador da vida social e econômica.

Para Leite, a manifestação do novo paradigma de produção industrial varia em cada país, sendo necessário considerar as *especificidades da história econômica, da cultura e dos agentes sociais envolvidos em sua construção social* (2003, p. 39).

¹ Investigar o alcance/impacto deste tipo de organização nos vários setores industriais. (?)

² A Escola da Regulação articula a estrutura macroeconômica, o modo de regulação (regras institucionais, hábitos culturais e organizacionais) e a organização do trabalho, permitindo especificar o modelo de desenvolvimento de uma nação em um momento histórico (HELOANI, 2002, apud LEITE, 2003, p. 33)

Quanto às características gerais do novo paradigma (Tabela 4.1), Leite ressalta que, independente do modelo de acumulação, permanecem tanto *a intensificação do trabalho*, por se tratar de princípio inerente da produção capitalista, e os princípios de organização do trabalho da produção taylorista/fordista.

Tabela 4.1 – Diferenças entre paradigmas produtivos (conf. LEITE, 2003, pp. 40 – 41).

Produção Taylorista/Fordista	Produção Flexível
Produção em massa	Produção variada conforme a demanda do mercado, impondo a necessidade de flexibilidade no processo produtivo
Princípio “ONE BEST WAY”	Melhorias contínuas do processo produtivo, incorporando o aprendizado do trabalhador sobre a produção
Grandes fábricas	Empresas enxutas; esquemas de segmentação da produção conformando a cadeia produtiva (empresa-mãe e fornecedores) e distritos industriais.

Em termos internacionais, segundo Leite e Rizek (1997), acompanhando os trabalhos de Kern e Schuman (1988) e de Pyke e Sengenberger (1992), a flexibilização na produção segue uma diversidade de estratégias adotadas pelas corporações, que podem ser organizadas em dois grandes grupos: estratégias do tipo “*High Road*” e aquelas do tipo “*Low Road*”.

As estratégias “*High Road*”³ tendem a ser mais comuns em países desenvolvidos, especialmente os europeus, onde a experiência do Estado de Bem-Estar Social assegurou não só uma integração social da classe trabalhadora como também o desenvolvimento de relações entre capital e trabalho mais pactuadas, com o movimento sindical ocupando posição central na definição de um modelo mais voltado para a utilização da mão-de-obra como um bem a ser valorizado e de formas de organização menos fragmentadoras do mercado de trabalho. (LEITE e RIZEK, 1997, p. 181)

Leite e Rizek, apoiando-se em Babson (1995), destacam as relações industriais como um importante elemento no sentido de elucidar os diferentes aspectos na implementação da reestruturação produtiva, muito embora, segundo elas, deve-se evitar generalizações, uma vez que *é necessário compreender a fábrica não só como o campo da racionalidade, mas também como o reflexo de relações e interações sociais entre agentes com diferentes interesses, culturas e práticas sociais.*

³ A estratégia “*High Road*” é mais eficiente a longo prazo, o que pode ser incompatível com as pressões de mercado, levando as empresas a adotar políticas de baixo custo de mão-de-obra (“*Low Road*”). Na maior parte das empresas, as inovações ocorrem de forma unilateral, com sérias implicações para os trabalhadores.

Além disso, considerando o trabalho de Kern e Schuman (1988), Leite e Rizek (1997) destacam que a escolha de *uma estratégia específica dependerá igualmente do tipo de produto e de seu valor agregado*, pressupondo que produtos com maior valor agregado demandam uma melhor qualidade dos processos, inovações tecnológicas e mão-de-obra com maior qualificação.

Leite (2003) chama a atenção para o papel diferenciador que as *empresas transnacionais* exercem no processo de decisão de estratégias:

Na era de maior mobilidade do capital, a lógica da industrialização nos países em desenvolvimento e do investimento direto/realocação nos desenvolvidos é informada pela lógica de uma companhia transnacional e não por algum princípio econômico universal [...]. Isso sugere que a difusão das idéias de melhores práticas ou de novos sistemas de produção que fazem parte de um regime de fábrica de uma empresa transnacional serão diferentemente distribuídas de acordo com esta lógica particular e não com algum tipo de princípio capitalista geral. [...] Em outras palavras, a divisão internacional do trabalho e da produção por meio do capital internacional significa desigual distribuição de práticas de pessoal, técnicas de manufatura e programas de treinamento em relação às desenvolvidas no país de origem. (ELGER e SMITH, 1994, apud LEITE, 2003, p. 44)

No caso do Brasil, Leite e Rizek (1997, p. 186), observam a diversidade de lógicas que se articulam em um mesmo processo de reestruturação, variando de acordo com a região e de acordo com o setor produtivo específico. Acompanhando o movimento internacional, há tendências à homogeneização, como maiores exigências de qualificação dos trabalhadores baseada no aumento da escolaridade no momento da contratação, em especial nas indústrias. Leite (2003, p. 42) ressalta que a segmentação da cadeia produtiva contribui para estabelecer diferentes formas de qualificação dos trabalhadores e a maior precarização nas relações de gênero, aspectos crescentes quando se caminha para os níveis mais baixos da cadeia produtiva.

Segundo Pochmann (2001), as novas tarefas no emprego referem-se tradicionalmente às mudanças no conteúdo do trabalho e não significam necessariamente seu enriquecimento, embora tendam a atuar na direção de alterar a dinâmica do exercício do trabalho por meio da concepção distinta de manejo do tempo e dos movimentos. Para o autor, as transformações estariam possibilitando a transição dos antigos postos de trabalho fixos, com conteúdos simples e repetitivos de exercício das tarefas, para postos de trabalho com alguma rotação de funções, às vezes com conteúdo mais complexo e nem sempre repetitivo (POCHMANN, 2001, p. 46).

Com a reestruturação, portanto, consideram-se novos usos do trabalho:

Dentre as muitas formas de reestruturação com ou sem a manutenção da lógica da produção em massa, ou dentre as várias combinações possíveis entre especialização flexível e formas tayloristas, bem como formas de trabalho invisibilizado, precarizado, etc., parece haver um âmbito que perpassa o conjunto de relações industriais que basicamente poderia ser visto pela ótica da percepção e negociação de conflitos que, de alguma maneira, pressupõe a existência de laços importantes de trabalho e de sociabilidade que constituem o coletivo de trabalhadores, que persistem ou constroem identidades e formas de representação de um lado; os da ótica do encapsulamento e da negação dos conflitos, da individualização dos trabalhadores, do afastamento das formas de luta e/ou resistência fabril e sindical. Pode-se formular uma direção de análise que aponta para o fato de que estas duas formas de montar um padrão de relações entre empresas e trabalhadores desembocam em usos diversos de trabalho e, portanto, dos saberes desenvolvidos quer pelo incremento do estoque de conhecimentos, quer pela experiência de trabalho, isto é, das qualificações explícitas e implícitas, que podem ser pensadas na matriz de um uso individualizado. (LEITE e RIZEK, 1997, pp. 187 – 188)

Leite (2003, pp. 71 - 90) sugere quatro fases da reestruturação no Brasil: o início do processo com a difusão dos *Círculos de Controle da Qualidade* (CCQs), entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980, acompanhando a *redemocratização* no país; a segunda fase, entre 1984/1985 a 1990, com a introdução de novas formas de gestão empresarial e adoção mais sistemática de técnicas japonesas; um terceiro período, no início dos anos 1990, com a abertura dos mercados, e quando as empresas procuram envolver os trabalhadores em programas de qualidade e produtividade; e, o quarto período, em meados da década de 1990 até o presente, com o controle do processo inflacionário e estabilização da moeda, com a retomada de projetos de mais longo prazo pelas empresas.

Para Leite, estudos produzidos na segunda metade da década de 1990, demonstram o caráter ainda incompleto do processo de reestruturação sobre o conjunto da malha industrial brasileira. Segundo a autora, Bonelli (1999), ao utilizar da pesquisa sobre *Modernização e Capacitação de Recursos Humanos* (SENAI/CNI), conclui que

Em relação às técnicas mais modernas, mais caras e sofisticadas, verifica-se que uma proporção menor que 10% do total das empresas as estão implantando. Ainda está relativamente longe no tempo o momento em que técnicas mais sofisticadas (tais como kamban, eletrônico data interchange, uso de minifábricas/rearranjo em células, fabricação just in time, engenharia simultânea, reengenharia) teria uso realmente difundido na indústria. (BONELLI, 1999, apud LEITE, 2003, p. 84).

Cruz (2004) afirma que a globalização financeira dos mercados viabilizou e intensificou dramaticamente as pressões competitivas sobre as empresas, além de acentuar a crise do *Estado-nação*, com a emergência do movimento de *reformas orientadas para o mercado*. O autor critica a abordagem naturalista que procura estabelecer “fatores explicativos” para compreender este processo, e afirma que uma abordagem histórica

nos leva a encarar as reformas econômicas nos países em desenvolvimento não como um evento, explicável pela combinação hierarquizada de “fatores” ou “variáveis”, mas como um aspecto do processo global de reestruturação em curso na economia mundial nestas duas últimas décadas. Processo esse que não tem precedente, pois ocorre num período em que o capitalismo se expandiu para todo o planeta e no qual mudanças revolucionárias vêm abalando o sistema interestatal em cujas bases se assentou o capitalismo desde o início (CRUZ, 2004, p. 107).

Cruz sugere a existência de uma *nova moldura institucional*, evidenciada pelas reformas econômicas e pelo novo regime de acumulação:

Na análise das reformas econômicas devemos distinguir claramente o processo de mudança institucional e as idéias, os discursos que o acompanham e justificam. Esses aspectos são comumente mesclados na literatura acadêmica, bem como no discurso político. É assim que expressões tais como o “projeto neoliberal”, as “reformas neoliberais”, a “ofensiva do neoliberalismo” se vêm tornando familiares aos nossos ouvidos. Essas noções, contudo, mais confundem do que esclarecem. Especificamente, elas: suprimem as diferenças entre distintas variantes do liberalismo econômico; ocultam o caráter “incompleto” e “contraditório” de muitas das políticas realmente implementadas em cada caso nacional (...). Mais genericamente, essas noções afastam a atenção do fato de que as reformas econômicas nos países em desenvolvimento são episódios de um processo de reestruturação global cujos resultados, na medida em que se afirmam como novos dados institucionais, alteram duradouramente a relação de forças, criando novos constrangimentos e novas oportunidades para a totalidade dos agentes, independentemente de suas convicções íntimas e de suas preferências. (CRUZ, 2004, p. 108)

Ao referir-se ao Brasil, Leite (2003) comenta que, apesar da expansão industrial, a gestão da mão-de-obra na década de 1970 foi problemática, uma vez que

baseando-se em um forte autoritarismo, o gerenciamento do trabalho caracterizou-se pela extrema parcelização das tarefas, pelo uso extensivo de força de trabalho não-qualificada, por altas taxas de rotatividade, pela adoção de complexas estruturas de cargos e salários, voltadas para estabelecer a divisão do coletivo operário e o controle sobre os trabalhadores. Tais características da forma de utilização da mão-de-obra apoiavam-se, por sua vez, na legislação trabalhista, baseada no contrato individual de trabalho e no contexto político de autoritarismo (...) no país (LEITE, 2003, p. 68).

Para Leite (2003), observando Salerno (1991), Posthuma (1990), Hirata et al. (1992), face à supressão de liberdades vivenciada durante o *regime militar*, não apenas os trabalhadores apresentam resistência, especialmente na década de 1980, quanto às novas técnicas de gestão do trabalho, pois há problemas também da parte dos empresários em permitir a participação efetiva dos trabalhadores especialmente nos processos decisórios.

Apoiando-se no trabalho de Salerno (1992), Leite (2003) atribui à utilização pelas empresas de políticas de gestão de altas taxas de rotatividade (Tabela 4.2) como razão para o baixo envolvimento dos trabalhadores nos programas de modernização organizacional, especialmente comprometendo os programas internos de treinamento.

Altas taxas de rotatividade sempre dificultaram programas de treinamento da mão-de-obra, já que dificilmente as empresas investiriam em trabalhadores que seriam demitidos logo depois. Nesse sentido, outro aspecto das políticas de gestão do trabalho bastante sublinhado pela bibliografia foi o fraco investimento em treinamento, bem como o baixo nível educacional da força de trabalho empregada pelas empresas. (LEITE, 2003, p. 77)

Tabela 4.2 – Índices de rotatividade do trabalho segundo categorias selecionadas na indústria de transformação: 1985 – 1988 (em porcentagem)

Categorias selecionadas	Índices de Rotatividade *	
	1985	1988
Operários (grupos 7/8/9 da CBO)	59,3	72,2
Mestres	31,5	36,9
Operadores de Torno	37,5	41,9
Mecânicos	33,0	39,3
Soldadores	55,8	64,8
Trabalhadores não-qualificados	71,5	-
Total	42,6	53,1

Fonte: Carvalho (1992, p. 39), a partir de dados da RAIS/MTb, apud LEITE (2003, p. 78).
* Em porcentagem do emprego médio anual

Para Gitahy (2000, p. 4), do ponto de vista do padrão competitivo, a retração do mercado interno, associada com a temática da dívida externa, nos anos 1980, leva as empresas a um novo nível de competição, em um momento de reordenamento dos mercados internacionalmente. Se o problema nos anos 1970 era produzir “quantidade”, nos anos 1980 a palavra chave passou a ser “qualidade”. Com o crescimento das exportações e o crescimento da competição interna, tornou-se vital incrementar os níveis de produtividade e de eficiência.

Segundo Gytahy (2000), contudo, há um descompasso evidente entre a difusão de novas tecnologias e as transformações que se referem à gestão do trabalho, com alguma estruturação mais definida ocorrendo a partir dos anos 1990 na indústria automobilística. Remetendo-se aos trabalhos de Hoffman e Kaplinsky (1988) e Womack et. al. (1990), Gytahy diz que se organizam novas relações entre as empresas e seus fornecedores, evidenciando *um novo sistema produtivo integrado*.

A integração estaria baseada nos elementos a seguir: a) proximidade geográfica, essencial para reduzir os custos de estoques; b) uma forte integração dos clientes e dos fornecedores com o processo produtivo, desde o momento do desenvolvimento do produto até sua produção; e, c) elevado nível de confiança na qualidade e nas datas de entrega, *estabelecendo um “conglomerado” de firmas organizadas segundo uma cadeia de produção verticalizada*.

Segundo Pochmann (2001) as características da reestruturação apontam para a configuração de *“uma nova empresa, que operaria cada vez mais em rede, mais adaptada às crescentes variações do mercado e voltada à diferenciação dos produtos, num ambiente de acirrada e desregulada concorrência intercapitalista”* (POCHMANN, 2001, p. 42).

As empresas passam a operar de forma mais “enxuta”, e deixam de produzir em “massa”, passando a *produzir conforme segmentos do mercado*, em escalas reduzidas e com diversidade de produtos. Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, conforme Gytahy, *as inovações na organização implicam na mudança de um modelo baseado no uso extensivo de trabalhadores semi-qualificados para outro modelo baseado no uso intensivo de trabalhadores qualificados, multifuncionais e com atitude co-operativa* (GITAHY, 2000, p. 5).

Neste sentido, a baixa escolaridade da força de trabalho passa a ser obstáculo à modernização, percebido em muitas companhias com a introdução, por exemplo, de *controles estatísticos de processo* (CEPs), que demanda maiores competências matemáticas dos trabalhadores. Por isso, mesmo com programas internos de qualificação, as empresas passam a estabelecer processos de recrutamento mais rigorosos, sobretudo sobre a variável da escolaridade. Segundo Gytahy (2000, p.12), as transformações tecnológicas conduzem a um processo de validação e hierarquização das profissões (Coriat, 1983) influenciando a organização do trabalho e dos currículos dos cursos técnicos, tendo, portanto, repercussões sobre os sistemas educacionais.

Além dos impactos sobre o nível do emprego e a qualificação, a discussão da reestruturação produtiva ressalta o surgimento de novas relações trabalhistas. Leite (2003, p. 95) comenta que os dados do DIEESE para a década de 1990 demonstram a grande dificuldade dos sindicatos em negociar as bases da reestruturação da produção. Entretanto, a autora informa que novas demandas ampliam as bases políticas, abrindo-se a possibilidade de concepção de novas experiências através das quais os sindicatos passam a constituir, ao lado do poder público e de representantes do setor produtivo, *novos espaços institucionais de pactuação social*, a exemplo das câmaras setoriais:

Propostas como espaços de negociação tripartite, as Câmaras Setoriais tiveram no setor automobilístico o seu espaço privilegiado de atuação. Com efeito, ao contemplar uma série de metas negociadas com vistas à abertura do mercado com manutenção de um saldo positivo na balança comercial do setor, à renovação tecnológica da base produtiva, a um novo *mix* de produção, privilegiando os automóveis básicos e mais baratos, ao aumento do emprego e dos salários e a uma nova estrutura tributária setorial (CARDOSO e COMIM, 1995), os acordos assinados em seu âmbito inauguraram uma importante inovação nas relações capital-trabalho no país. Para além dos resultados econômicos positivos que possibilitaram ao setor, (...), a semente que elas trouxeram consigo de relações sociais mais modernas, de uma nova contratualidade, em resumo, de transformação das relações de trabalho, “de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos interesses em jogo, muda a natureza desse antagonismo, tornado algo como um antagonismo convergente” (OLIVEIRA et al., 1993). (LEITE, 2003, p. 97)

Evidencia-se desta forma, segundo a autora, *a capacidade de alargamento da compreensão sindical de proteção aos trabalhadores*, inclusive no que se refere à formação profissional e aos programas de geração de emprego e renda. Os sindicatos apoiam as iniciativas de *economia solidária*, estimulando e acompanhando a formação de cooperativas como a *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão* (Anteag), em 1994, e a *Agência de Desenvolvimento Solidário* (ADS), em 1999. Na opinião de Paul Singer:

A ADS vem se dedicando a preencher uma lacuna que é a falta de um sistema de financiamento às cooperativas augestionárias. Em colaboração com Rabobank, um grande banco holandês possuído e controlado por cooperativas de crédito, e o BNDES, a ADS desenvolveu um projeto de rede de crédito solidário, formado por numerosas cooperativas de crédito e um banco cooperativo, com fôlego para financiar investimentos de vulto por parte de cooperativas de produção. (SINGER, 2002, apud LEITE, 2003, p. 101).

4.2 A reestruturação no Estado de São Paulo

Matteo e Tapia (2003) examinam o processo de reestruturação produtiva da indústria paulista nos anos 1990, especialmente da região do ABC. Os autores elaboram uma crítica à tese da formação de um “*setor terciário moderno*” supostamente originário das transformações da própria indústria. Com base nos dados da *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista* (Paep) de 1996, da Fundação Seade, os autores identificam um movimento de modernização nas indústrias de São Paulo, que passam a apresentar índices cada vez maiores de automação, inovação tecnológica e adoção de novas estratégias de gestão.

Para Matteo e Tapia, desde os anos 1970 a indústria brasileira passou por um processo de desconcentração regional de suas atividades, expandindo seus limites para além do eixo Rio-São Paulo. No caso do Estado de São Paulo, a desconcentração ocorreu, sobretudo, da Capital e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em direção ao interior do Estado.

Esse movimento foi determinado, entre outros fatores, pelas políticas do governo federal de direcionamento dos investimentos industriais para regiões periféricas da economia brasileira, conforme as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento dos anos 1970 e 80 (PNDs I e II). Durante os anos 1980 o processo de desconcentração ganhou maior impulso ao se associar à crise recessiva que assolou o país e atingiu de maneira expressiva o Estado de São Paulo (...), dadas as relações mais intensivas de interdependência entre as divisões da indústria paulista. (MATTEO e TAPIA, 2003, p. 10)

A desconcentração não afetou de modo significativo o *Valor da Transformação Industrial* (VTI) da produção do Estado de São Paulo em relação à produção nacional (Tabela 4.3), mesmo com a consolidação da abertura econômica e da concorrência interestadual mediante a outorga de incentivos fiscais.

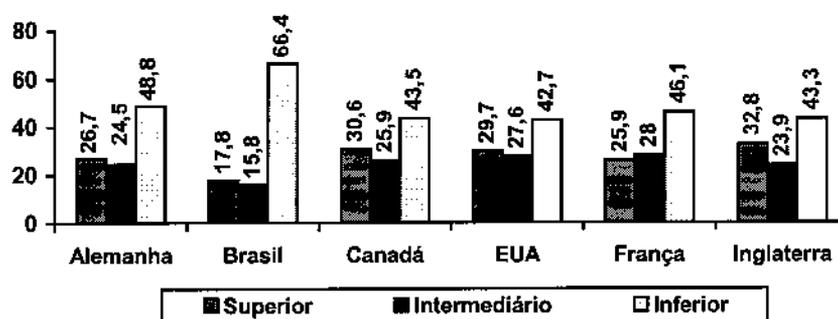
Tabela 4.3 – Participação da indústria paulista na indústria brasileira: 1985-1998.

Setor industrial	Em porcentagem			
	Participação da indústria paulista na indústria brasileira			
	1985	1996	1997	1998
Indústria total	47,8	49,4	49,9	49,4
Indústria de transformação	51,9	51,0	51,4	51,2

Fonte: IBGE. Tabulação especial do Censo Industrial de 1985 e Pesquisa Industrial Anual de 1996, 1997 e 1998 (conforme MATTEO e TAPIA, 2003, p. 11).

Com respeito aos trabalhadores, Pochmann (2001) entende que o avanço na concorrência intercapitalista estaria provocando alterações nas economias avançadas, com as *profissões inferiores* (operações simples e manuais) perdendo participação relativa na estrutura ocupacional (Gráfico 4.1) para as ocupações superiores (gerência, direção e planejamento) e intermediárias (controle, supervisão e administração).

Gráfico 4.1 – Níveis das ocupações em países selecionados nos anos 1990 (em %)



Fonte: OIT, 1996 (Pochmann, 2001, p. 53)

Com base no gráfico acima, nota-se que o Brasil apresenta alta concentração de pessoal nas ocupações em postos inferiores, onde se acumulam trabalhadores com níveis mais baixos de escolarização. A observação deste aspecto é fundamental para se avaliar a dimensão do impacto dos processos de reestruturação produtiva que incidem, sobretudo, sobre um grupo significativo da força de trabalho industrial que apresenta baixa escolaridade. Nas palavras de Tomizaki (2006), sobre os metalúrgicos do ABC:

O quadro geral da composição da categoria metalúrgica, mais especificamente das montadoras de automóveis, na década de 1990, baseado na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), mostra que houve primeiramente, uma acentuada diminuição do número de ocupados nas montadoras do estado de São Paulo, que passaram de 88.558 em 1989 para 47.119 em 1999 (-46,8%). Ao mesmo tempo, houve uma diminuição do número de trabalhadores com baixa escolaridade: em 1989, 69,9% não possuíam o ensino fundamental completo; em 1999, esse número foi reduzido para 24,9%. (TOMIZAKI, 2006, p. 157)

Para Tomizaki, os processos de modernização das fábricas brasileiras são acompanhados geralmente da idéia de que as transformações no processo produtivo dependem de uma mão-de-obra com mais tempo de escolarização e mais bem qualificada tecnicamente. Este tema aparece no ensejo das discussões sobre a reforma do ensino médio e profissional dos anos 1990, vistas a seguir.

4.3 A Reforma do Ensino Médio e Profissional nos anos 1990

4.3.1 Projetos de formação profissional em disputa

Deluiz (1996), em trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da ANPED, afirma que é necessário contextualizar os processos de natureza social e política que fundamentam a dinâmica dos interesses em jogo, segundo a materialidade das relações sociais capitalistas no Brasil nas últimas décadas do século XX e o processo de construção dos atores sociais que se reconhecem como interlocutores legítimos, na disputa pela hegemonia de projetos educacionais, seja na concepção como no financiamento da formação profissional. Segundo a autora, o período final dos anos 1980 marca o processo de redemocratização nacional, com o aparecimento e multiplicação de movimentos sociais, que ampliam sua participação na esfera pública, especialmente no movimento pelas “*Diretas Já*” e pela Constituinte de 1988. Tendo em vista a *Assembléia Nacional Constituinte*, os empresários e industriais passam a elaborar propostas para a política econômica a partir de 1985, representados pela CNI.

Para Deluiz, do lado das organizações sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é criada em 1983, representando esforços por um sindicalismo mais orgânico e politizado. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), com uma concepção de “*sindicalismo de resultados*”, é criada em 1986. Em 1991, é criada a Força Sindical (FS).

O movimento sindical caminha no sentido da defesa de propostas gerais como ensino público e gratuito e pela democratização dos serviços públicos, inclusive a educação, embora sua atuação se mostrasse mais nítida em relação à incipiente transformação produtiva. Segundo Deluiz, os vários textos da CUT enfatizavam até 1988, uma relação linear entre automação e qualificação, embora estudos do DESEP (Departamento de Estudos Sócio-econômicos da CUT/SP) já apontassem para a existência de mudanças no conteúdo dos processos produtivos e na estrutura das qualificações. Durante toda a década de 1980, as questões relativas à vinculação da educação com o sistema de trabalho foram colocadas em segundo plano pelas centrais. Por outro lado, os empresários, através da CNI, articulavam fortemente propostas de novos conteúdos da educação, que estabeleceriam uma relação de complementaridade de ações conjuntas do sistema público e sistema empresarial, firmando-se inclusive um convênio CNI/CRUB, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Para Deluiz, o documento *“Competividade Industrial – Uma Estratégia para o Brasil”*, produzido pela CNI em 1988, diagnosticava a fragilidade do sistema educacional brasileiro e a reduzida relação entre universidades e empresas como obstáculos à modernização industrial no País. O documento defendia uma maior transferência de recursos para o Ensino Superior [mas não necessariamente o sistema superior público], incentivos da iniciativa privada ao sistema público e apoio à educação básica, com o fomento de programas de educação de adultos diretamente voltados para a força de trabalho industrial empregada; participação empresarial nos conselhos e centros de pesquisa, inclusive estaduais, e em órgãos federais de ciência e tecnologia.

Pesquisa iniciada pelo DIEESE em 1989 e divulgada em 1992, mostrou que os trabalhadores tinham consciência de suas dificuldades com relação à formação profissional e, que procuravam a qualificação pessoal e profissional. As escolas como SENAI e SENAC eram consideradas de boa qualidade, embora insuficientes em termos de quantidade de alunos que o sistema é capaz de absorver. O atendimento das expectativas dos trabalhadores estava condicionado à garantia do ensino médio de qualidade para todos e a participação dos mesmos na gestão de sua formação profissional.

Nos anos 1990, a discussão sobre formação profissional ganhou vulto no movimento sindical, fortalecida com o avanço da reestruturação produtiva. A necessidade apontava para uma força de trabalho mais qualificada, para atender aos maiores níveis de racionalização dos processos de produção. Em 1990, é organizado o *“Seminário Tecnologia e Organização do Trabalho: A Resposta dos Trabalhadores”*, promovido pela CUT, com apoio do DIEESE, FASE, IBASE e COPPE. Em 1992, a Força Sindical divulga o documento *“Recursos Humanos e Formação Profissional”* através do IBMDS (Instituto Brasileiro de Modernização e Desenvolvimento Sindical).

O *Fórum Capital/Trabalho* representou em 1992, uma primeira tentativa de articulação das posições entre trabalhadores e empresários em torno da formação profissional. Participaram do Fórum a USP, CGT, CUT, Força Sindical, a FIESP, a FCESP, a CNT, o PNBE, a SRB e a OCB. A *“Carta Educação”* no Fórum enfatizava que *“é impraticável a modernização da produção sem a universalização da instrução fundamental”*, e que *“empresas e sindicatos devem se dispor a uma ação concreta na recuperação educacional da força de trabalho (...) e que os fundos de caráter social destinados à educação tenham efetiva gestão tripartite”*.

Além disso, o documento defendia a tese que capital e trabalho poderiam atuar na educação complementar, via instrução técnica e introdução de mudanças comportamentais e de valores dos trabalhadores ao considerar a atividade como valorização humana.

De 1992 a 1994, a CUT divulgou inúmeros textos discutindo as bases para uma política de formação profissional discutidas no 5º CONCUT, em junho de 1994. Neste encontro, a formação profissional passou a ser considerada como parte de um projeto educativo global de emancipação, recusando-se a concepção de formação profissional “*como simples adestramento (...) para promoção da competitividade dos sistemas produtivos*” (res. 14).

No início dos anos 1990, o Ministério da Educação reorganizou sua estrutura interna, enfatizando a educação tecnológica com a criação, primeiro, da *Secretaria Nacional de Educação Tecnológica* (SENETE), em janeiro de 1990, e, posteriormente, da atual *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica* (SETEC), em 1992. Em 1994, sob a ótica organizacional, a Lei Federal nº 8.948/94 instituiu o *Sistema Nacional de Educação Tecnológica*, integrando as instituições de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação, e os sistemas congêneres nos estados, municípios e Distrito Federal. Esta mesma lei instituiu, também, o *Conselho Nacional de Educação Tecnológica*, órgão consultivo, no âmbito do Ministério da Educação⁴.

Segundo Manfredi (2002) uma *reforma do ensino médio e profissional* começa a ser pensada a partir de dois projetos gestados no âmbito do Estado: um deles na perspectiva do MTb/Sefor e outro na esfera do MEC/Sentec.

O Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, apresenta um diagnóstico crítico das condições da educação no documento *Questões Críticas da Educação Brasileira* (1995). Segundo o documento, seria necessária a construção de um plano de educação profissional voltado para trabalhadores formais e desempregados com baixa escolaridade. Este grupo, segundo Manfredi, representa quase dois terços da força de trabalho com idade entre 25 a 40 anos (MANFREDI, 2002, p. 115).

⁴ Estes dispositivos foram revogados pela Lei Federal nº 9.649/98, em seu art. 66.

O plano proposto pela Sefor, considera o atendimento dos trabalhadores “deslocados” pelas mudanças tecnológicas e por processos de reestruturação produtiva, com ações voltadas para a *qualificação ou requalificação de trabalhadores jovens e adultos e à sua formação continuada*. Segundo Manfredi, o projeto do Sefor entende que a formação profissional deveria enfatizar o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, e desenvolvimento plural do indivíduo e a valorização de suas experiências de trabalho.

Como política pública, a *Educação Profissional é vista como parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado a outras políticas de emprego, de trabalho e de renda*, a exemplo do Proger (Programa de Geração de Trabalho e Renda, do seguro-desemprego, e do Planfor (Plano Nacional de Educação Profissional) (MANFREDI, 2002, p. 116), e deveria ser baseada na descentralização das atividades, financiamento com recursos públicos e privados e externos, e na articulação de um conjunto variado de entidades – desde sindicatos e ONGs, rede pública e o Sistema S.

O Ministério da Educação, por meio da *Secretaria Nacional de Ensino Técnico* (SENET), defende a criação do *Sistema Nacional de Educação Tecnológica*, uma proposta existente desde 1991. Na prática, a proposta do MEC revelaria a retomada da tese de capital humano, ao justificar investimentos na formação e desenvolvimento de recursos humanos de alto nível para se garantir o desenvolvimento brasileiro.

Nesta linha de raciocínio, as políticas do (...) governo [FHC], com vistas a implementar uma nova ordem das estruturas de produção de bens e serviços, repousaria numa forte base de sustentação a ser construída por uma sólida educação geral tecnológica, voltada para a preparação de profissionais capazes de absorver, desenvolver e gerar tecnologia. (KUENZER, 1997, apud, MANFREDI, 2002, p. 117)

O *Sistema Nacional de Educação Tecnológica* deveria englobar as escolas técnicas do setor federal, estadual e municipal e as instituições da rede SENAI e SENAC, ofertando desde a *qualificação ocupacional* para o pessoal sem escolaridade e para aqueles, com o nível fundamental, em busca de formação específica para o exercício de uma ocupação. Além disso, poderiam ser ofertados cursos de educação prática integrada ao currículo do ensino fundamental, e outras modalidades previstas pelo plano seriam a formação técnica de nível médio e superior e a formação profissional superior.

Para Manfredi, o projeto do MEC serviu de orientação para a elaboração dos projetos de reforma do ensino médio e técnico, consubstanciada no Projeto de Lei 1.603/96 e, depois, no Decreto 2.208/97.

Os projetos oriundos da sociedade civil, especialmente no âmbito *do Fórum de Defesa da Escola Pública*, propunham a criação da escola básica unitária, em um sistema nacional integrado, promovendo a unificação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura:

A nova escola, por meio de uma concepção articulada e integrada de Sistema Nacional de Educação, tal como prevê a LDB, será inicialmente de cultura geral única para todos, de modo que generalize uma sólida base comum de conhecimentos básicos, nos níveis elementar e médio, só após o que se passará à formação profissional especializada. O conteúdo a ser ensinado não terá finalidades práticas imediatas, devendo ser basicamente formativo, ainda que tome como ponto de partida o movimento concreto da realidade social. (KUENZER, 1997, apud, MANFREDI, 2002, p. 120).

Para Manfredi, a proposta do Fórum concebia que a formação profissional ocorreria após a conclusão da escola básica, tendo como pressuposto a universalização do ensino fundamental público e gratuito, também necessária no ensino médio.

As centrais sindicais (CUT, FS, e CGT) além de defender a ampliação da escolaridade básica e da formação profissional e sua articulação com as políticas de emprego, ampliação da cidadania e contra a exclusão social, também reivindicam participar da gestão e execução de políticas de emprego, de formação profissional e de educação em geral.

A CUT defende a criação de centros públicos de formação profissional e a participação dos trabalhadores na gestão do Sistema S.

Empresários e industriais, através da CNI e da Fiesp, vêm se posicionado em favor do aumento da escolaridade e da necessidade de expansão da oferta de programas de capacitação profissional da força de trabalho, e atuação mais ativa na manutenção de escolas da rede pública.

A expressão dos interesses dos empresários sobre a educação aparecem, segundo a autora, especialmente em dois documentos, ambos de 1996: *Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional*, e *Competitividade: propostas dos empresários para a melhoria da qualidade da educação*.

Segundo Manfredi (2002, p. 128), a leitura das propostas e recomendações feitas pelos empresários da indústria mostra que esse grupo social se posiciona em favor do aumento da escolaridade básica, da melhoria qualitativa da escolaridade pública de nível fundamental e da reforma e ampliação do atual sistema de ensino profissional. O projeto dos industriais se aproxima, na avaliação de Manfredi, da concepção de educação tecnológica do MEC.

4.3.2 A reforma do ensino médio e técnico durante FHC (1994 – 2002)

No Brasil, conforme os dispositivos da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 9.394/96, a educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O termo educação profissional aparece na LDB como: “*A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*” (Art. 39 – 43, Cap. III Da Educação Profissional).

Na atual legislação⁵, a educação profissional, propriamente dita, possui natureza não obrigatória, estabelecendo uma clara distinção com a *profissionalização compulsória* enunciada na Lei 5.692/71. A educação profissional possui um caráter complementar ao ensino básico, embora isto não seja considerado como problema maior, na concepção de alguns especialistas e de legisladores:

A possibilidade de o aluno cursar, por exemplo, primeiro o ensino médio e depois o curso técnico, coaduna-se com a tendência internacional de formar técnicos com sólida base de formação geral. A opção do aluno, entretanto, pode estar associada a uma necessidade mais premente de inserção no mercado de trabalho e, para tanto, permanece a possibilidade de se cursar o ensino médio e o técnico de forma concomitante. (BRASIL, 1997)

Para Manfredi (2002), a reforma dos ensinos médios e profissional do governo FHC (Decreto 2.208/97) tal como outras reformas que têm conformado as políticas educacionais, apresenta-se com um objetivo prioritário de melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada.

⁵ A educação profissional, em nível nacional, com base nos princípios constitucionais, regula-se pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 39 a 42 do Capítulo III do Título V; pelo Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997, e Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997.

A reforma propõe a modernização do ensino médio e do ensino profissional no país, afim de acompanhar os avanços tecnológicos e atender às demandas do mercado de trabalho, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade. A educação profissional, de caráter complementar, conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinar-se-á aos egressos do ensino básico (MANFREDI, 2002, p. 129).

Manfredi comenta que o Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a LDB, em seus artigos 39 a 42 (Capítulo III do Título V), afirma como objetivos da Educação Profissional:

- a) formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia;
- b) especializar e aperfeiçoar (o trabalhador) em seus conhecimentos tecnológicos;
- c) qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Segundo o decreto acima, a educação profissional abrangerá três níveis: básico, médio e tecnológico. Na formação básica, aberta à maioria dos trabalhadores, independente de sua escolaridade, *haverá cursos que não estão sujeitos à regulamentação curricular* e que podem ser ministrados em espaços sociais variados, como empresas, escolas e sindicatos, etc, e com certificação de qualificação profissional aos concluintes. A formação técnica, será destinada aos egressos do ensino médio, sendo oferecido concomitante ou sequencial a ele. A formação tecnológica corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos de cursos médios e técnicos.

Além dos níveis, o decreto define que as disciplinas do currículo de ensino técnico *serão ministradas por professores, instrutores e monitores detentores de experiência profissional em determinada área/ou atividade profissional⁶*, e que *somente os níveis técnicos e tecnológico terão suas organizações curriculares normatizadas pelos órgãos educacionais competentes de nível federal e estadual*, cujas diretrizes devem ser baseadas nos insumos recebidos do setor produtivo, em consequência de estudos de demanda, cabendo aos sistemas o estabelecimento de currículos básicos e da parte diversificada.

⁶ Acerca dos professores e instrutores de Educação Profissional, recomenda-se a leitura de SOUZA, Aparecida Neri de. Trajetórias de professores da Educação Profissional. In Pro-Posições, v.16, n.3 (48) – set./dez. 2005, pp. 195 – 211.

Deve-se destacar que um dos aspectos fundamentais na base da implementação do conjunto de dispositivos legais relativos à reforma, segundo Manfredi, está no financiamento assegurado entre MEC/MTE/BID e pelo Banco Mundial, para promoção dos programas especiais Planfor e Proep (MANFREDI, 2002, p. 133).

Para Manfredi a reforma da Educação Profissional, regulamentada pelo Decreto 2.208/97, legitima um entre os vários projetos de educação que vinham sendo discutidos na sociedade brasileira desde os debates sobre a LDB. De fato, pode-se dizer que a reforma do ensino colocada em prática no final dos anos 1990, está no bojo de outras reformas do Estado colocadas como necessárias pela nova conformação social, econômica e política que vem modificando os padrões de produção e organização do trabalho (SOUZA, 2002, p. 79).

[A partir da ótica da racionalidade econômica], (...) a política educacional centra-se no objetivo de resolver ou mitigar as disfuncionalidades do sistema educacional, em particular, e formar recursos humanos necessários ao projeto de modernização, indispensável para incluir o Brasil no rol das economias desenvolvidas, consoante o novo modelo de desenvolvimento capitalista. (SOUZA, 2005, p. 79)

Manfredi (2002, p. 134) retoma as críticas de Kuenzer e Ferretti (1999) sobre a reforma, em dois sentidos:

- 1) repõe a dualidade estrutural, não reconhecendo a educação básica como fundamental para a formação científico-tecnológica sólida dos trabalhadores, demandada pela nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, contrariando uma tendência que é mundialmente aceita e defendida por empresários, trabalhadores e governos;
- 2) supõe ruptura entre o acadêmico, desvalorizado por não ser prático, e o tecnológico, não reconhecendo o caráter transdisciplinar da ciência contemporânea, reforçando a idéia de duas redes, para acadêmicos e para trabalhadores, ao melhor estilo taylorista, que separa dirigentes de especialistas, concepção que hoje é questionada pela organização capitalista da produção.

Segundo Manfredi, a dualidade de redes e currículos enseja a possibilidade de construção de parcerias com a iniciativa privada, para a manutenção e a ampliação da rede de educação profissionalizante. Segundo a autora, essa estratégia de divisão das redes tende a comprometer a democratização do acesso ao ensino médio para vastos setores das classes populares, elitizando-o e abrindo possibilidades para que a atual rede de escolas públicas técnicas possa funcionar com o aporte de recursos advindos da iniciativa privada (MANFREDI, 2002, p. 135).

Conforme Manfredi, as premissas subjacentes da reforma do ensino médio e do ensino profissional do governo FHC estão em perfeita sintonia com as teses de reforma do Estado, acompanhando pensamento recente de Marilena Chauí:

A reforma do Estado brasileiro pretende modernizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadores de serviços. O Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas entendidas como “organizações sociais” prestadoras de serviços que celebram “contratos de gestão” com o Estado. (...) A reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica – mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados. (CHAUÍ, 1999, apud MANFREDI, 2002, p. 136)

Entretanto o documento “*Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*”, de abril de 2004, elaborado pela *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica* (SETEC), vinculada ao Ministério da Educação, informa como a educação profissional tem sido pensada na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva:

A educação profissional e tecnológica, em termos universais, e no Brasil em particular, reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica. Suas dimensões, quer em termos conceituais, quer em suas práticas, são amplas e complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a **empregabilidade**, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais. No entanto, a questão fundamental da educação profissional e tecnológica envolve necessariamente o estreito vínculo com o contexto maior da educação, circunscrita aos caminhos históricos percorridos por nossa sociedade. (BRASIL, 2004, p. 7, grifo meu)

O Decreto no. 5.840, de 13 de julho de 2006, institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo a formação profissional e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio.

4.4 A atual rede de Educação Profissional brasileira

Segundo Manfredi (2002), a educação profissional e tecnológica no Brasil (Quadro 4.1), com base no *Censo de Educação Profissional* (MEC, 1999), compreende um total de quase 3.948 instituições, sendo 67,3% mantidas pelo setor privado e 32,7%, pelo setor público (Manfredi, 2002, pp. 146 – 147).

Quadro 4.1 – Brasil: educação profissional (adaptado de POCHMANN, 2001, p.137)

Organização	Duração	Financiamento	Características
Universidades e escolas técnicas (Governos federal, estaduais e municipais)	Longa	Orçamento público	Aprendizagem formativa, tendo o Estado como guia
Formação setorial: Senai, Senac, Senar e Senat	Média	Parafiscal (encargo social inserido no custo do trabalho assalariado)	Aprendizagem formativa com centralidade na escola
Formação diversa	Curta	Recursos do faturamento das empresas (PIS/PASEP, como base do FAT) e grande empresas	Aprendizagem formativa co objetivo complementar

As instituições privadas predominam sobre as instituições públicas nos três níveis de formação: básica (57,6%), técnica (64,4%) e tecnológica (76,7%). Quanto ao Sistema S, sua maior presença é no nível básico (19,1%).

Tabela 4.4 – Educação profissional no SENAI⁷ (Adaptado de Manfredi, 2002, p. 199)

NÍVEIS DE ATENDIMENTO		
BÁSICO Aprendizagem, Aperfeiçoamento, Especialização, Treinamento Industrial em empresas, Educação Continuada	TÉCNICO Construção Civil, Gestão de Processos, Industriais, Mecânica Metalurgia Automobilística, Gráfica, Vestuário, Mecatrônica, Informática, Química, Telecomunicações e Transportes sobre trilhos	TECNOLÓGICO Graduação em: Tecnologia Gráfica, Mecatrônica, Tecnologia Ambiental Vestuário
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Cursos de: Desenho Técnico, Matemática Básica e Financeira, Mecânica de Refrigeração, Tecnologia Mecânica, Tecnologia de Material Impresso e outros; formação de formadores para habilidades básicas. Telecurso: ensino fundamental e médio (Convênio Fiesp/Fundação Roberto Marinho) com curso profissional de mecânica.		
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL		
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: MODALIDADE PRESENCIAL		

⁷ Para o ano de 2000, as matrículas no SENAI totalizaram 2.910.216, em 934 unidades escolares, com um total de 14.300 funcionários e de 8.500 professores (MANFREDI, 2002, p. 202).

No nível técnico, setor que historicamente foi alvo de um investimento maior por parte do Estado, as instituições públicas (federais, estaduais e municipais) ainda são numericamente mais significativas (43,4%), abrangendo 56,6% do total de matrículas. Entre as instituições públicas, *as redes estaduais* são numericamente mais expressivas no nível técnico (71,7% das escolas públicas), oferecendo 62,7% dos cursos e 65% das matrículas. Já as instituições públicas federais são mais significativas no nível tecnológico (50% do total), com 51,4% dos cursos e 27,4% das matrículas, e no nível técnico, com 25,7% dos 28 cursos e 25% das matrículas.

Tabela 4.5 – Cursos, matrículas e concluintes, por dependência administrativa, nos três níveis de Educação Profissional

Nível	Dependência Administrativa	Cursos		Matrícula		Concluintes (1o. Semestre)	
		Total	%	Total	%	Total	%
Básico	Federal	1.541	5,6	72.966	3,6	59.757	3,8
	Estadual	889	3,2	120.999	5,9	62.578	4
	Municipal	930	3,4	79.790	3,9	56.495	3,6
	Privado	24.189	87,8	1.771.479	86,6	1.389.058	88,6
	Total	27.555	100,0	2.045.234	100,0	1.567.88	100,0
Técnico	Federal	594	11,8	101.001	14,1	8.821	9,65
	Estadual	1.448	28,9	265.772	37,1	37.339	40,87
	Municipal	268	5,3	37.150	5,2	5.103	5,5
	Privado	2.708	63,9	312.720	43,6	40.095	43,88
	Total	5.018	100,0	716.652	100,0	91.358	100,0
Tecnológico	Federal	74	17,1	10.410	10,7	656	4,64
	Estadual	63	14,5	26.580	27,3	3.680	26,04
	Municipal	7	1,6	988	1	135	0,95
	Privado	289	66,7	59.271	60,9	9.542	67,5
	Total	433	100,0	97.249	100,0	14.131	100,0

Fonte: Censo da Educação Profissional MEC/Inep/Sec – 1999 (MANFREDI, 2002, p. 149)

4.5 O Planfor no Governo FHC e a Educação Profissional de Nível Básico⁸

Para Manfredi (2002, p. 151), nos anos 1990, em virtude dos processos de reestruturação produtiva e organizacional, gestaram-se novas necessidades educacionais, tanto no mundo do trabalho como no campo dos direitos sociais e civis. Daí a necessidade de repensar e propor mudanças no âmbito do sistema educacional e na premência de investir em estratégias de requalificação/qualificação e de formação contínua, em outros espaços fora da escola.

⁸ Manfredi considera também outros níveis de Educação Profissional (Nível Técnico e Tecnológico), mas procuramos nos deter no nível básico por contemplar o contingente da força de trabalho industrial objeto deste trabalho.

Durante o ano de 1994, o Plano Nacional de Formação – Planfor, foi sendo desenvolvido no Ministério de Trabalho, mas estruturado e implantado em 1995, como proposta de dinamização dos programas de qualificação financiados pelo FAT.

(...) Trata-se de um plano estratégico de implementação de uma política nacional de Educação Profissional, com o objetivo de mobilizar e articular, gradualmente, toda a capacidade e competência disponível de Educação Profissional existente no País, na área estatal e paraestatal, a fim de atingir, até 1999, pelo menos 20% da população economicamente ativa. Os recursos do Planfor são provenientes do FAT, que é administrado pelo CODEFAT, órgão tripartite e paritário. O Planfor é implementado, de forma descentralizada, mediante os Planos Estaduais de Qualificação, elaborados e coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho Estaduais, com a aprovação das Comissões Estaduais de Emprego, que têm representação do governo, dos empresários e dos trabalhadores. As instituições executoras vão desde escolas públicas e privadas da rede de ensino profissional até sindicatos e ONGs, contanto que elaborem e desenvolvam uma proposta pedagógica aprovada e referenciada pelos órgãos competentes existentes nas Secretarias Estaduais. (FAUSTO, 2000, apud, MANFREDI, 2002, p. 152)

Os objetivos gerais do Planfor:

- qualificar ou requalificar trabalhadores(as), desenvolvendo habilidades básicas, específicas e de gestão, que propiciem sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade e da produtividade na produção de bens e serviços, elevação da renda pessoal e familiar e melhoria geral na qualidade de vida das comunidades a que pertencem;
- elevar o nível de escolaridade da PEA, buscando gradativamente, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do contingente escolarizado, pelo menos no nível básico;
- estimular e apoiar a ampliação da oferta de empregos e de oportunidades de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenas empresas. (FAUSTO & ACKERMANN, 2000, apud MANFREDI, 2002, p. 152)

Segundo Manfredi (2002, p. 153), para implementação do Planfor, foram estruturados dois mecanismos, geridos pelo MTE, por meio do Sefor, sob a homologação do Codefat: a) os *PEQs – Planos Estaduais de Qualificação*, constituídos por projetos de Educação Profissional local, com recursos do FAT, mediante convênios entre Estado e a União; b) *Parcerias Nacionais e Regionais*: do MT com ONGs, sindicatos de trabalhadores, fundações, universidades, escolas técnicas, etc., para projetos e ações de Educação Profissional, em escala nacional, mediante convênios de cooperação técnica.

No período de 1995 e 2001, segundo Manfredi, baseando-se em relatórios do Planfor, foram atendidos 15,4 milhões de trabalhadores, e investidos recursos da ordem de 2,3 bilhões do FAT, distribuídos pelas diferentes entidades executoras (CUT, FS, CGT, SDS, etc.), as quais passaram de 500, em 1995, para 2.146, em 2000.

Segundo Manfredi (2002, p. 172), o FAT, previsto na Constituição de 1988 (artigo 239), foi regulamentado pela Lei 7.998 de 1990, que vincula o FAT ao Ministério do Trabalho (MTb), e seus recursos são provenientes de contribuições sociais do setor público e privado e incidentes sobre o faturamento das empresas (PIS e PASEP). Os recursos do FAT serviriam para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego e de relocação e requalificação para o mercado de trabalho, pagamento de abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento. Desde sua criação até o final de 1996, o FAT arrecadou 27 bilhões de reais, geridos pelo Codefat.

Recursos do FAT, além de serem destinados a programas como o Planfor, também financiam projetos do MEC como o Proep – Programa de Expansão da Educação Profissional. O Proep foi estruturado pelo MEC e previsto para o período de 1997-2003, sob a gestão da então Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), visando à implantação da reforma do ensino médio e profissionalizante, considerando sempre as demandas do setor produtivo, construindo e fortalecendo parcerias entre sociedade e Estado.

Os recursos do Proep são compostos de dotações orçamentárias do governo federal (25% do MEC e 25% do FAT) e 50% de empréstimos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinados para o atendimento da melhoria da Educação Profissional de nível básico e técnico.

Durante o governo FHC, a gestão do Planfor era composta por membros do Codefat e pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, compondo-se paritariamente pelo Governo (MTb, PAS e BNDES), empresas (CNF, CNI e CNC) e trabalhadores (CUT, FS, CGT).

4.6 A Reforma no SENAI

Para Moraes (2000, p. 82), as empresas contribuintes do Senai totalizam, em todo o Brasil, 359.446 estabelecimentos. Só no Estado de São Paulo, estão localizadas 91.953 empresas contribuintes que empregam 2.591.880 trabalhadores, aproximadamente 50% do total da força de trabalho do setor industrial do país.

Segundo Moraes, o pensamento empresarial, recorrente, sobre a educação nacional afirma a impossibilidade de o governo ser capaz de resolver “todos os problemas da nação”, até mesmo “problemas tão agudos como o da educação básica”.

Na área da educação e da formação profissional, “que se tornaram imbricadas”, caberia ao setor empresarial, em particular, um papel fundamental: “não se trata apenas de gerenciar recursos do governo, trata-se de participar coletivamente na definição de políticas, no custeio e também na gestão desses sistemas” (Oliveira, 1995, apud Moraes, 2000, p. 84).

Evidencia-se claramente uma reconceituação da formação profissional e a redefinição das atribuições da educação escolar no seu conjunto. E, nesse processo de ajustamento do ensino a necessidades do mercado do trabalho, propõe-se a aproximação entre a empresa e a escola pelo envolvimento ampliado do empresariado tanto na definição dos rumos e do financiamento da formação profissional, no acompanhamento das escolas do Senai, como nas demais questões sobre educação básica – fundamental e média. (MORAES, 2000, p. 84)

Para Moraes, as propostas dos organismos internacionais que orientam as reformas educacionais dos países latino-americanos incidem sobre o conjunto do sistema educacional, integrando e definindo as atribuições das instituições de diferentes tipos, níveis e modalidades de ensino, das redes públicas e privadas. O significado das mudanças nas políticas públicas de formação profissional podem ser percebidas nas mudanças desenvolvidas no Senai.

Segundo Moraes (p. 85), as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação e Cultura para a “reconversão das escolas técnicas”, as quais seriam regulamentadas pelo Decreto no 2.208/97 que introduziu na rede pública as principais inovações já adotadas pelo Senai no seu sistema de aprendizagem, foram bem aceitas pelos organismos internacionais.

A desvalorização do *público* passa pela sua redefinição conceitual, pela sua distinção do que é *estatal*. No entanto, na “nova” acepção, originária das teorias liberais conservadoras que elegem o mercado como instância estrita de regulação da vida social, *público* reduz-se basicamente aos interesses privados. Tal posição, na verdade, opõe-se àquela outra, defendida por setores sociais comprometidos com a democratização da sociedade, que, no processo de novo significado do público, critica justamente a privatização da esfera pública e reivindica a sua divulgação, isto é, a existência de transparência nas políticas públicas, a participação dos coletivos sociais na sua definição, a gestão pública dos fundos públicos, de modo a empreender uma forma de regulação democrática, negociada, pela qual os interesses econômicos e os direitos sociais são arbitrados em seu próprio princípio público (Paoli, 1999, apud MORAES, 2000, p. 85).

Segundo Moraes, a adoção de pressupostos dos organismos multilaterais na ordenação das políticas educacionais do país é, pois, bastante clara. As preocupações com *a identidade do ensino médio e a otimização da relação custo-benefício* direcionaram o processo de reorientação desse nível do ensino básico que culminou na proposta de sua flexibilização.

A reestruturação do Modelo de Formação do Senai – prioridade estratégica apontada por todos os departamentos regionais em função das “transformações sócio-econômicas e educacionais do país” – torna-se diretriz do Departamento Nacional e integra projetos de âmbito nacional e regional. Tendo em vista a multiplicidade de demandas, considerou-se fundamental, para dinamizar e dar flexibilidade ao atendimento da instituição, “a realização periódica de estudos e pesquisas para identificar e interpretar as demandas por educação profissional, assistência técnica e tecnológica e para análise de tendências de mercado, conferindo, dessa forma, maior rigor e precisão na identificação da demanda”.

No âmbito dos aspectos metodológicos, em sintonia com as recomendações dos consultores do Bird e BID, as indicações foram no sentido de “adaptar a educação profissional às demandas do mercado”, para: “reestruturar o conteúdo programático; reformular a metodologia; requalificar docentes e técnicos; atualizar material didático e equipamentos”. Considerou-se fundamental “deixar de agir com visão de tarefa e atuar/agir com visão de processo”, desenvolvendo currículos modularizados que tornem viáveis “entradas e saídas entre escola/mercado, itinerários individualizados e atendimento a toda uma família ocupacional”.

A partir dos resultados da pesquisa/diagnóstico sobre o mercado de trabalho em São Paulo, o Senai-SP elaborou projeto de organização do *Sistema de Formação Profissional* que pretende, basicamente, articular as ações de formação já realizadas numa nova dinâmica e numa nova estrutura curricular, especialmente com de novos perfis profissionais, e a revisão dos cursos e currículos na área metalmeccânica, de eletroeletrônica e de metalurgia. Em consonância com o processo de reformulação conceitual, conforme a Sefor, redefiniu-se o conceito tradicional de formação profissional, revisou-se noções como ocupação, qualificação e competência, ao mesmo tempo que se introduziu o uso de novas expressões para designar as novas relações de trabalho em curso, tais como *empregabilidade e trabalhabilidade*.

O Senai entende que um modelo de formação profissional adequado a uma realidade em constante mutação é aquele que responde às exclusividades regionais e à necessidade de os indivíduos poderem construir sua formação no decorrer do tempo, “*agregando novos conteúdos que ampliem suas competências e que facilitem sua inserção e permanência no mercado de trabalho*” (Senai, 1997b:3).

Na análise da estrutura ocupacional do mercado de trabalho em que o Senai atua, utilizaram-se os dados reorganizados de maneira a constituir *famílias ocupacionais*, “conceito mais abrangente que o de *posto de trabalho*”. O profissional procurado hoje “tem de ter competências diversas para atuar em diversos postos de trabalho e é condição que ele conheça, se possível, todo o processo produtivo...”.

Moraes procura ressaltar três aspectos presentes na visão estratégica com a reforma do SENAI: a oferta do Senai é dirigida a trabalhadores empregados. É opção política da instituição não atender o desempregado. No caso dos cursos de reconversão ou requalificação profissional, as pesquisas realizadas pela instituição indicam que eles representaram, no período 1995/96, apenas 8% das matrículas do Senai, cuja principal via de reconversão foi o reemprego no setor formal, e o maior demandante é o governo que financia os cursos a serem implementados, em geral de curta duração e sem um perfil específico próprio; O Senai dirige-se ao mercado formal de trabalho e atende fundamentalmente as grandes empresas. Isso significa que grande parcela da população empregada nas pequenas e médias empresas, e os trabalhadores autônomos estão excluídos dos cursos oferecidos pela instituição. De acordo com sua nova estratégia de funcionamento, o Senai dispõe-se a ampliar seu atendimento às pequenas e médias empresas, por meio da realização de cursos e consultorias técnicas. No entanto, para a auto-sustentação, esses serviços deverão ser pagos, assim como os cursos destinados a trabalhadores não-indicados por empresas, o que constitui outra forma de seletividade econômica; A clientela do Senai é esmagadoramente do sexo masculino. Segundo pesquisa do Dieese, das 29.820.663 mulheres que estavam no mercado de trabalho no Brasil, em 1997, 8 milhões trabalhavam na prestação de serviços, 6 milhões, na agricultura, 4,5 milhões, nas atividades sociais, 3,5 milhões, no comércio e apenas 2,5 milhões trabalhavam na indústria (Dieese, 1997). A participação feminina é numericamente insignificante no setor metalmeccânico, em que o domínio da tecnologia e das máquinas é considerado habilidade masculina. Portanto, a pequena presença de mulheres nos cursos do Senai manifestam a situação das indústrias.

4.7 Comentários sobre os dados do Censo da Educação Profissional MEC/1999

Considerando a formação no nível básico, a oferta de cursos na rede privada é mais significativa, com cerca de 87,8% do total de cursos. Do total de 24.189 cursos na rede privada, cerca de 41,7% pertencem ao Sistema S. A oferta de cursos de formação básica no Estado de São Paulo representa cerca de 54,3% do total nacional, com predominância da rede privada neste estado com 94,4% dos cursos (35,6% pelo Sistema S). Pelo Censo de 1999, há cerca de 2.045.234 matrículas para cursos no nível básico, com São Paulo respondendo por quase metade do total, com 908.170 matrículas.

Quanto ao sexo, as matrículas de homens representam cerca de 58% do total, embora o percentual de homens, matriculados no Sistema S, alcance cerca de 64% do total nacional e cerca de 72% para o Estado de São Paulo.

Em termos de faixa etária, os dados revelam dois grupos principais: o primeiro refere-se ao pessoal com idade abaixo de 20 anos com 644.089 e, o grupo com faixa etária entre 25 a 39 anos. Um terceiro grupo que se destaca dos dados refere-se ao pessoal com idade igual ou superior a 40 anos, representando cerca de 12% do total.

A participação do Estado de São Paulo dos cursos voltados para os variados ramos industriais é inequívoca com cerca de 62% dos cursos oferecidos nacionalmente neste segmento econômico. Os cursos voltados para a área industrial, no total de 9.985, representa pouco mais de 36% do total de cursos nacionalmente. Pelos dados, observa-se claramente que os cursos industriais estão praticamente no âmbito do Sistema S, que detém cerca de 87% da oferta de cursos desta natureza.

Os cursos industriais com maior número de matrículas, em ordem decrescente, são os relativos às áreas de Mecânica e Metalurgia (34,9%), Elétrico e Eletrônica (15,4%) e Têxtil e Vestuário (10,9%).

Com exceção dos cursos voltados para os setores de Alimentos e Bebidas, Têxtil e Vestuário, Couro e Calçados, e Produtos Químicos e Petroquímica, as matrículas revelam uma presença muito superior de homens que mulheres nos cursos industriais. Cerca de 77,5% das matrículas nos cursos industriais no Brasil são de homens.

As mulheres se encontram mais significativamente representadas nos cursos voltados para os ramos de Têxtil e Vestuário, com cerca de 82,7% das matrículas neste segmento. As mulheres superam levemente os homens nas matrículas dos cursos voltados para a área de Alimentos e Bebidas.

Capítulo 5: O Debate Recente sobre Educação e Trabalho no Brasil

5.1 Os debates recentes sobre Educação e Trabalho no Brasil

Considerando o caso brasileiro, Manfredi (1998) menciona a existência de três momentos distintos de produção teórica na área da educação e trabalho: o *modelo interpretativo*, predominante nos anos de 1950 e 1960, e que enfatizava a relação entre educação e trabalho com enfoque desenvolvimentista, acompanhando a promoção da industrialização e da modernização; em seguida, ao final dos anos de 1960, é a *Teoria do Capital Humano* que passa à condição de reflexão dominante, colocando a escolarização e a qualificação profissional como uma das principais fontes de investimento para o crescimento econômico e social; e, finalmente, em meados de 1970, quando surgem os *estudos críticos* aos modelos anteriores. Para Manfredi (1998, pp. 216 – 217), os estudos críticos podem ser agrupados em:

- a) estudos que privilegiam a relação entre educação e trabalho tendo como substrato teórico a reprodução das relações sociais de trabalho, no modo social de produção capitalista (plano macro);
- b) estudos que focalizam o processo pedagógico inscrito nas relações de trabalho no cotidiano das empresas (plano micro);
- c) análises que enfatizam o papel da educação (escolar ou não) como aparelhos e agências de reprodução da ideologia dominante e/ou como espaço de resistência e de contraposição à dominação político-ideológica;
- d) as pesquisas que se debruçam sobre a relação entre os processos de introdução de novas tecnologia e novas formas de gestão do trabalho nos diferentes setores da economia e suas implicações para a educação.

Para Shiroma e Campos (1997), novos conceitos de produção que se apresentaram como alternativas ao modelo taylorista/fordista foram disseminando a idéia de que a reintegração de atividades e o emprego de uma mão-de-obra mais qualificada eram necessários ao desenvolvimento de um trabalho mais rico e variado. A difusão dessas concepções, no início dos anos 90, reforçou as iniciativas de promoção de programas de educação para a competitividade, passando a educação a ocupar uma certa centralidade nos novos modelos de produção.

As primeiras pesquisas sobre educação e trabalho no Brasil datam dos anos 60, quando os postulados da teoria do capital humano eram difundidos, procurando explicar a correlação entre crescimento econômico e os níveis educacionais de uma determinada sociedade.

É evidente que, ao se definir institucionalmente, a educação profissional revela sua tendência histórica de caráter mais pragmático e instrumental (SEGNINI, 2000), ao relacionar a preparação dos sujeitos com as necessidades do mercado de trabalho. Entretanto, a natureza das transformações empresariais ocorridas nos anos de 1990 e seguintes vêm influenciando decisivamente a própria natureza e a forma de gestão dos cursos de formação profissional (POCHMANN, 2001).

Nessas circunstâncias, as implicações da educação profissional decorrentes da transição da economia tradicional para uma nova economia tenderiam a apontar para uma educação continuada, voltada para a transferência tecnológica e para a multidisciplinariedade dos programas de qualificação. Dessa forma, o compromisso da educação profissional estaria se adequando às exigências de preparar o trabalhador ao longo de sua vida ativa para competir por um posto de trabalho (empregabilidade), mais do que especificamente para qualificá-lo para uma função específica e estável de longa duração, pelo menos durante a fase de instabilidade tecnológica. (POCHMANN, 2001, p. 130)

Segundo Pochmann (2004), os avanços no nível médio de escolaridade e queda dos índices de analfabetismo, verificados nos anos 1990, ocorrem paralelamente com o processo de precarização do trabalho e aumento dos níveis de desemprego e deterioração dos níveis de renda, especialmente entre as faixas etárias mais jovens, ainda que os requisitos educacionais do emprego tenham sido ampliados.

Contrariando-se a teoria do capital humano, a elevação dos níveis de escolaridade – num quadro de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho – acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração de trabalho. (POCHMAN, 2004, p.387).

Ainda segundo Pochmann, quando se considera o curso atual da transição da *sociedade industrial* para a chamada *sociedade do conhecimento*, tende-se a observar uma importante mudança na relação entre educação e formação e o mundo do trabalho. Em função disso, o tempo de preparação para o ingresso no mercado de trabalho pode ser bem maior, com a educação e a formação estabelecendo uma relação de continuidade ao longo da vida útil das classes trabalhadoras. Para o autor, a nova economia exige uma educação geral ampliada e formação continuada ao longo do ciclo de vida ativa das classes trabalhadoras condizente com o estágio de desenvolvimento econômico e o avanço da expectativa média de vida da população (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Transformações econômicas e implicações na formação profissional.

Economia tradicional	Nova economia	Implicações para a formação
Estabilização do padrão tecnológico	Instabilidade no padrão tecnológico	Importância da transferência de tecnologia
Campo tecnológico diversificado	Campo tecnológico interconexo	Programas interdisciplinares
Competição internacional regulada	Competição internacional desregulada	Consciência das novas condições de competição
Focalização no mercado interno	Focalização no mercado global	Consciência das novas cultura e linguagem
Produto padronizado para o mercado de massa	Produtos diversificados para consumos segmentados	Necessidade de suporte tecnológico e organizativo para os negócios
Recurso humano como fator de produção	Recurso humano como fator de competição	Sistema educativo revalorizado
Pequena variação nas habilidades dos trabalhadores	Maiores variações nas habilidades dos trabalhadores	Educação continuada
Expansão da ocupação direta na grande empresa	Redução da ocupação direta na grande empresa	Educação para a empregabilidade
Crescimento econômico fundado no setor industrial	Crescimento econômico fundado na inovação	Formação em novas tecnologias

Fonte: Moro (1998) apud POCHMANN, 2001, p. 131

Segundo Tanguy (2002), considerando o caso da França entre 1945 a 1970, seria possível mostrar que a noção de formação vai sendo construída por diferença e em oposição à noção de educação. Uma e outra são dotadas de virtudes necessárias à realização de mudanças em curso. Mas a noção de formação enraíza-se muito mais nas mudanças a promover na esfera econômica e profissional, enquanto que a de educação sustenta-se na evolução de diferentes formas de vida de um indivíduo. Para a autora, a categoria formação que vinha sendo considerada indissociável das reformas sociais e políticas, vai ganhando espaço nas organizações que, ao se apropriarem dela, redefinem-na em termos técnicos neutralizando assim seu caráter político, apresentando-a como um bem comum.

Trata-se de um movimento recente no pós-guerra, quando representantes e intelectuais franceses verificam que a fonte de produtividade, olhando as empresas americanas, estaria baseada no fator humano das organizações muito mais que na racionalização do trabalho. De fato, segundo a autora, nos anos de 1950 a 1960, um grupo especial nas empresas passa a construir *necessidades de formação*, desenvolvendo programas que buscam reorganizar o trabalho e as condições como este é exercido no interior das organizações.

Pode-se dizer que a Formação (com uma maiúscula no texto) é o conjunto de ações próprias a manter o conjunto do pessoal individualmente e coletivamente no grau de competência necessitada pela atividade da empresa. Essa competência concerne aos conhecimentos, às aptidões, à vontade de trabalhar de cada pessoa e de cada grupo. A competência é a conjunção feliz desses três termos: conhecimentos, aptidões, boa vontade. Essa competência nunca é adquirida definitivamente, ela é ameaçada, ela está sempre a ser reconquistada e essa reconquista deve ser feita porque o posto muda em decorrência da evolução tecnológica. Além disso, o titular pode mudar de posto e o titular, ele mesmo, modifica-se. (VATIER, 1958, apud TANGUY, 2002, p. 23)

Para Tanguy, portanto, a formação é um princípio de ação que se situa no registro cognitivo e nas atitudes e representações dos trabalhadores. Ela é concebida como um *princípio de busca de adesão de todos os agentes de uma organização aos objetivos desta, seja a modernização das empresas entendida como uma redução da autoridade da hierarquia, seja como uma antecipação de conflitos e a resolução desses pela concertação e pela negociação entre dirigentes e representantes dos assalariados* (2002, p. 23).

A projeção de uma economia mais produtiva, exigindo uma elevação geral do nível de qualificação por meio de uma extensão e de uma elevação do nível de formação, é assim apresentada como uma definição racional de interesse geral. Face a ela, os meios profissionais afirmam sua definição própria, fundada, esta, sobre uma razão prática. Esses dois tipos de racionalidades diferenciam-se pelos princípios de hierarquização do emprego que sustentam de um lado, um princípio mais ou menos abstrato, uma propriedade dos indivíduos, adquirida em instituições exteriores à empresa, durante um período da vida (a duração dos estudos), um título (o diploma) supostamente provido de um certo número de qualidades, notadamente de capacidades cognitivas; de outro, um fator mais concreto, a experiência e as diversas qualidades adquiridas durante o tempo de vida profissional. Mas a experiência não era, na época, suscetível de engendrar uma definição geral, já que ela comportava muitos elementos relativos à diversidade de situações singulares e à heterogeneidade das empresas. (TANGUY, 2002, pp. 25 – 26)

Referenciando-se a Tanguy (1986), Moraes (2000, p. 82) salienta que a emergência de novos modelos produtivos abre o debate sobre os novos requisitos de qualificação para o trabalho, reformulações no conceito tradicional de formação profissional e tentativas de redefinição das atribuições sociais da escola, e de “relações orgânicas” entre escola e empresas. Segnini (2000, p. 72) questiona a existência de uma relação direta que tem sido estabelecida entre educação e trabalho, e se este discurso não se constitui muito mais em um processo de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precariedade social, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços.

Apoiando-se em Tanguy (1998), Segnini indica a existência de certa nebulosidade na relação consensual, construída sob a ótica de uma ideologia conservadora, que legitima e dissimula a ordem social existente. Segundo a autora, compreende-se que este processo:

revela características e contradições específicas, da mesma forma que, em outros momentos históricos, outras tantas foram observadas. Portanto, não se fala de “impactos” mas de processos expressos, neste atual contexto, pela globalização dos mercados de bens e fluxos financeiros e o acirramento da concorrência; difusão do ideário neoliberal que, contraditoriamente, requer políticas estatais que garantam a desregulamentação de normas de concorrência e direitos sociais. Nesse sentido, a concentração do capital – fusões, incorporações, privatizações – ocorre ao mesmo tempo que a força de trabalho fragiliza-se pela flexibilização, quer seja das estruturas produtivas, das formas de organização do trabalho, da própria força de trabalho, por meio do emprego/desemprego. É dentro dessa nova correlação de forças que se concretiza a lógica do “livre mercado”, sob a coordenação do sistema financeiro global. (SEGNINI, 2000, p. 73)

Ferretti (1997, p. 227), embora reconheça a existência de desafios para a formação profissional face as transformações produtivas recentes, também questiona as relações diretas ou causais que são construídas entre tecnologia e qualificação, e que geram algumas abordagens como:

- a) uma forte ênfase no treinamento dirigido aos setores operacionais por parte de empresas em processo de adoção de inovações tecnológicas de base física e organizacional;
- b) a produção de extensas e repetitivas listagens de atributos desejáveis dos “novos” trabalhadores, seja no âmbito das cognições, seja no das atitudes e dos comportamentos;
- c) a desconsideração da qualificação como relação social;
- d) uma forte pressão sobre o sistema educacional para que desenvolva a denominada “educação básica de qualidade”.

O chamado “modelo de competência” surge como alternativa, no plano empresarial, para orientar a formação dos recursos humanos compatível com a organização do trabalho que lhe convém. Tal conceito é contraposto ao de qualificação profissional (e, às vezes, usado como seu sinônimo), mas tem conotações diferentes, na medida em que enfatiza menos a posse dos saberes técnicos e mais a sua mobilização para a resolução de problemas e o enfrentamento de imprevistos na situação de trabalho, tendo em vista a maior produtividade com qualidade. Por outro lado, embora seu desenvolvimento dependa da correlação de forças entre os envolvidos, tende, por sua ênfase na individualização e nos resultados, a privilegiar a negociação ao embate, o envolvimento à postura crítica. (FERRETTI, 1997, pp. 229 – 230).

Ferretti reapresenta discussão de Hirata (1994) sobre a *multidimensionalidade do conceito de qualificação*, pois esta compreende, de um lado, a qualificação do emprego (conjunto de exigências definidas a partir do posto de trabalho), a qualificação do trabalhador (conjunto de atributos dos trabalhadores, mais amplo que o primeiro por incluir as qualificações sociais ou tácitas) e a qualificação como relação social, historicamente redefinida entre capital e trabalho. Esta última dimensão é a que mais fortemente expressa, de maneira concreta, a concepção de força de trabalho como mercadoria (Ferretti, 1997, pp. 257 - 258). Baseando-se na formulação de alguns autores (Hirata, 1994; D. Kergoat, 1982; M. Freyssenet, 1977; Desaulniers, 1993), Ferretti argumenta que o conceito de competência representa uma atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital:

[ao produzir] o progressivo deslocamento da importância anteriormente atribuída à qualificação formal e ao saber técnico (tomados como elementos centrais para a definição da identidade do trabalhador, de seu lugar social e de seu salário) para outra dimensão, resumida na expressão “saber ser”, na qual se confundem/articulam/mobilizam saberes, comportamentos, racionalidade orientada para fins (...). “Saber ser” é, portanto, nesse contexto, colocar-se por inteiro, mobilizar-se completamente [subjetivamente], em direção a valorização do capital. (FERRETTI, 1997, p. 258)

As relações entre educação escolar e formação profissional são também discutidas por Ferretti (2004):

A educação escolar, em sentido amplo, preocupada com a formação plena do indivíduo, como pessoa e cidadão, contribui para a formação profissional de maneira indireta, seja por propiciar-lhe o acesso aos conhecimentos disciplinares, seja por entender que é parte dessa formação a compreensão do contexto em que o exercício da atividade profissional se realiza ou se realizará. A formação profissional, como recorte específico da educação escolar, dirige-se, como sabido, à formação profissional em sentido estrito, completando a formação em sentido amplo. (FERRETTI, 2004, p.402)

Ferretti afirma ser um equívoco metodológico considerar como sinônimas as noções de qualificação e de competências, ao argumentar que as mesmas apresentam origens diferentes, respectivamente no terreno da sociologia do trabalho e na economia. Segundo o autor, duas grandes matrizes estão presentes na tentativa de compreender as relações entre trabalho e educação: a primeira remete-se ao campo específico da técnica, orientando a formulação das propostas de formação profissional; e, a segunda, tem raiz na economia política de origem marxista, formulando à educação problemas que remetem não apenas à formação profissional, mas à própria formação humana.

Machado (1992) utiliza as categorias de polivalência e politecnicidade para designar a natureza dos serviços executados pelos trabalhadores na lógica da flexibilidade. Segundo a autora, o conceito de polivalência é definido como o trabalho mais variado com certa abertura para uso mais livre do tempo pelo trabalhador, mas que não implica necessariamente em mudança qualitativa das tarefas realizadas.

A polivalência não representa uma intelectualização do trabalho, mesmo que se trabalhe com equipamentos mais complexos. Já a politecnicidade representaria o domínio da técnica em nível intelectual e a possibilidade de um trabalho mais flexível com a recomposição de tarefas a nível criativo. Desta forma, a politecnicidade vai além de uma formação puramente técnica, ao pressupor um perfil amplo de trabalhador consciente e capaz de atuar criticamente com criatividade e agir com autonomia na busca dos conhecimentos para seu progressivo aperfeiçoamento. (MACHADO, 1992, p. 19)

A concepção de polivalência é também desenvolvida em Deluiz (1996) ao considerar como polivalente a formação que capacita a pessoa para diferentes postos de trabalho, isto é, prepara para o desempenho de uma família de empregos qualificados e, sobretudo, para compreender as bases gerais, científico-técnicas e sócio-econômicas da produção em seu conjunto. Uma formação que conjugue a aquisição de habilidades com o desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas.

Como apontado por Leite e Shiroma (1995), os dados de pesquisas em fábricas revelam que a exigência generalizada de maior escolaridade e qualificação, que estava sendo requerida para todos os trabalhadores, não estava sendo demandada por todos os postos de trabalho. Dentro de uma mesma empresa era possível encontrar, lado a lado, diferentes opções tecnológicas, com grupos de trabalhadores atuando segundo a organização taylorista/fordista, e outros grupos operando com sistemas flexíveis.

Dos debates em torno da qualificação, emerge o conceito de competência, posto como uma alternativa ao conceito da qualificação, considerado por alguns estudiosos como inadequado para o novo contexto de produção integrado e flexível.

Campos (1997, pp. 46,47) considera que a ênfase na educação básica cumpre dois objetivos: a) elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, mudança que se impõe tanto para o melhor desempenho profissional, quanto para o desenvolvimento de uma nova mentalidade, particularmente de atitudes mais receptivas a mudanças; b) dotar o trabalhador de uma base sólida de educação geral, condição necessária para maior *treinabilidade* em serviço e para programas de educação continuada, adaptando-o, dessa forma à flexibilidade e às crescentes mudanças nos processos produtivos.

Capítulo 6. Considerações Finais

Procurou-se compreender neste trabalho a construção social da formação da força de trabalho industrial no Brasil, e foi possível notar que a mesma reflete, de fato, os diferentes estágios da industrialização brasileira. Ao longo de cem anos, a organização e a dimensão da indústria nacional mudou significativamente, acompanhando as políticas de inserção do país na divisão do trabalho internacional.

Com base na revisão bibliográfica realizada para este trabalho, pode-se dizer que é muito evidente que a industrialização precisa ser entendida como processo social complexo, constitutivo e embasador de uma nova ordem social e econômica. Por este motivo, a compreensão da industrialização necessita de referenciais não apenas da Economia Política, como se fosse possível limitá-la à regulação da oferta e da procura do mercado; na verdade, para melhor compreendê-la foi necessário considerar a Sociologia, a Ciência Política e a Educação.

Acompanhando a industrialização, foi possível identificar que os sentidos atribuídos à formação do trabalhador industrial possuem elementos de novidade e de permanência, isto porque eles não são apenas demandas pura e simples das transformações nos processos produtivos. Os sentidos para o trabalho e da formação para o trabalho são concebidos socialmente a partir de arranjos econômicos e sociais, e refletem interesses e posições de classes hegemônicas.

As diversas políticas de formação de mão-de-obra revelam a existência de concepções antagônicas não apenas entre trabalhadores e industriais, mas entre os próprios grupos dominantes, como se pôde notar através da breve revisão da história brasileira, especialmente no momento de edição da Lei Orgânica do Ensino Industrial e implantação do Senai entre 1942 e 1943. Ainda que sejam produzidas diferenças e novidades entre os modelos de educação do trabalhador, o aspecto do *disciplinamento* presente na formação da força de trabalho é invariável, inerente à lógica do capital, ainda que este assumia feições menos dirigidas e rígidas no presente, naquelas práticas que buscam a participação dos trabalhadores nos programas de melhoria da qualidade e da produtividade das empresas. Mesmo o conceito de *empregabilidade*, que concebe a educação para o trabalho como responsabilidade do indivíduo e não do coletivo dos trabalhadores, é construção social e uma forma sutil deste disciplinamento do capital sobre o trabalhador.

Como sugestões para futuras pesquisas, poder-se-ia aprofundar a temática do público e do privado no tocante à educação profissional, problematizando seu financiamento e atendimento, com especial atenção, no caso brasileiro, ao estudo e elaboração de proposições críticas à gestão privada de recursos públicos, a exemplo do FAT, destinados à manutenção do Sistema S e de outros sistemas e organizações não governamentais. Igualmente seria necessário discutir posteriormente as diferenças entre as políticas públicas de educação profissional, confrontando o Planfor e o PNQ, respectivamente dos Governos FHC e de Luis Inácio Lula da Silva.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís e LEITE, Márcia de Paula. Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho. In **Pro-Posições**. – Campinas, SP: v.13, n.1 (37) – Jan/abr. 2002, pp. 60 – 77.
- BEIGUELMAN, Paula. O movimento operário ante a grande lavoura no período imigrantista. In **Libertários no Brasil**. PRADO, A.A (Org.). – São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1986, pp. 98 – 106.
- BRASIL. 1999. Censo da Educação Profissional MEC/1999. Disponível no endereço: <www.mec.gov.br>. Acessado em 28/09/2006.
- _____. 2004. Documento Educação Profissional. Disponível no site: <www.mec.gov.br>. Acessado em 21/09/2006.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação econômica e do desenvolvimento da economia brasileira. – São Paulo: Brasiliense, 4ª. edição, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**. Ideologia do empresariado industrial Argentino e Brasileiro. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.
- CARONE, Edgard. **A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)**. 4ª Edição, DIFEL, Rio de Janeiro, 1978.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional de Formação. **Educação integral dos trabalhadores: práticas em construção**. Barbara, Maristela Miranda; Miyashiro, Rosana; Garcia, Sandra Regina de Oliveira. – São Paulo: CUT, 2003.
- CORSI, Francisco Luiz. Nacionalismo e política econômica. **História econômica do Brasil contemporâneo**. SZMERCZANYI et. al. (Orgs.) – 2. ed. revista. – São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, pp. 3 – 16.
- COLISTETE, Renato Perim. A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50. **História econômica do Brasil contemporâneo**. SUZIGAN, W. e SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). 2. ed. revista. – São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, pp. 121 – 146.

- _____. 2003. **Trabalho e sociedade em transformação**. Mudanças produtivas e atores sociais. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- LEITE, Márcia de Paula; RIZEK, Cibele Saliba. Projeto: reestruturação produtiva e qualificação. In **Educação & Sociedade**, ano XVIII, no. 58, julho/97, pp. 178-198.
- MACHADO, Lucília. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. In **Pro-posições**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. – Campinas, SP, vol. 13, n.1 (37) – jan/abr. 2002, pp. 92 – 110.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. – São Paulo: Cortez, 2002.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. – São Paulo: Escrituras Editora, 1996.
- MANFREDI, Sílvia Maria. A formação profissional na ótica dos trabalhadores. **Trabalho, qualificação e formação profissional**. LEITE, M. P. e NEVES, Magda de A. (Orgs.). – São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, pp. 215 – 223.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. – São Paulo: Martins Fontes, 1988, 3ª. Tiragem, 2002. – (Clássicos).
- MARX, K. e ENGELS, F. **Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”**. **Obras Escolhidas**. – São Paulo: Vol.1, Editora Alfa-Omega, 1987, pp. 300 – 303.
- MATTEO, Miguel e TAPIA, Jorge R. B. A reestruturação da indústria paulista e o ABC. In **Cadernos de Pesquisa CEBRAP**, Economia regional e negociações coletivas no ABC paulista, no. 8, março de 2003.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Ações empresariais e formação profissional. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. In **São Paulo em Perspectiva**, 14(2), 2000, pp. 82 – 100.
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Momento)
- PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na primeira república em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. DE LORENZO, Helena Carvalho; Costa, Wilma Peres da. (Orgs.). – São Paulo: Editora da UNESP, 1997. – (Prismas), pp. 37 – 70.

- POCHMANN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? In **Educação & Sociedade**, No. 87, Vol. 25, Maio/Ago. – 2004: CEDES, Campinas, pp. 383 – 399.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. – São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2001.
- PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 20^a. ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 – 1930)**. Campinas, SP: HUCITEC/Editora da Unicamp, 1988.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. A organização escolar. 17^a Ed. rev. e ampl., Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (Coleção memória da educação).
- SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. – São Paulo, SP: Cortez, AA, 1991.
- _____. 2003. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. – 36 ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados. - (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5)
- SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**. O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. (Coleção educação contemporânea).
- SCHWARTZMAN, Simon et. al. **Tempos de Capanema**. – São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SEGNINI, Liliana R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. In **São Paulo em Perspectiva**, 14(2), 2000, pp. 72 – 81.
- SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. In **Educação & Sociedade**, ano XVIII, no. 61, dezembro/97, pp. 13 – 35.
- SOUZA, Aparecida Neri de. A racionalidade econômica na política educacional em São Paulo. In **Pro-Posições**. – Campinas, SP: v.13, n.1 (37) – Jan/abr. 2002, pp. 78 – 91.
- SOUZA, Wlaumir D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. Disputas ideológicas pelo imigrante nos limites da ordem: o caso Idalina. – São Paulo: Editora da UNESP, 2000. – (Prismas).

- SUZIGAN, W. e SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In **História econômica da primeira república**. SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). – 2ª. edição revista – São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, pp. 261 - 283.
- TANGUY, Lucie. Um movimento social para a formação permanente na França, 1945-1970. In **Pro-posições**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. – Campinas, SP, vol. 13, n.1 (37) – jan/abr. 2002, pp. 18 – 33.
- TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. In **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. - v. 18, n.1 (junho de 2006) - São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.
- TUMOLO, PAULO SÉRGIO. Reestruturação produtiva no Brasil: Um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. In **Educação e Sociedade**, ano XXII, Dezembro/2001, pp. 71 – 99.
- VERSIANI, Flávio Rabelo e VERSIANI, M. Teresa. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In **Formação econômica do Brasil**. A experiência da Industrialização. VERSIANI, F. e MENDONÇA DE BARROS, José Roberto (Orgs.). – São Paulo: Saraiva, 1977.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In **História econômica da primeira república**. SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). – 2ª. edição revista – São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, pp. 189 – 213.
- ZARIFIAN, Philippe. Eventos, autonomia e “Enjeux” na organização industrial. **Trabalho, qualificação e formação profissional**. LEITE, M. P. e NEVES, Magda de A. (Orgs.). – São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998, pp. 21 – 30.